

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MARIA APARECIDA DE ALMEIDA**

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA  
VISÃO DOS BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO  
DE ENSINO SUPERIOR**

**CAMPINAS**

**2009**

**MARIA APARECIDA DE ALMEIDA**

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA  
VISÃO DOS BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO  
DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Educação, ao Programa de Pós-Graduação na área de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Profa. Dra. Vera Lúcia Carvalho Machado

**PUC-CAMPINAS**

**2009**

Ficha Catalográfica  
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e  
Informação - SBI - PUC-Campinas

**t378.81 Almeida, Maria Aparecida de.**

A447u Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior / Maria Aparecida de Almeida. - Campinas: PUC-Campinas, 2009.  
120p.

Orientadora: Vera Lúcia Carvalho Machado.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Educação.

Inclui anexos e bibliografia.

1. Ensino superior - Brasil - Avaliação. 2. Bolsas de estudo (Ensino superior). 3. Educação e estado. 4. Política educacional. 5. Ensino público - São Paulo (Estado). I. Machado, Vera Lúcia Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Pós-Graduação em Educação. III. Título.

**Autor:** ALMEIDA, Maria Aparecida de.

**Título:** UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR,

**Orientadora:** Prfa. Dra. Vera Lúcia de Carvalho Machado

**Dissertação de Mestrado em Educação**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Educação da Puc-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

Data: 27/02/2009.

## **Banca Examinadora**

---

Profa. Dra. Vera Lúcia de Carvalho Machado

---

Prof. Dr. José Luis Sanfelice

---

Prfa. Dra. Maria Eugênia de Lima e Montes Castanho

A minha mãe adorável, que me ensinou a lutar pelos meus objetivos;

Ao meu falecido pai, que me ensinou a construir o caminho da minha existência por meio de minha dedicação;

Ao meu eterno amigo/pai Caçõ, que me ensinou a não desistir, mesmo quando tudo parece ser impossível;

Ao meu querido esposo, que me ensinou que sempre temos que ter tempo para a família;

E especialmente, ao meu filho Juan, ao meu grande amor, que me ensinou a necessidade de doar para receber amor.

## AGRADECIMENTOS

Esse é um dos momentos mais importantes de minha vida, e devo a sua realização a muitas pessoas que neste momento quero agradecer do fundo meu coração:

Profa. Dra. Vera Lúcia Carvalho Machado, minha orientadora que, com muita paciência e amizade, lidou com minhas aflições, e me mostrou o caminho para realização deste trabalho com seus riquíssimos apontamentos e orientações.

Alunos bolsistas do ProUni, sem os quais seria impossível realizar esta pesquisa e obter o objetivo desejado.

Prof. Dr. José Luiz Sanfelice, por suas críticas, contribuições e importantes sugestões, que enormemente me ajudaram a trilhar o pensamento crítico presente neste trabalho.

Profa. Dra. Maria Eugênia Castanho, pelos conhecimentos, conselhos e carinho nos momentos de fragilidade, além da busca constante para auxiliar o aluno da pós no que seja preciso, tendo sempre um braço amigo, além de seu belíssimo conhecimento compartilhado com todos.

Profa. Dra. Patrícia Trópia, amiga estudiosa do marxismo que muito contribuiu com suas críticas na qualificação, levando essa dissertação a possuir mais fundamentos.

Profa. Dra. Graziela Giusti Pachane, pelo carinho e disposição em ajudar no que fosse necessário.

Profa. Dra. Heloísa Helena Oliveira de Azevedo, pelos seus apontamentos em meu trabalho que me foram de grande valia.

Profa. Dra. Kátia Regina Moreno Caiado, coordenadora da pós durante o período de mestrado, que sempre nos forneceu transparência em tudo que estava acontecendo, além de sempre nos convidar a participar dos eventos do curso. Além de sua belíssima contribuição com seus conhecimentos.

Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva, que sempre recebeu todos com muito carinho e sempre teve um tempinho para uma roda de almoço e para um bate-papo gostoso.

Tuca e Cidinha, da biblioteca, pelo carinho, paciência, orações que sempre tiveram ali para ajudar e dar força para traçar esse árduo caminho da elaboração da dissertação.

Regina e Letícia, da secretaria, que sempre estiveram presentes buscando resolver todos os problemas burocráticos.

Minha amiga e aluna Soraya, que me ajudou a conseguir a Universidade, o local para coleta de dados, quando eu já não tinha mais esperanças.

Nilva, Kátia, Ana Paula, Aline e Priscila e ao Darcy Cardoso, funcionários da IES em que foi realizada a coleta de dados, as quais abraçaram a pesquisa e me cederam todas as informações, sempre com muito carinho e dedicação.

Meu amigo irmão André, que esteve presente, ajudando-me na tabulação do material, pois o tempo em minha vida é escasso, sendo mãe, professora, esposa, dona de casa.

Família de Angelis, Sr. Luiz, Denise e Bruno, que sempre me deram seu apoio em horas difíceis. E com carinho e saudades da minha sogra Sra. Edith, que sempre esteve ao meu lado.

Meus amigos casais: Virgínia e Nevo, Juliana e Luba, Suzan e Fábio, Linda e Cássio, Sílvia e Biggi, Tati e Douglas, Dani e Adilson, pois muitas vezes deixei de estar com eles para poder concluir esse trabalho.

Meus amigos professores, Luiz Fernando, Omar, José Luiz, Leonor, Lígia, Márcia, Isabela, Francisco, Marcelo, Odaír, Tatiane, Zé Lito, com quem trabalhei e que muitas vezes tiveram que me agüentar falar sobre minha dissertação.

Meus alunos de Publicidade e Propaganda, Engenharia, Medicina Veterinária, que me ensinaram, em cada aula, que somos estudantes eternos e temos que ter força para conseguir “parir” esse filho chamado conhecimento.

Meus amados amigos do mestrado, com os quais compartilhei minha vida, meu trabalho, minhas dores, alegrias, fracassos e vitórias. Cada um de vocês estará sempre em minha lembrança, na mais querida desses dois anos. Principalmente, a Juliana, o Anselmo, a Aninha, a Areta e a Maria Teresa.

A todos vocês obrigado por fazerem parte de minha história de vida!

... Não há estrada real para a ciência, e só têm probabilidade de chegar a seus cimos luminosos, aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas. (Karl Marx, prefácio da edição francesa do Capital, Londres 18/03/1872).

# RESUMO

**ALMEIDA, Maria Aparecida de. UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. Campinas, 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.**

O objetivo deste trabalho é o de analisar o Programa Universidade para Todos – ProUni -, segundo a ótica dos bolsistas de uma Instituição privada de Ensino Superior do interior do Estado de São Paulo, do ponto de vista político, econômico, pedagógico e social, buscando verificar o modo como esse bolsista vê o ProUni: um programa de inclusão social que democratiza ou que privatiza o ensino superior brasileiro? Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, a qual se fundamenta em levantamento bibliográfico sobre o tema, na pesquisa documental e na aplicação de um questionário junto aos bolsistas do ProUni. Conclui-se, com este estudo, que a maioria dos bolsistas vêem o ProUni como um programa político que democratiza o ensino superior. Há, no entanto, uma boa parte desses alunos que discordam, acreditando que o programa não democratiza o acesso a esse nível de ensino, já que não universaliza tal direito a todos os jovens que querem continuar seus estudos.

**Palavras-chave: PROUNI, Ensino Superior, Políticas Públicas.**

# ABSTRACT

**ALMEIDA, Maria Aparecida de. *UNIVERSITY FOR ALL: ProUni in the point of view of scholar students that benefit from the program in a private university.* Campinas, 2008. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.**

*The aim of this research is to analyze the program "University for all" ProUni, according to the point of view of scholar students that benefit from the program in a private university, located in Sao Paulo state interior. We gathered their opinions from political, economical, pedagogical and social points of view. The main question is: Does the scholar's see ProUni as a social inclusion program which democratizes or as a social program which privatizes the superior education in Brazil?*

*This study is of descriptive nature and has qualitative orientation. The methodology used is a combination of bibliographical research with the documental researches and also the application of questionnaires to the ProUni scholar students. The study showed that the majority of the students see ProUni I as a political program that democratizes access to the superior education. However, a great part of the students disagree with this view; they believe that PROUNI does not democratize the access to superior education, as well as it does not universalize this right to all the students willing to continue their studies.*

**Key Words: PROUNI, superior education, public politics.**

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01 - Evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil (1970-2005)</b>	<b>39</b>
<b>Quadro 02 - Bolsas ofertadas anualmente pelo ProUni no período de 2005 a 2009.</b>	<b>40</b>
<b>Quadro 03 - Distribuição das Classes segundo a Renda familiar</b>	<b>66</b>

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 01 – Distribuição de questionários aos 104 alunos bolsistas do ProUni, segundo o curso em que estão matriculados em 2008.</b>	<b>56</b>
<b>Tabela 02 - O curso de graduação em que o bolsista do ProUni que respondeu à pesquisa está matriculado em 2008</b>	<b>59</b>
<b>Tabela 03 – Distribuição da média do desempenho dos alunos bolsistas no ensino médio e no ensino superior</b>	<b>60</b>
<b>Tabela 04 – Distribuição das disciplinas concluídas e não concluídas pelos 44 bolsistas.</b>	<b>62</b>
<b>Tabela 05 – Valor da mensalidade do curso de graduação em que o bolsista do ProUni está matriculado no 2º semestre de 2008.</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 06 - O meio de informação pelo qual o bolsista do ProUni soube desse programa.</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 07 – O meio de comunicação usado pelos 29 bolsistas para obter informações sobre o ProUni.</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 08 – Investimento em mídia do Governo Federal com o Ministério da Educação de 2004 a 2008.</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 09 - Distribuição dos motivos que levaram os bolsistas do ProUni a acreditarem que seria possível ganhar essa bolsa de estudo.</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 10 - Os motivos que levaram o bolsista do ProUni a não acreditar que seria possível ganhar a bolsa de estudo.</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 11 - As dificuldades enfrentadas pelos alunos para fazer o exame de seleção para a bolsa do ProUni.</b>	<b>73</b>
<b>Tabela 12 - Opção escolhida pelo bolsista quanto ao fato de ter possibilidade de realizar uma faculdade sem a existência do ProUni.</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 13 - As dificuldades dos 38 bolsistas que não teriam possibilidade de realizar uma faculdade sem a existência do ProUni.</b>	<b>74</b>
<b>Tabela 14 - Porque os 05 bolsistas não encontraram dificuldade para realizar uma faculdade sem a existência do ProUni.</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 15 - Opção escolhida pelo bolsista do ProUni quanto ao fato de ter realizado vestibular em universidade pública.</b>	<b>75</b>
<b>Tabela 16 - O motivo que levou os 19 bolsistas do ProUni a não prestar vestibular em universidade pública.</b>	<b>76</b>
<b>Tabela 17 – Universidades públicas nas quais os bolsistas do ProUni prestaram vestibular.</b>	<b>76</b>

<b>Tabela 18. O motivo que levou o bolsista do ProUni a escolher a Universidade na qual realiza o curso.</b>	<b>77</b>
<b>Tabela 19 - As dificuldades financeiras enfrentadas pelos bolsistas.</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 20 - Motivos que fizeram alguns bolsistas deixarem a faculdade, segundo os pesquisados.</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 21 – Distribuição das razões que levaram os bolsistas a fazer uma faculdade.</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 22 – A razão que levou o bolsista do ProUni a escolher o curso que realiza.</b>	<b>81</b>
<b>Tabela 23 – Distribuição das dificuldades encontradas pelo bolsista do ProUni para realizar o curso nesta universidade.</b>	<b>82</b>
<b>Tabela 24 - Como é vivenciada a pesquisa, o espírito investigativo no curso</b>	<b>83</b>
<b>Tabela 25 - Porque os 38 bolsistas escolheriam novamente o curso que realizam.</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 26 – A opção do bolsista do ProUni quanto ao fato de o curso realizar suas expectativas.</b>	<b>84</b>
<b>Tabela 27 - As expectativas do bolsista do ProUni com a graduação que está recebendo.</b>	<b>85</b>
<b>Tabela 28 - As expectativas que o bolsista tem para o futuro, com o fim do curso.</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 29 - O significado do ProUni para o bolsista.</b>	<b>86</b>
<b>Tabela 30 - Sugestões dos bolsistas para melhoria do ProUni.</b>	<b>87</b>
<b>Tabela 31 - A distribuição dos bolsistas quanto ao fato de considerarem o ProUni como democratização do ensino superior.</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 32 – Os motivos pelos quais os alunos acreditam que o ProUni é democratização do ensino superior.</b>	<b>88</b>
<b>Tabela 33 – Os motivos pelos quais os alunos não acreditam que o ProUni seja a democratização do ensino superior.</b>	<b>89</b>
<b>Tabela 34 - As sugestões dos bolsistas ao governo.</b>	<b>90</b>
<b>Tabela 35 – Distribuição do que significa para o bolsista realizar uma faculdade.</b>	<b>90</b>

**Tabela 36 – Distribuição do porquê do significado de realizar uma faculdade. 91**

**Tabela 37 – Sugestões dos bolsistas à pesquisa 92**

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ALCA</b>	= Associação do Livre Comércio das Américas
<b>BM</b>	= Banco Mundial
<b>CFE</b>	= Conselho Federal de Educação
<b>CNE</b>	= Conselho Nacional de Educação
<b>CPMF</b>	= Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
<b>DIPES</b>	= Diretoria Programas e Políticas Graduação da Educação Superior
<b>ENEM</b>	= Exame Nacional Ensino Médio
<b>ENADE</b>	= Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
<b>FHC</b>	= Fernando Henrique Cardoso
<b>GTI</b>	= Grupo de Trabalho Interministerial
<b>IES</b>	= Instituição de Ensino Superior
<b>INEP</b>	= Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
<b>FIES</b>	= Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
<b>FMI</b>	= Fundo Monetário Internacional
<b>LDB</b>	= Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional
<b>MARE</b>	= Ministério da Administração federal e da Reforma do Estado
<b>MEC</b>	= Ministério da Educação
<b>MP</b>	= Medida Provisória
<b>OCDE</b>	= Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>OMC</b>	= Organização Mundial do Comércio
<b>ONG</b>	= Organização Não Governamental
<b>ORUS</b>	= Observatório Internacional das Reformas Universitárias
<b>PBI</b>	= Produto Interno Bruto
<b>PPA</b>	= Plano Plurianual
<b>PROUNI</b>	= Programa Universidade Para Todos
<b>SESU</b>	= Secretaria de Educação Superior
<b>SINAES</b>	= Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
<b>UEE - SP</b>	= União Estadual dos Estudantes São Paulo
<b>UFF</b>	= Universidades Federais Fluminense
<b>UFPE</b>	= Universidade Federal de Pernambuco
<b>UFRN</b>	= Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<b>UNE</b>	= União Nacional dos Estudantes
<b>UNESCO</b>	= Organização das Nações Unidas para a Educação
<b>UNICAMP</b>	= Universidade Estadual de Campinas
<b>USP</b>	= Universidade de São Paulo

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. O GOVERNO LULA E O PROUNI:“PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS”.....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 – A Reforma do Ensino Superior no Governo Lula.....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 - O PROUNI.....</b>	<b>31</b>
<b>1.2.1 - O PROUNI e o contexto neoliberal.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2.2. As políticas inclusivas e compensatórias.....</b>	<b>41</b>
<b>2. OS CAMINHOS PARA CONHECER A VISÃO DO BOLSISTA.....</b>	<b>55</b>
<b>2.1 – A Universidade e a amostra.....</b>	<b>55</b>
<b>2.2 - A coleta de dados.....</b>	<b>56</b>
<b>3. O PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS.....</b>	<b>60</b>
<b>3.1. Apresentação e análise dos dados.....</b>	<b>60</b>
<b>3.1.1 – Desempenho Acadêmico dos Alunos.....</b>	<b>60</b>
<b>3.1.2 – O perfil do bolsista.....</b>	<b>65</b>
<b>3.1.2.1 – O campo de trabalho e o curso que realiza</b>	<b>68</b>
<b>3.1.2.2 – Os meios de informação dos bolsistas.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1.3 – O olhar do bolsista sobre o ProUni.....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.3.1 - A divulgação do ProUni.....</b>	<b>70</b>
<b>3.1.3.2 – A bolsa.....</b>	<b>74</b>
<b>3.1.3.3 - As dificuldades financeiras.....</b>	<b>78</b>
<b>3.1.3.4 – A Escolha pelo Ensino Superior.....</b>	<b>80</b>
<b>3.1.3.5 – As dificuldades da vida universitária.....</b>	<b>82</b>
<b>3.1.3.6 – O significado do ProUni.....</b>	<b>86</b>
<b>3.1.3.7 – Sugestões ao governo.....</b>	<b>89</b>
<b>3.1.3.8 – O significado do Ensino Superior.....</b>	<b>90</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO – NOTA INFORMATIVA Nº 1.426, DE 2007.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO 02 - Questionário de coleta de dados.....</b>	<b>110</b>

## INTRODUÇÃO

Um pesquisador só tem um problema de pesquisa quando esse o incomoda. O direito de um indivíduo de realizar uma graduação no Brasil sempre foi foco desse pensamento. Foi assim na graduação, com a monografia sobre a evasão do curso de Ciências Sociais da PUC de Campinas e continua a existir depois de muito tempo, há exatamente 14 anos. Essa preocupação com a exclusão/inclusão ao conhecimento não cessa.

Estudar no Brasil não é fácil e fazer uma faculdade é complicadíssimo, por tudo que um jovem passa para conseguir uma vaga em uma instituição pública. Para solucionar esse problema surgem as IES particulares, e algumas recebem o nome de universidade. Como lembra Gatti (2001), as universidades brasileiras, com poucas exceções, nasceram preocupadas com o ensino e a pesquisa; e estão preocupadas em conceder diplomas profissionais. Tanto as confessionais como as privadas e algumas públicas não incorporaram a produção de conhecimento sistemático como uma de suas funções, simplesmente passaram a reproduzir um conhecimento que não produziram.

Atualmente, lecionando em uma universidade privada e vendo dentro de uma sala de aula, do curso de Medicina Veterinária, uma aluna de classe econômica que não teria condições econômicas para pagar o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais pelos seus estudos, aproximadamente quatro salários mínimos e meio, novamente a questão da exclusão/inclusão universitária vem a ser uma preocupação desta pesquisadora sobre a realidade da educação superior brasileira. Agora, porém, o fenômeno foi no sentido contrário ao estudado na graduação, já que nesse momento começavam a aparecer nos cursos de Engenharia, de Publicidade Propaganda, Administração, Medicina Veterinária, jovens de baixa renda, de pele negra, que eram quase inexistentes em anos anteriores. Agora estudam em instituições privadas, de ensino superior por meio de um Programa do Governo Lula, chamado Programa Universidade para Todos – o ProUni.

Por meio das aulas, foi possível notar que uma aluna de Medicina Veterinária destacava-se dentre os outros alunos. Dedicava-se a

cada minuto, tanto nas aulas teóricas como nas práticas, tornando-se a melhor aluna da sala<sup>1</sup>.

Houve um fato que muito chamou atenção: o professor de Anatomia, que na época também era o coordenador do curso, para estimular os alunos a estudarem a matéria fez um desafio, o mesmo que há anos realiza. O aluno que tirasse nota dez na prova teórica e na prova prática receberia como prêmio um livro de anatomia, que custa muito caro. Segundo esse professor, que ministra aula para quatrocentos alunos anualmente, desde que criou esse desafio até os dias de hoje, somente três alunos conseguiram superá-lo. Enfatiza que o mérito da aluna bolsista do ProUni foi maior, já que um dos alunos, que não era bolsista, realizou as provas em outro campus da faculdade, com melhores condições. No campus da bolsista, o curso de Medicina Veterinária estava no início e o laboratório não tinha quantidade de material suficiente para elaboração de uma boa prova. Para o outro aluno, que não era bolsista, a prova aconteceu em outra instituição em que o docente leciona, onde foi feita uma única prova com um nível mais baixo. Assim sendo, a prova com maior grau de dificuldade foi a realizada pela aluna bolsista do ProUni, que não tinha condições de pagar por essa faculdade e que não estava

---

<sup>1</sup> Notas retiradas do histórico escolar da Universidade cedido pela referida aluna, de 2005 a 2007: Ano 2005 ( 1º. S Interpretação de texto 9,0; Homem e Sociedade 9,3; Atividades complementares 10,0; Fisiologia 9,5; Biologia (Citologia) 8,8; Bioquímica 10,0; Filosofia 9,3; Anatomia Sistêmica Animais Domésticos 9,4; – 2º. S Anatomia Desc. Visc. Animais Domésticos 10,0; Atividades complementares 10,0; Comunicação e Expressão 8,3; Filosofia da Ciência 10,0; Fisiologia Sistema Regulador 9,4; Histo e Embriologia (Genética) 8,5; Bioquímica Metabólica 10,0); 2006 ( 3º.S Atividades Complementares 10,0; Patologia 9,8; Fisiologia veterinária 9,4; Introdução à Parasitologia 9,5; Bioquímica Veterinária 10,0; Introdução Micros/Imunologia 9,1; Estatística Descritiva 8,5; Metodologia do Trabalho Acadêmico 9,0; Genética Geral 9,0; - 4º.S Estatística Indutiva 9,0; Patologia Sistemas 8,5; Métodos de Pesquisa 8,5; Bioquímica Veterinária Aplicada 10,0; Fisiologia Veterinária Aplicada 9,4; Genética Aplicada 9,0; Atividades complementares 9,0; Parasitologia Aplicada 9,0; Micro/Imunologia Aplicada 9,5; 2007 ( 5º.S Top Semiologia/Laborat Clínico 9,5; Farmacologia e Toxicologia 9,1; Tec. Cirurgia e Anestesiologia 9,9; Fund Nutrição Animal-Rações 8,5; Anato Patol Visc Animal Doméstico 9,9; Melhoramento Animal/Bioclimato 9,0; Anatomia Topográfica 9,2; – 6º. Anat Patl Sist Animais Doméstico 9,2; Farmacologia Toxicologia Aplicada 9,5; Tec Cirurgia Anestesiologia Especial 9,6; Bromato Alim Anim Doméstico 8,5; Anatomia Topográfica Aplicada 9,8; Semiologia Lab Clin Sistemas 8,2; Melhor Anim-Aplicado a Produ 8,9). Está cursando 7º e 8º semestre em 2008.

em uma instituição pública (estatal). Ela obteve nota dez nas duas provas e recebeu o livro de presente do professor.

Por seu bom desempenho acadêmico, tornou-se monitora do professor de anatomia, mas teve que deixar essa atividade, pois como bolsista do ProUni, a faculdade entendeu que mais tarde ela poderia reivindicar vínculo empregatício, e a proibiu de ser monitora. Hoje esse fato não mais ocorre, o aluno bolsista do ProUni pode ser monitor, e a porcentagem de desconto que receberia na mensalidade é paga em dinheiro ao bolsista. O único problema é que esse direito não é divulgado a eles, demonstrando que essa instituição não está interessada em que esse aluno seja monitor, aprenda mais, e muito menos em pagar por tal serviço.

Essa aluna não só tirou dez em Anatomia, como fechou o primeiro ano com a média aritmética de 9,45, em um total de quinze disciplinas no ano.

Foi vivenciando este caso que surgiu o desejo de compreender melhor o Programa Universidade para Todos – o ProUni -, um programa político para educação superior que permitiu o acesso dessa aluna a esse nível de ensino. Um aluno negro, pobre e do sexo feminino agora pode ser encontrado, realizando uma faculdade de medicina veterinária em universidade privada/particular.

Que programa é esse que paga a universidade para tais jovens? Que não é financiamento, pois o jovem não precisará devolver o dinheiro investido? Por que o governo paga para o jovem estudar em uma instituição privada/particular? Por que investe numa instituição de ensino superior privada no lugar de aumentar as vagas nas públicas? Por que um governo em um modo de produção capitalista está fazendo isso? Será que esse programa democratiza o ensino superior?

Foi por meio da motivação, pelo exposto anteriormente, que se decidiu proceder a uma análise crítica do fenômeno de ingresso de jovens de baixa renda, bolsistas do ProUni, nos cursos de graduação de uma Instituição privada de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo, tendo como objetivo verificar como esse bolsista vê o ProUni. Será que ele acha que esse programa de inclusão social democratiza ou que privatiza o ensino superior brasileiro?

A hipótese que permeia este trabalho é que o ProUni é visto pela maioria dos bolsistas como um programa político que democratiza o ensino superior, já que eles antes eram excluídos, agora são incluídos nesse nível de ensino.

Segundo Sanfelice (2006), o tema da inclusão educacional é desafiador. A história da educação brasileira, vista a partir do presente, é marcada pelo caráter excludente da educação escolar e com frequência essa questão é tratada de modo a identificar os culpados, como se houvesse uma permanente conspiração de ricos contra os pobres, das classes dominantes contra os dominados.

...Há o risco de se fazer uma leitura desta história sob um prisma conspiracionista e no qual tende-se a culpar os colonizadores, as classes dominantes, os governantes como sendo os eternos tramadores maquiavélicos contra os interesses das majorias, das minorias e dos mais fracos. (id.,ibid., p.30)

Do ponto de vista desse autor, a exclusão no Brasil sempre foi uma característica da sociedade, desde a colonização. No entanto, o conceito de exclusão educacional é um conceito que não pode ser aplicado a todas as épocas históricas brasileiras, já que em determinados momentos a educação não era destinada a todos, não podendo falar, portanto, em excluídos. O mesmo ocorre com o conceito de inclusão educacional, colocado como direito, preocupação, necessidade objetiva da sociedade contemporânea. É na sociedade democrática capitalista, que se vai enunciar a inclusão como projeto ideológico, já que é uma meta, como crítica à exclusão.

Esse programa de política inclusiva afirmativa e compensatória, o ProUni, vem recebendo críticas, principalmente no que se refere ao fato de contribuir para o quadro de privatização do sistema educacional superior do país e por colaborar com a mercantilização da produção do conhecimento. (MANCEBO, 2004; LIMA, 2004; CORBUCCI, 2004; SANFELICE, 2005; MINTO, 2006; OTRANTO, 2006, CARVALHO 2006; e outros).

Contrariamente, há os que defendem o programa: as entidades estudantis como a União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) que vêem o programa como forma de

democratizar o ensino superior. Isso pode ser notado durante o 1º Encontro de ProUnistas, realizado em 24/11/2008, na Universidade Paulista – UNIP - de São Paulo, organizado pela UEE-SP, com a participação de 500 bolsistas e do ministro da educação, Fernando Haddad, no qual a presidente da UNE Lúcia Stumpf, afirma que “os estudantes do ProUni derrubaram os muros excludentes da universidade.” (apud CAVA, 2008, p. 2).

Dessa forma, faz-se necessário analisar esse programa social em todos os âmbitos: não só na dimensão teórica, embasando-se não somente em pesquisa bibliográfica e análise política dos projetos governamentais para educação; ou pelos documentos governamentais, mas também por dados estatísticos elaborados pelos institutos de pesquisas e órgão governamentais sobre a questão da educação. Esses órgãos defendem ferozmente o programa, por conceder vagas no ensino superior aos jovens de baixa renda, por isso consideram o programa como forma de democratizar o ensino superior. Também faz-se necessário saber dos bolsistas, que estão sendo favorecidos pelo programa, quais são suas visões sobre o ele.

Só assim será possível ampliar a avaliação sobre o ProUni, buscando dados, informações em todas as esferas correlacionadas ao assunto em questão. Dessa forma, esta pesquisa tem a pretensão de contribuir para o aprofundamento dos estudos que analisam esse programa social, bem como para a sociedade. Quanto à educação, a pesquisa poderá trazer outros referenciais, já que, compreendendo-se o fenômeno por meio da visão do aluno bolsista, haverá argumentos para elaborar futuros projetos políticos nacionais para a esfera da educação.

Segundo Ferreira (2003), o pensamento sociológico encara de maneira genérica a educação escolar como uma das cinco instituições sociais principais, ao lado das instituições familiares, religiosas, políticas e econômicas. Grosso modo, ela tem a função de transmitir conhecimentos, normas de conduta e modos de sentir, pensar e agir, determinados pelas tradições culturais, a serem veiculados, primeiramente pela família e, em seguida, pela educação formal. A importância dessa instituição para a vida social faz com que ela seja objeto de uma controvérsia histórica, que é centrada no papel que se espera que ela cumpra na sociedade: seja o da

transmissão conservadora de valores tradicionais, seja o da transformação da realidade a partir da transmissão de novos valores.

Vale lembrar Cury (1985, p.13) que nota que a educação

se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é, então, uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social.

Ao analisar o ProUni - por um estudo bibliográfico sobre o tema, por um estudo documental dos históricos escolares de ensino médio e universitário dos bolsistas e por um levantamento com a aplicação de um questionário semi-estruturado -, espera-se compreender o significado desse programa para um grupo de bolsistas, de uma instituição de ensino superior, que são os sujeitos beneficiados por esse programa de inclusão. Assim, a metodologia aqui utilizada constitui-se em uma pesquisa qualitativa e descritiva, pois o estudo “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”. (CERVO, 2002, p.66). No entanto, segundo Thiollent (apud PACHANE,1998, p.51) “do ponto de vista do ideal geral da ciência, pensamos que uma articulação dos dois tipos de aspectos [qualitativos e quantitativos] é mais satisfatória”. Nesse sentido a pesquisa buscou articulação entre freqüências estatísticas e relevância de conteúdo.

A coleta de dados foi aplicada junto a alunos bolsistas do ProUni dos cursos de graduação de uma Universidade privada de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo, na qual foram utilizados dois procedimentos: primeiro uma análise de documentos e posteriormente a aplicação de um questionário. (GIL, 1996).

Na fase documental foi realizado um levantamento investigativo para verificação das notas do histórico do ensino médio em comparação com as notas obtidas no ensino superior, com o objetivo de saber se os alunos continuaram com o mesmo desempenho do ensino médio. Procuramos verificar, também, se uma das exigências da bolsa está sendo cumprida, já que o seu encerramento pode ocorrer se o aluno não tiver “aprovação em, no mínimo, de 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo”. (BRASIL, 2008).

Na fase do levantamento, com a aplicação de questionário, com perguntas abertas e fechadas buscou-se uma série de dados por meio de respostas escritas pelos próprios bolsistas (LAKATOS, 1987), com o objetivo de obter dados para uma análise quantitativa procurando responder aos objetivos propostos nesta pesquisa.

No primeiro capítulo, tem-se como foco de análise o ProUni no contexto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, apresentando as decisões políticas que resultaram na implantação do Programa Universidade para Todos - ProUni. Esse financiamento estudantil foi explicado dentro desse momento histórico brasileiro, demonstrando que tem sua transitoriedade.

No segundo capítulo, tem-se a apresentação do caminho percorrido para a coleta de dados com os alunos bolsistas.

No terceiro capítulo, apresentam-se os dados coletados e suas respectivas interpretações, à luz dos referenciais bibliográficos estudados.

Este trabalho teve como preocupação demonstrar a totalidade do fenômeno, isto é, compreender como o ProUni se insere na educação superior e como a política educacional se relaciona com o conjunto histórico deste momento, nos aspectos sociais, econômicos e políticos.

Como lembra Marx (1980, p.6), para evitar possíveis equívocos tem-se claramente que,

...minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas.

## **I. O GOVERNO LULA E O PROUNI: “PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS”.**

Neste capítulo refletir-se-á sobre transformações ocorridas na esfera da educação, principalmente a inserção do “Programa Universidade para Todos – ProUni” - no âmbito do ensino superior, no período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de 2001 a 2007.

O Programa Universidade para Todos – ProUni – tem como objetivo possibilitar o acesso de jovens de baixa renda à educação superior, por intermédio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, em instituições privadas de educação superior. Desde sua criação, por meio da Medida Provisória nº 213 de 10/09/2004, e depois da sua institucionalização pela Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o Programa tem recebido apoio por seu compromisso com a democratização do acesso a esse nível de ensino, mas também tem recebido severas críticas por seu caráter mercantilista e não democrático, o que revela a ausência de unanimidade em torno desse programa do governo federal. Em que pesem tais críticas, o Programa vem-se mantendo e, desde seu início, oferecendo semestralmente bolsas de estudos para que alunos egressos de escolas públicas cursassem o ensino superior em instituições cadastradas no MEC, conforme determina a lei.

### **1.1 – A Reforma do Ensino Superior no Governo Lula**

Luiz Inácio Lula da Silva, depois de várias tentativas, consegue tornar-se presidente do Brasil em 2001. Após quatro anos se reelege para mais um mandato.

Para se pensar a relação do governo com a educação, principalmente a do ensino superior, faz-se necessário buscar o momento em que este governo começa a tomar atitudes que terão repercussão nessa esfera.

No primeiro ano do governo Lula, de acordo com Trindade (2004), a necessidade da reforma universitária foi debatida em seminários

nacionais e internacionais, mas somente no segundo ano do mandato é que a reforma se inicia com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial<sup>2</sup> (GTI) que teve a incumbência de analisar o que estava acontecendo com a educação brasileira e propor um plano de ação para sua reestruturação, desenvolvimento e democratização do ensino superior.

O estudo de Otranto (2006) revela que ao término dos trabalhos, o grupo elaborou um relatório final que reconhecia a situação de crise do ensino superior, principalmente das universidades federais, problema este, atribuído à crise fiscal do Estado brasileiro. O relatório demonstrava ainda, que a crise também atingia as instituições privadas, que aumentaram muito nos últimos anos e estão ameaçadas devido à crescente inadimplência dos alunos e também pelo descrédito dos diplomas que oferecem. Por fim, o relatório apontava as ações que deveriam ser tomadas para reverter essa crise: primeiro, criar um programa emergencial para apoiar o ensino superior, principalmente as universidades federais e em segundo lugar, realizar uma reforma universitária mais profunda.

Segundo Cunha (2004), para efetivar as mudanças necessárias ao ensino superior o ideal seria uma nova LDB. Como isso era inviável devido às condições políticas, as alterações poderiam ser realizadas por leis orgânicas conforme Mancebo (2004).

Na análise de Otranto (2006), o relatório final do GTI serviu como base para os outros documentos que orientaram a Reforma da Educação Superior brasileira, direcionando as medidas legais. Nesse documento, a reforma chamada de “mais profunda” perpassa os seguintes temas: o quadro docente, o aumento de vagas, a educação à distância, a autonomia e o financiamento das universidades.

Quanto à ampliação de professores e aumento das vagas para os estudantes nas IES federais, esse documento coloca a necessidade de, em 2007, chegar a 2,4 milhões de vagas. Sabendo da necessidade de abrir concursos para professores e servidores públicos, o GTI propõe a criação de

---

<sup>2</sup> “O GTI foi composto por 12 membros, sendo dois representantes de cada um dos órgãos que se seguem: Ministério da Educação; Casa Civil; Secretaria Geral da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Fazenda”.(OTRANTO, 2006, p.1).

bolsas de estudo da CAPES, para aproveitar docentes aposentados e recém doutores para atuarem no ensino de graduação.

Otranto (2006) chama a atenção para o documento do Banco Mundial de 1994, o qual incentiva a diversificação do ensino superior, criticando o modelo das universidades de pesquisa, afirmando que são caras e inadequadas às necessidades e aos investimentos dos países pobres. Isso justificaria a criação de instituições de ensino superior voltadas apenas para o ensino, como os Centros Universitários, e também os cursos superiores de curta duração, chamados popularmente de tecnológicos ou de gestão, e formalmente chamados de Cursos Seqüenciais por Campo<sup>3</sup>. Trata-se de mudanças implantadas pela LDB de 96 e por leis complementares.

Segundo Otranto (2006, p.2), o Banco Mundial continua a afirmar a necessidade de diversidade de instituições em outro documento de 1999., no qual afirma que, em países periféricos, deve-se ter “poucas universidades de pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos”.

Minto (2006) apresenta sinteticamente as diretrizes determinadas pelos organismos multilaterais para a educação: foco no gasto público para ensino básico, dando-se ênfase ao ensino fundamental; municipalização do ensino fundamental; incentivo à privatização da educação; adequação da legislação educacional, proporcionando ao governo federal maior controle e poder para intervir nos níveis de ensino, sem que, no entanto, o Estado participe diretamente da execução dos serviços.

Até mesmo o liberal Joseph E. Stiglitz (2003) crítica as condições que eram determinadas pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento, demonstrando que os condicionantes tinham como objetivo fazer com que os países em desenvolvimento abrissem seus mercados comerciais, produtivos e financeiros para os países ditos desenvolvidos.

---

<sup>3</sup> Esse assunto merece uma nova pesquisa, pois se faz necessário analisar suas conseqüências na formação do pensamento crítico, já que, nesses cursos, disciplinas como a filosofia, a sociologia, a antropologia, a história, ou seja, todas as disciplinas críticas, não são ministradas, havendo apenas a formação técnica.

A educação a distância é compreendida pelo GTI como a solução para os limites da educação presencial, já que o Estado não teria condições de aumentar as vagas de forma a atender em curto e médio prazo a demanda de vagas. O primeiro Ministro da Educação do governo Lula, na época, Cristovam Buarque, em seu documento “Universidade numa Encruzilhada”, defende a mudança do conceito de universidade, a qual passa pela implantação da universidade aberta, sem muros e sem campi físicos, por meio de televisão, rádio e Internet (apud OTRANTO, 2006, p. 3).

Em sua análise, Otranto (2006) deixa claro que a educação a distância seria um mercado para as multinacionais e os governos que exportam tal serviço. Essa questão é fundamentada pela pauta da Associação do Livre Comércio das Américas (ALCA) e também pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que fazem pressão para a inserção de novas regras comerciais que contemplem os serviços educacionais. A OMC e, principalmente, os Estados Unidos fazem pressão para a inserção de novas regras comerciais que contemplem os serviços educacionais, ao atrelar a educação ao setor de serviço. Segundo a OMC, a educação deve ser vista como uma mercadoria e, ao ter o mercado brasileiro aberto aos interesses estrangeiros, conseqüentemente o retorno lucrativo seria alto. Por isso, o interesse dos Estados Unidos em integrar o Brasil à ALCA e à OMC.

Nessa mesma direção, segundo Lima (2004), foi realizado o seminário Internacional Universidade XXI – Novos Caminhos para a Educação Superior – O Futuro em Debate -, de 25 a 27 de novembro de 2003, em Brasília. Esse evento foi elaborado pelo MEC conjuntamente com o Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos, a Organização dos Estados Ibero-Americanos, o Conselho Britânico, a Universidade das Nações Unidas e a Rede Orus. Além desse interesse estrangeiro, Otranto (2006) e Lima (2004) também ressaltam o fato de o ex-ministro Cristovam Buarque ser membro do Observatório Internacional das Reformas Universitárias (ORUS), uma ONG francesa, dirigida por Edgard Morin, que direcionou a Reforma Universitária do governo Lula. Esse seminário apresenta a chamada “discussão democrática” para elaboração dos pressupostos para a Reforma Universitária, que se deu por meio da Internet. O problema, segundo a autora, é que a discussão não foi

publicada, mas somente as mensagens consideradas como “mais pertinentes”, segundo o moderador do Orus<sup>4</sup>.

Para Otranto (2006), no relatório do GTI a autonomia universitária é vista como emergencial para a solução dos entraves. No entanto a autonomia prometida é dar liberdade para a universidade captar recurso no mercado, tirando a obrigação do Estado de manter esse nível de ensino. Deve ser lembrado que nos documentos do Banco Mundial aparece a proposta de uma reforma que incentive instituições públicas a diversificarem suas fontes de financiamento.

Isso pode ser observado no discurso de Cristovam Buarque no qual deixa claro que

as universidades deverão ser instituições públicas, sejam elas de propriedade pública ou privada. A universidade não pode morrer por falta de recursos públicos, nem pode recusar os recursos privados de quem nela quer investir. (BUARQUE, apud, LIMA, 2004, p. 34).

Como a ideologia divulgada e utilizada é a do público, mas não-estatal; a reforma do ensino legitimaria a expansão do setor privado. De acordo com Minto (2006), a estratégia usada decorre de um duplo processo: de um lado, critica negativamente tudo que é público estatal, colocando como problema que não serve e não é bom; de outro lado, valoriza o setor privado, que é competente e bom, e é ele que vai acabar com os problemas da educação brasileira, já que o Estado é incapaz.

No que se refere ao financiamento das universidades federais, Otranto (2006) afirma que o GTI reconhece os problemas pelos quais as instituições passam, e isso levou ao fechamento de laboratórios, ao desmoronamento de prédios e deteriorização das instalações. Logo em seguida a essas constatações, o GTI afirma que o MEC determinou uma verba

---

<sup>4</sup> “Neste cenário, que busca o fortalecimento de iniciativas da sociedade civil descoladas de um projeto de sociabilidade que objetive a ruptura com o capitalismo, é que o Orus foi constituído. Isso ocorreu em julho de 2002, a partir de uma rede de acadêmicos europeus e latino-americanos que elaboraram um documento com propostas para a reforma das universidades e o estabelecimento de ‘um novo contrato social entre a universidade e a sociedade’. O Orus constituiu-se, portanto, como uma rede, formada por uma organização central, Orus Internacional e por um conjunto de observatórios locais – Venezuela e Brasil; estão sendo criados novos observatórios locais nos seguintes países: África do Sul, Bolívia, México, Uruguai e Chile. A atuação da Rede Orus está articulada à parceria que estabeleceu com a Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, cujo financiamento e direção política estão vinculados à Associação para um Mundo Complexo da Fundação Charles Leopoldo Mayer para o Progresso do Homem (FPH), cujo presidente é, exatamente, o mesmo presidente da Rede Orus: Edgar Morin”. (LIMA, 2004, p. 35).

de R\$ 241 milhões, em 2004, para recuperar os equipamentos, e mais R\$ 100 milhões para conservação dos prédios, mas finaliza dizendo que esse montante não foi considerado na proposta orçamentária. Assim sendo, o GTI apresenta as alternativas para o financiamento, as quais, porém, por não terem sido aprovadas por todos do grupo, foram anexadas ao texto. As alternativas vão desde contribuições voluntárias e não voluntárias dos ex-alunos, até o recebimento de contribuição da CPMF (hoje extinto), além de sugerir a retirada da folha de pagamento dos inativos do orçamento das IES federais. Indica a criação de uma Lei de Incentivo Fiscal, a criação de fundos empresariais para financiamento e um pacto, no qual se troca a dívida externa pelo investimento educacional.

Percebe-se que, em todas as alternativas, o Estado é substituído por outras fontes de financiamento. No entanto, o que mais surpreende Otranto (2006, p.7) é que nesse mesmo documento, “o MEC ‘se propõe a assegurar um fluxo regular adicional de recursos’ para aquelas instituições universitárias que aceitem aderir a um ‘Pacto de Educação para o Desenvolvimento Inclusivo’”. Nesse pacto, segundo o relatório do GTI, as vagas abertas contemplarão tanto as universidades federais, estaduais, municipais, como também, as privadas (comunitárias ou particulares), isto é, quando a esfera pública não tiver capacidade de absorver a demanda. É sabido que nas universidades públicas não se tem vagas ociosas e nem ampliação do número de vagas; assim, com certeza, a grande parte dessa verba, prevista por esse documento, será para as instituições privadas.

Segundo Otranto (2006), essas alternativas de financiamento presentes no documento do GTI surgiram dos textos do Banco Mundial e dos outros organismos internacionais. O Banco Mundial e a UNESCO, em documentos apresentados em 2000, sugerem a troca da dívida externa pelo investimento educacional. No entanto deixam claro que a diminuição da dívida é condicionada à reforma do ensino superior.

Nesse mesmo caminho, Lima (2004, p.43) afirma que a reforma da educação superior do governo Lula funda-se no “relançamento ‘requeitado’ das propostas privatizantes que a Unesco, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso apresentaram ao longo da

década de 1990”, tendo agora apenas um discurso maquiado com um “novo humanismo”, com pacto social, que na realidade aprofunda os pontos centrais da lógica neoliberal para o ensino, para a educação.

Conclui-se, dessa forma, que as diretrizes da Reforma da Educação Superior do governo Lula foram determinadas pelos Organismos Internacionais, em grande parte pelas diretrizes que foram defendidas no documento realizado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e que conduziu às medidas legais que foram criadas.

Essa reforma da educação superior do governo Lula, no pensamento de Lima (2004, p.44),

...afinada com o aprofundamento das reformas estruturais indicadas pelos organismos internacionais do capital e, permanecendo nesta direção, dificultará a possibilidade de ruptura do Brasil com o capitalismo dependente que marca nossa história.

Para Otranto (2006), uma dessas medidas é o ProUni. Assim, em seu ponto de vista, este programa significa atender às condições determinadas pelos organismos internacionais, o que, conseqüentemente, reflete-se na privatização do ensino superior brasileiro.

Segundo Lima (2004), a reforma da universidade só pode ser pensada enquanto uma política de governo que está inserido em um projeto mais amplo de educação e de sociedade. A política do governo Lula para as universidades brasileiras será mantida, com seu “neoliberalismo requeitado”. No momento atual, com a crise econômica mundial, as condições de vida da imensa maioria da população mundial demonstram que o neoliberalismo não consegue alterar o cenário de empobrecimento, apesar de seu discurso de crescimento econômico, justiça social e um mundo sem pobreza, demonstrando o fracasso das políticas praticadas pelo capitalismo.

No pensar de Lima (2004, p.26), não é mais “nem neoliberalismo, nem socialismo, nem social-democracia européia, mas um ‘novo’ projeto societário, ora identificado como ‘Terceira Via’, ora como ‘nova social-democracia’, ‘nova esquerda’ (...)”. Esse projeto da “Terceira Via” significa que, na área da política, segundo Chauí (apud LIMA, 2004, p.26), busca-se a aceitação da idéia de justiça social e abandona a idéia de “política de classes” e a de igualdade econômica, buscando apoio em todas as classes

sociais e garantindo que o governo seja uma das condições para a expansão e para o desenvolvimento da liberdade individual. No plano econômico, busca-se equilibrar a regulação e a desregulação de uma economia mista, mediante parcerias entre público e privado.

Para Lima (2004, p.28), essa “guinada à direita do Partido dos Trabalhadores tira da pauta de ações do partido a luta pelo socialismo, que foi substituída pela conciliação de classes”, com estabelecimento de um pacto social entre as classes, e na mesma direção uma política subordinada aos organismos internacionais.

Florestan Fernandes (1983), na apresentação do livro *O Estado e a Revolução* de Lênin (1983), apontava que a maioria dos partidos socialistas contentava-se com a reforma do capitalismo, esquecendo que, no pensar de Marx e Engels, não se tem a reforma da propriedade privada, mas o seu fim. Não se tem que abrandar os antagonismos de classes, mas eliminar as classes. Não se tem que melhorar a sociedade capitalista, mas construir uma nova.

Segundo Pereira (2006, p.14), uma educação que leve à “superação do mundo que engendrou a democracia na ordem burguesa terá que ser tão ampla e complexa que dê conta das contradições historicamente constituídas e também a sua possibilidade de superação”. Dessa forma, não basta o governo Lula só garantir o acesso ao ensino superior, nem o acesso a tudo o que a sociedade produz, pois essa visão é mercadológica. A atitude a ser tomada é outra: é preciso conseguir a posse comum dos meios de produção e, com isso, todos terão a possibilidade da educação, pública, gratuita em todos os níveis.

Estván Mészáros (2005), em seu livro<sup>5</sup> *A Educação para Além do Capital*, deixa claro que o acesso ao ensino universitário não significa democratizar o conhecimento e que a educação não é uma mercadoria. E coloca a necessidade de se pensar o humano além do capital, já que o capital se fundamenta no individualismo, no lucro e na competição. Em seu pensar, “educar é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias”

---

<sup>5</sup> O conteúdo desse livro foi escrito para abertura do Fórum Mundial de Educação, promovido em Porto Alegre, em 28 de julho de 2004.

(id., ibid., p.9) . Colocar essas idéias na vida prática exige ações que vão além das salas de aula, de gabinetes e de fóruns científicos. Dessa forma, a educação não se restringe à pedagogia, mas é um processo que se insere nas ruas, nos espaços públicos e no mundo.

O Governo Lula busca a “terceira via”, o pacto social entre as classes, e para resolver a falta de vagas no ensino superior, no lugar de criar novas vagas nas instituições públicas, financia vagas nas privadas, isto é, cria o Programa Universidade para Todos, mais conhecido como ProUni.

Nota-se, claramente, no pensamento de Otranto (2006), Minto (2006), Lima (2004) e Pereira (2006) que a universidade brasileira só ganhou em qualidade ou/e em expansão quando esse foi um interesse do capital, tanto nacional quanto internacional, que condicionaram a educação à economia, principalmente aos interesses do mercado.

## 1.2 - O PROUNI

O Programa Universidade para Todos tem como objetivo atingir os alunos que, por suas condições econômicas, ficam impedidos de pagar uma instituição privada de ensino superior e que não lograram êxito no ingresso de uma instituição pública. Em que pese o nome, o caráter meritocrático inerente ao ensino superior brasileiro se faz presente, pois um dos critérios do processo seletivo é a nota do ENEM<sup>6</sup>, que deverá ser no mínimo 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos).

Na tentativa de contribuir para o debate é que se apresentam as reflexões fundamentadas em conceitos das Ciências Sociais e na historicidade do fenômeno social, procurando esclarecer de modo mais aprofundado o ProUni, como política de acesso ao ensino superior.

Esse programa, nos documentos oficiais, é colocado como um “compromisso do Governo Federal de democratizar o acesso à educação

---

<sup>6</sup>“Só pode se candidatar ao ProUni, referente ao primeiro semestre de 2008, o estudante que tenha participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2007 e obtido a nota mínima de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais), estabelecida pelo Ministério da Educação (...) Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão.”(BRASIL,2007).

superior, representando uma política pública de ampliação de vagas, estímulo ao processo de inclusão social e geração de trabalho e renda aos jovens brasileiros”. (BRASIL, 2005).

Para analisar esse programa, pensa-se primeiramente no seu nome “Universidade para Todos” e o que vem significar essa simples frase no contexto social, segundo o conhecimento científico.

Na área da Publicidade e Propaganda, “Universidade para Todos” é um slogan, uma maneira “concisa e marcante, facilmente repetível, que resume o conceito ou diferencial – racional ou emocional – do produto/serviço ou marca, e o comunica em linguagem publicitária, de modo a aproximá-lo do público-alvo” (HOFF, 2004, p.62). Tem como função fazer o público-alvo - os alunos de classe social sem possibilidades econômicas de pagar uma faculdade privada e/ou sem condições de conseguir uma vaga na faculdade pública, porque não teve “preparação adequada” para competir no vestibular – aderir, ou seja, levá-lo a tomar a ação.

Qual ação é aqui esperada? Que todos os alunos com as características colocadas acima se inscrevam ao ProUni? Todos? Isso é difícil de acontecer, devido ao fato de que para se inscrever no ProUni tem que conseguir-se a nota mínima 4,5, na prova do ENEM. Como pode ser observado na citação abaixo:

Só pode se candidatar ao ProUni, referente ao primeiro semestre de 2008, o estudante que tiver participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2007 e obtido a nota mínima de 45 pontos (média aritmética entre as provas de redação e conhecimentos gerais), estabelecida pelo Ministério da Educação. Não são consideradas as notas obtidas nos ENEMs anteriores. Os resultados do ENEM são usados como critério para a distribuição das bolsas de estudos, isto é, as bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no ENEM. Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão. (BRASIL,2008).

Então, não é para todos! Mas para aqueles que passarem no ENEM e tiverem as maiores notas, já que as bolsas são distribuídas segundo as notas obtidas.

Para a Sociologia “Universidade para Todos” não é só uma frase de impacto, mas uma frase com teor ideológico. Michael Löwy (2006), ao introduzir o estudo sobre Ideologia, apresenta esse conceito desde sua

“invenção” por Destrutt de Tracy em 1801, passando por Marx, Lênin e Mannheim. Deste último, retoma os conceitos de ideologia e de utopia e propõe o termo de visão social de mundo.

Visões sociais de mundo seriam, portanto, todos aqueles conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas. Conjuntos esses unificados por uma perspectiva determinada, por um ponto de vista social, de classes sociais determinadas. (LÖWY, 2006, p.13).

Assim, usar uma frase como o Governo Lula usa: “Universidade para Todos”, referindo-se ao ProUni, é uma representação de interesses de classe. Caso se pense como Karl Marx, isso é uma ilusão, uma inversão da realidade para manutenção da classe capitalista no poder econômico, político e social. Caso se pense como Lênin, o governo está representando alguma classe social e seus interesses, e é necessário, então, verificar que classe e que interesses. Caso se utilize o pensamento de Karl Mannheim como referência conceitual, tem-se que, se essa idéia serve para manter a ordem estabelecida, é uma ideologia, mas se for uma idéia para transformar, buscar uma nova ordem social, é uma utopia. Caso se utiliz3 Michael Löwy, podemos pensar que a idéia de “Universidade para Todos” é uma visão social ideológica, para legitimar a ordem existente ou uma visão utópica, para destruir a ordem existente para o surgimento de uma nova ordem social.

No entanto tanto a frase como o programa fazem parte de um mesmo contexto. Assim, para que seja possível explicar o que essa idéia vem a ser na realidade, faz-se necessário buscar na história, na realidade dos fatos e nas práticas políticas o sentido real dessa frase. Nada é eterno, tudo o que existe na sociedade é transformado, tudo segue o fluxo da história. Conseqüentemente, o que acontece na esfera da educação é um processo que se refere à totalidade das ações políticas, econômicas e sociais em nível nacional e internacional. É necessário buscar as contradições internas da realidade: ou essa prática educacional representa uma manutenção da ordem estabelecida ou representa uma forma de destruir essa ordem.

### 1.2.1 - O ProUni e o contexto neoliberal

O presidente editou a Medida Provisória (MP) nº. 213 em 10 de setembro de 2004, que instituiu o Programa Universidade para Todos, em seguida o Decreto no. 5.245, de 18 de outubro do mesmo ano, que regulamenta a MP e a Portaria no. 3268, de 19 de outubro também do corrente ano, decretando os procedimentos que as Instituições Privadas de Ensino Superior deveriam tomar para aderir ao ProUni. (OTRANTO, 2004).

No ponto de vista de Otranto (2006, p.9), a MP é uma medida autoritária e falsa, cria o ProUni e o expõe como resultado de um consenso entre vários setores envolvidos:

O mais interessante da MP é sua exposição de motivos: “Toda a atuação política relativa ao marco regulatório do ensino superior foi orientada de forma a buscar a formação de um amplo consenso, incorporando reivindicações e sugestões de todos os setores envolvidos”. Será que uma MP editada de forma autoritária, desrespeitando o Parlamento que analisava, em Comissão Especial, o Projeto de Lei do próprio executivo, e, ainda, desconhecendo todas as críticas advindas dos defensores das escolas públicas ou privadas, pode-se autodenominar como uma medida de consenso? Que falso consenso é esse que desconsidera os encaminhamentos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, integrado por várias entidades representativas da Educação, dentre as quais ampla maioria se posicionou contra o PROUNI? Mais uma vez é uma afirmação inverídica, um jogo de palavras que atinge os incautos.

Mesmo a MP sendo contrária ao interesse do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em 13 de janeiro de 2005 o ProUni é transformado em lei, Lei no. 11.096/05. De maneira geral, esse programa (BRASIL, 2005) estabelece que as instituições privadas (com ou sem fins lucrativos) que aderirem terão isenção de: Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, Contribuição para o Programa de Integração Social. Em contrapartida as instituições deverão, por meio da adesão ao ProUni, conceder bolsas de estudo integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para alunos de graduação e seqüenciais de formação específica, em suas instituições privadas de ensino superior.

Os brasileiros que têm direito a bolsa (id., ibid.), são os não portadores de diploma de ensino superior, que tenham uma renda familiar

mensal per capita que não ultrapasse o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio). Atualmente isso significa que cada integrante da família tenha uma renda de 622,50 (seiscentos e vinte e dois reais e cinqüenta centavos). As bolsas de estudo parciais de 50% (cinqüenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), serão para brasileiros que não têm diploma de curso superior, com renda familiar mensal per capita que não ultrapasse o valor de até 3 (três) salários-mínimos, isso significa uma renda por integrante de até 1.245,00 (hum mil e duzentos e quarenta cinco reais). Essas bolsas de estudos são para as semestralidades ou anuidades escolares.

Os requisitos necessários para obtenção da bolsa são (id. *ibid.*): os brasileiros realizarem o ensino médio completo em escola pública ou em instituições particulares como bolsista integral; serem portadores de deficiência; professores de escola pública que queiram realizar curso de licenciatura, normal superior e pedagogia, com objetivo de obter formação para o magistério da educação básica, independente de sua renda. A bolsa é concedida até a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica, a partir do momento em que o estudante cumprir com os requisitos de desempenho acadêmico determinados pelo MEC.

A seleção dos estudantes (BRASIL, 2005) a serem beneficiados<sup>7</sup> é realizada por uma pré-seleção, pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - ou outros critérios a serem definidos pelo MEC. Por último, são selecionados pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, e deverão “competir para a vaga”.

Segundo Cunha (2000), na LDB, aprovada no governo FHC, deixa-se de mencionar os exames vestibulares, ganham força os projetos de lei destinados a fazer com que o desempenho dos alunos no ensino médio passe a ser determinante no processo de seleção dos candidatos aos cursos

---

<sup>7</sup> A bolsa do ProUni também pode atender estudantes de 14 anos, chamada de Bolsa Atleta Nacional (BRASIL, 2005), Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e para recebê-la o aluno deve estar vinculado a uma entidade de prática desportiva. Estudantes de até 12 anos podem requisitar a Bolsa-Atleta Estudantil, desde que estejam matriculados em escola pública ou privada. Atletas que podem ser eventualmente beneficiados, com R\$ 300,00 (trezentos reais) mensalmente, serão os atletas a partir de 12 anos que participam de jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte e tenham obtido até a terceira colocação em modalidades individuais ou sejam selecionados dentre os 24 melhores atletas das modalidades coletivas para que possam continuar a treinar para futuras competições.(BRASIL, 2005).

superiores. A orientação que tem prevalecido é que cada instituição escolha os seus critérios na seleção. Antecipando essa prática, o MEC deu início, em 1998, aos exames nacionais do curso médio (ENEM), que são realizados uma vez por ano, com caráter voluntário para os alunos. Os resultados desses exames são utilizados tanto pelas instituições de ensino superior na seleção dos seus candidatos quanto pelo próprio ministério na avaliação do ensino médio.

As instituições privadas criaram o seu próprio critério para selecionar os alunos para suas vagas, de modo a privilegiar a entrada de “clientes, para vender sua mercadoria”. Nas públicas, os vestibulares continuam rigorosos, limitando a entrada dos cidadãos, já que não há vagas suficientes.

O número de bolsas (id, *ibid.*) que a instituição privada deveria conceder ao aderir ao ProUni, em 2005, foi de 1 (uma) bolsa integral para cada 9 (nove) estudantes pagantes e matriculados ao fim do período letivo anterior, excluindo o número de bolsas integrais concedidas pelo ProUni ou pela própria instituição em seus cursos. Poderia também ser substituída a alternativa anterior, oferecendo-se 1 (uma) bolsa integral para cada 19 (dezenove) estudantes pagantes matriculados, desde que se oferecessem quantidades de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) na proporção em que a soma dos benefícios concedidos atingisse o equivalente a 10% (dez por cento) da receita anual dos períodos letivos que já possuíam bolsistas do ProUni.

O documento do governo de 2005 propunha mudanças para 2006, em que pese a relação bolsa e número de alunos pagantes. As IES particulares, com ou sem fins lucrativos, podem, no lugar de conceder, no mínimo, uma bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes pagantes e matriculados em curso, oferecer 1 (uma) bolsa integral para cada 22 (vinte e dois), desde que concedam, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25 (vinte e cinco por cento) na proporção em que a soma dos benefícios seja equivalente a 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita anual dos períodos letivos que possuem bolsista do ProUni.

Percebe-se que, de 2005 para 2006, as instituições de ensino privado receberam mais benefícios, já que a relação entre concessão de bolsa e número de alunos matriculados aumentou.

O período de adesão (id., ibid.) é de 10 (dez) anos, a partir de sua assinatura, renovável por iguais períodos. É possível, ainda, a permuta de bolsas entre cursos e turnos restritas a 1/5 (um quinto) das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Uma determinação importante e positiva é o caso da instituição renunciar à adesão: isso não causará prejuízo ao Estado e nem ao estudante beneficiado pelo ProUni, que terá o benefício concedido até a conclusão do curso, respeitando as normas internas da instituição e das disciplinas (id., ibid.).

No entanto as instituições que não têm autonomia são favorecidas, pois, com a adesão, estão autorizadas a ampliar o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno.

A Lei determina que o MEC desvincule do ProUni (id., ibid.) o curso que for avaliado, por duas vezes consecutivas, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), como insuficiente, sem prejuízo do estudante já matriculado, podendo este ser transferido para curso idêntico ou equivalente, em outra instituição que participe do programa. A penalidade às IES particulares pelo descumprimento das obrigações assumidas com a adesão ao ProUni abrange desde restabelecimento do número de bolsas até desvinculação e suspensão da isenção dos impostos e contribuições.

Além do que foi apresentado, a instituição tem como obrigação aplicar anualmente (id., ibid.), em gratuidade, no mínimo 20% (vinte por cento) da sua receita bruta (resultado dos serviços vendidos, adicionada da receita resultante de aplicações financeiras, de aluguel de bens, de venda de bens que não pertence ao ativo imobilizado e de doações particulares).

Quando ocorre a evasão (id., ibid.) dos alunos beneficiários que for discrepante em relação à evasão dos alunos matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, tem que oferecer bolsas de estudo integrais necessárias para restabelecer a proporção determinada em lei.

No artigo 12 da lei que cria o ProUni (BRASIL, 2005), há um prejuízo para um benefício que há muito tempo foi conquistado pelos sindicatos

de professores de IES particulares: gratuidade para si e para seus dependentes. As instituições passam a receber por um direito antes conquistado pela organização social do trabalhador. Nesse artigo, as instituições que aderirem ao programa “poderão considerar como bolsistas do programa os trabalhadores da própria instituição e dependentes destes que forem bolsistas em decorrência de convenção coletiva ou acordo trabalhista, até o limite de 10% (dez por cento) das bolsas ProUni concedidas”. (BRASIL, 2005).

Quanto à evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior (id., ibid.) é de responsabilidade de um grupo interministerial, composto por 1 (um) representante do Ministério da Educação, 1 (um) do Ministério da Fazenda e 1 (um) do Ministério da Previdência Social. O Poder Executivo, anualmente, divulga os resultados. Basta agora perguntarmos: que resultado? O número de alunos aprovados no Enade que são do ProUni têm melhores notas em comparação com aqueles que não participam do programa. É a única publicidade (palavra utilizada nesse artigo da lei) com que o público tem tido contado, além dos dados estatísticos do número de bolsas integrais e parciais.

No ponto de vista de Otranto (2006), se o recurso (isenção de impostos e pagamento de mensalidades) fosse direcionado às universidades públicas federais, novos professores seriam contratados e os cursos de graduação poderiam ser ampliados para o período noturno. Entre três ou quatro anos ter-se-ia 1 milhão de novas vagas nas IES públicas.

Historicamente, as empresas tiveram total incentivo para investir na educação e, ao estabelecer a lógica do mercado, almejaram, de forma exclusiva, o lucro, como se pode notar pelo crescimento das instituições privadas em comparação com as públicas (estatais).

**Quadro 01- Evolução do número de instituições de ensino superior no Brasil (1970-2005)<sup>8</sup>**

<b>Década</b>	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>
1970	217	670	887
1980	220	682	902
1990	192	905	1.097
2000/2005	231	1.934	2.165

Fonte 1: INEP/Censo da Educação Superior (1980 -2005)

Fonte 2: Anuários Estatísticos do Brasil (v. 33-39). 1972/1978. IBGE. (1908, 1935, 1971-1975).

Fonte 3: MEC. Secretaria-Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (1967-1968, 1976-1978).

Fonte 4: Serviço de Estatística da Educação e Saúde (1933, 1936, 1937, 1939, 1940, 1941, 1942, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950).

O programa não apresenta mecanismo de controle de qualidade para os cursos.

E, mesmo quando se fazem avaliações e surge a falta de qualidade de alguns cursos dessas instituições de ensino superior que oferecem bolsa do ProUni, o governo não toma providências imediatas, não querendo ser injusto com a instituição. Concede um período de seis anos para que um curso mal avaliado seja retirado do programa. Segundo, o secretário de Ensino Superior do MEC, Ronaldo Mota (apud PARAGUASSÚ, 2007) “(...) temos de permitir a uma instituição corrigir seus erros. Seria fácil fazer algo mais pirotécnico, mas poderíamos cometer injustiças”. O aluno que recebeu e está recebendo esse estudo de má qualidade fica marcado no mercado, pois sua qualidade é conhecida pelos empresários. Por isso, o aluno precisa continuar a fazer outros cursos para se atualizar para o mercado, beneficiando novamente as IES particulares que oferecem as especializações. Nem o governo e nem o empresário estão preocupados com o aluno.

Hoje, em 2009, por meio de dados fornecidos pelo MEC, tem-se claro que não foram criadas 120 mil bolsas, mas 796.218 bolsas de 2005 a 2009, sendo 463.423 integrais e 332.795 parciais, como se pode observar no quadro abaixo:

<sup>8</sup> Esses dados foram elaborados pelo Consultor do Senado Elí de Araújo a pedido do Senador Cristóvão Buarque. O quadro em questão é apenas uma síntese dos dados fornecidos, que estão completos no anexo número 02.

**Quadro 02 - Bolsas ofertadas anualmente pelo ProUni no período de 2005 a 2009.**

<b>Bolsas Oferecidas</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009 1º semestre</b>	<b>Total</b>
Integral	71.905	98.698	97.631	99.495	95.694	463.423
Parcial	40.370	39.970	66.223	125.510	60.722	332.795
<b>Total</b>	<b>112.275</b>	<b>138.668</b>	<b>163.854</b>	<b>225.005</b>	<b>156.416</b>	<b>796.218</b>

Fonte: Dados do MEC – Elaboração do quadro: Maria Aparecida de Almeida e Vera Lúcia de Carvalho Machado.

No entanto, como colocou Otranto (2006), se esse recurso fosse investido nas IES públicas, seriam 1 milhão de vagas, e essas seriam integrais, sem ônus para o aluno, como no caso das bolsas parciais.

Diante dessas informações, pode-se concluir que o ProUni, bem como a reforma da educação superior brasileira, fundamentou-se e foi direcionado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que seguiu as orientações dos organismos internacionais.

Seguindo essa análise, o “Programa Universidade para Todos” possui uma ideologia para manutenção da classe hegemônica, nacional e internacional, permanecer no poder do Estado e na sociedade global. A educação deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria, um serviço a ser oferecido pelo capital nacional e internacional. A educação como mercadoria só pode ter como essência a alienação do povo brasileiro. O capital necessita formar um proletário ideal para esse modo de produção, bem como colocar o Brasil, segundo as determinações mundiais, no seu lugar de país periférico dentro da ordem global.

Essa conclusão pode ser confirmada com o pensamento de Roberto Leher (2004), que escreve o prefácio do livro *Reforma Universitária do governo Lula*, organizado por Lúcia Maria Wanderley Neves (2004, p. 20-21):

Diversos intentos privatizantes foram freados por movimentos de resistência, por meio de greves, mobilizações e ações parlamentares. Com isso, a tentativa de desregulamentação da autonomia, tentada desde Collor, e a proposta de redefinição dos contratos de trabalho de docentes e técnico-administrativos foram bloqueadas. A cobrança de taxas e outras modalidades não pôde ser expandida conforme recomendações do BM e os desejos dos neoliberais. Após os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial de 1998, 2001, 2002 e 2003, nova ofensiva – denominada de segunda geração de reformas – vem sendo empreendida, agora com o beneplácito de um antigo opositor: o Partido dos Trabalhadores. Um

novo bloco de poder vem sendo forjado, agregado, sob a direção do capital financeiro, a burocracia sindical, as oligarquias e setores econômicos como o *agrobusiness* e, mais genericamente, o setor de exportação de *commodities*, setores que não necessitam de uma universidade pública capaz de produzir conhecimento novo. Ao contrário, aprofundam a condição capitalista dependente e, por conseguinte, a heteronomia cultural; por isso, estarão empenhados na contra-reforma, almejando, como indicado anteriormente, objetivos políticos.

### 1.2.2. As políticas inclusivas e compensatórias

A universidade pública tem na sua origem uma contradição: destinar-se ao público torna-a um bem público, isto é para o povo, no entanto a grande parcela do povo não a recebe, principalmente as camadas populares.

Só é possível entender-se essa contradição, segundo Sanfelice (2005), ao se analisar o conceito de público e estatal que não são a mesma coisa. Deve-se lembrar que o Estado, mais do que qualquer outra Instituição, tem como função manter a dominação e a exploração de classe. Tal situação serve exclusivamente para a administração dos interesses da burguesia. Marx (1998, p. 7), no Manifesto Comunista, afirma que o Estado moderno não é mais do que uma organização para administrar os negócios da classe burguesa. E também em Ideologia Alemã (MARX, 1993, p.98), assim se expressa:

(...) Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei.

Para Sanfelice (2005), a educação oferecida pelo Estado é a educação pública, é a educação estatal que exerce ação educativa do público, mas não para o público. O público, em uma sociedade de antagonismos de classes, é, na essência, um conceito ideológico, já que escamoteia a existência de diversos públicos, ocultando-se a associação existente entre os que controlam o Estado e os que possuem os meios de produção.

Quanto à educação pública, Marx (apud SANFELICE, 2005, p.91-92), nas críticas que tece ao Programa de Gotha, destaca:

*Educação popular e igual?* Que se entende por isto? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser *igual* para todas as classes? O que se exige é que também as classes altas sejam obrigadas pela força a conforma-se com a modesta educação dada pela escola pública, a única compatível com a situação econômica, não só do operário, mas também do camponês? Assistência escolar obrigatória para todos. Instrução gratuita. A primeira já existe, inclusive na Alemanha; a segunda na Suíça e nos Estados Unidos, no que se refere às escolas públicas. O fato de que em alguns Estados deste último país sejam “gratuitos” também os centros de ensino superior, significa tão somente, na realidade, que ali as classes altas pagam suas despesas de educação às custas do fundo dos impostos gerais.

Na análise de Sanfelice (2005, p.92), para Marx a educação do povo a cargo do Estado é inadmissível, pois uma coisa é exigir, por meio da lei, recursos para educação pública, capacitação dos docentes, e materiais de ensino, etc., e outra coisa é designar o Estado como educador do povo. A educação deve sair do domínio tanto do Estado quanto da Igreja. Percebe-se que o Estado deve-se responsabilizar pelo recurso financeiro, mas não deve haver interferência do Estado no conhecimento educacional. Assim, se o Estado é o educador do povo, não se pode considerar a educação pública, mas sim estatal.

A confusão de tomar a educação estatal como pública, como explica Sanfelice (2005), decorre de o ordenamento jurídico ser resultado da democracia burguesa instalada em grande parte dos países capitalistas. No plano jurídico, de maneira geral, denominam-se de públicos certos serviços estatais, que podem ser serviços-privativos e não privativos. Os privativos são exclusivos de prestação do Estado, mas também, por meio de concessão, podem ser oferecidos pelo setor privado. Os serviços chamados de não privativos são os de livre acesso do setor privado. Além disso, existem atividades que são consideradas serviços públicos, estando ou não sendo desenvolvidas pelo Estado; mesmo assim, não perderiam suas características se oferecidas pelo Estado ou pelo setor privado. Esse é o caso da educação. Ela é um serviço público que tanto o Estado ou setor privado podem oferecer. Seguindo essa lógica jurídica, a educação escolar (estatal e do setor privado) é sempre um serviço público, por mais que a realidade demonstre o contrário.

Ideologicamente a democracia burguesa, por meio do Estado, utiliza desse ordenamento jurídico para deixar a esfera da educação ao setor privado, bem como para passar recursos públicos a esse setor. Tira a

educação da classificação de bem e direito do cidadão e ela passa a ser um serviço de consumo.

A cidadania, esse conceito tão divulgado na educação, serve ao discurso ideológico como forma de superar as desigualdades do modo de produção capitalista, pois serve ao discurso da inclusão, da igualdade, no qual “todos são iguais perante a lei” (PEREIRA, 2006). Na verdade, o capital vê a educação como uma mercadoria, um serviço e não um direito. É dessa maneira que as forças ligadas aos interesses do capital, com consentimento popular, arditosamente mantêm a ordem estabelecida. Trata-se de, ao fazer recurso da ausência da explicitação do conceito na formação social a que se reporta, universalizá-lo e descolá-lo da base material da produção da vida. Essa tem sido, sem dúvida, uma das melhores estratégias do capital para a sua manutenção.

A educação brasileira vive e sempre viveu no conflito de interesses de classes. Neste momento, principalmente, o conflito de interesses se encontra entre os que são a favor da educação pública, laica e para todos e os que buscam uma educação privada laica ou confessional juntamente com a pública. O que está em discussão é a transformação da educação de um direito em uma mercadoria. Como é demonstrado por Pereira (2006, p.16) na citação abaixo:

Na verdade, esta não é uma questão menor, pois, enquanto aqueles que defendem a escola pública, laica e universal têm o propósito de, ao garantir a todos a educação, realizar neste âmbito a socialização do conhecimento historicamente e socialmente produzido, (um direito inalienável de todos) os defensores da escola privada, que entendem a educação não como um direito, mas, como um serviço a ser ofertado e comprado por quem por ele possa pagar, transportam a educação para o campo do mercado onde reina a lei da oferta e da procura.

Para “sanar” a dificuldade - a falta de vagas nas universidades públicas (estatais) e para atender as classes sociais mais desprovidas economicamente – surgem, no panorama educacional, as universidades particulares (as empresas da educação) que terão vagas, contanto que haja poder econômico para pagar pelo serviço.

O setor privado vende ao cidadão o bem público (estatal) que era seu por direito. Mas o conhecimento universitário não “precisa” ter a mesma qualidade que têm as universidades públicas (estatais), e as faculdades privadas não devem ter muita qualidade, pois os estudantes devem ser apenas profissionais especializados para o mercado, uma vez que não se busca criar pensadores críticos. Pode-se notar esse pensamento em Shiroma (2004, p.116-117):

Por meio de entidades públicas não-governamentais o Estado convoca a iniciativa privada a compartilhar as responsabilidades pela educação, reafirmando a velha tese da social-democracia de que a educação é uma questão pública, não é necessariamente estatal. Nessa conjuntura, as empresas são estimuladas a contribuir e desenvolver ações educacionais das mais diferentes modalidades, não raro com apoio financeiro governamental,...Pode-se perguntar por que, ciente dos déficits educacionais, o Estado destina recursos públicos às empresas e não às escolas? Qual a lógica subjacente a esse projeto? Como vimos, partilhando das recomendações internacionais, o governo brasileiro procurou articular um grande consenso nacional envolvendo empresários e trabalhadores em torno de novos requisitos educacionais, demandados tanto pela produção quanto pela sociedade. Mais do que isso, pretendia desvencilhar-se da imagem de Estado promotor de bem-estar social, de resto pouco realizada, da obrigação de ofertar o ensino compulsório para transformar-se em Estado avaliador e articulador de políticas. Disposto a “terceirizar” o ensino, acenou com vantagens para que a iniciativa privada fosse seduzida a investir no “ramo” educacional. No caso de empresas, a moeda de troca era o financiamento imediato e, no caso dos trabalhadores, equivale dizer, menor vulnerabilidade no mutante mercado de trabalho.

Segundo Corbucci (2004), por mais que se amplie o número de vagas nas universidades privadas, o povo não tem condições de pagar por esse ensino. Isso demonstra que há limites para a expansão do ensino superior centrado nas instituições privadas, pois, apesar da demanda, as condições financeiras acabam por impedir muitos alunos de se manterem nessas instituições. Assim, a ampliação de vagas não é condição suficiente para democratizar o acesso à formação universitária.

Para afiançar o preenchimento das vagas das instituições privadas, foi criado, em 1990, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), para os alunos que não têm condições financeiras de custear seus estudos. Esse programa vem para substituir o antigo crédito Educativo. No entanto é pouco para a demanda existente, atendendo apenas

10% do total de matriculados no setor privado, o que justifica a existência dos altos índices de inadimplência. (CORBUCCI, 2004).

Percebe-se que as políticas públicas objetivam sanar a falta de condições econômicas das classes mais baixas por meio da concessão de bolsas de estudos, de financiamentos, propiciando a uma pequena parcela a realização de seu sonho: cursar uma faculdade.

Para sanar a dificuldade de falta de vagas nas universidades públicas, para atender aos jovens que desejam ingressar no ensino superior, são ampliadas as vagas nas instituições particulares. De um lado, isto não basta, pois muitos dos alunos não têm como custear as mensalidades cobradas, ficando à espera de bolsas de estudo ou de financiamento. De outro lado, as instituições alegam que passam por dificuldades para resolver o problema da inadimplência e o excesso de vagas em aberto. É nesse quadro que são implementadas as políticas inclusivas e compensatórias no governo Lula, que objetivam remediar (positivista!) a falta de condições econômicas das classes mais baixas por meio da concessão de bolsas de estudos, propiciando a uma pequena parcela a realização de seu sonho: cursar uma faculdade, como é o “Programa Universidade para Todos”.

Cury, em seu artigo Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica (2005, p. 14), demonstra, a partir de uma análise da etimologia da palavra, que dialeticamente há relação entre excluir e incluir, como pode ser observado nesta citação:

“Incluir” vem do latim: *includere* e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço/lugar”. Esse verbo latino, por sua vez, é a síntese do prefixo *in* com verbo *cludo*, *cludere*, que significa “fechar, encerrar”. Participa da origem desse verbo um substantivo em português. Trata-se do termo “claustro”. Claustro é um espaço do qual alguns já “fazem parte” como “espaço delimitado, murado, rodeado”. Aliás, o claustro lembra uma parte de um mosteiro, próprio da vida conventual, espaço por vezes interdito a leigos e seculares. Incluir será, pois, “entrar no claustro”, adentrar um lugar até então fechado e que, por encerrar determinadas vantagens, não era, até então, compartilhado com outros. A expressão popular brasileira não hesitaria em aproximar tais termos do “entrar no baile”. E a canção que expressa o desejo do sujeito de entrar no circo, isto é, na festa, lamenta que “todo mundo vai ao circo, menos eu, menos eu...”. Os excluídos são os “barrados no baile”. Nesse sentido, há uma dialética entre a inclusão (o de dentro) e a exclusão (o de fora) como termos relacionais em que um não existe sem o outro. Excluir é tanto a ação de afastar como a de não deixar entrar. No entanto, não se pode

deixar de dizer que o preso, excluído do convívio social, é também um incluído nas grades prisionais.

As políticas inclusivas só tendem a incluir aquele que está deixado de fora, o excluído. Isso significa que não há igualdade, mas há diferença. Dessa forma, as políticas inclusivas são estratégias focadas na busca da universalização de direitos civis, políticos e sociais. Busca-se por meio da intervenção do Estado, “aproximar os valores formais proclamados no ordenamento jurídico dos valores reais existentes em situações de desigualdade”. (CURY, 2005, p.15). Isto é, essas políticas são voltadas para o indivíduo e para toda a sociedade, amparadas pelo Estado, devido ao princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos ante a lei, sendo universais, para todos os indivíduos e não destinadas a grupos específicos (cultura, classe, etnia, religião). No entanto isso não quer dizer que, na prática, acabam por atingir numericamente mais indivíduos provindos de grupos específicos, como determinada etnia e classe. O objetivo dessas políticas inclusivas é o de combater as formas de discriminação que proíbem o acesso e maior igualdade de oportunidades e de condições em sociedade.

As políticas inclusivas servem como forma de correção a uma universalidade de igualdade e oportunidades prometida pela forma de governo democrático, em uma sociedade de classes, que se caracteriza justamente pela divisão desigual dos bens econômicos, dos direitos políticos e dos bens sociais e culturais. Nesse sentido, as políticas inclusivas buscam reduzir a desigualdade social, mas não eliminá-la. Dialeticamente isso é impossível em um modo de produção capitalista, que se mantém pela própria desigualdade, que é a base da estrutura desse sistema.

Segundo Rouanet (2006), o filósofo norte-americano John Rawls, dedicou boa parte de sua vida acadêmica à elaboração de uma teoria da justiça, a qual chamou de “Justiça como equidade”, que foi apresentada em 1971, em sua obra *Uma Teoria da Justiça*. Seu questionamento central sempre foi como tornar as sociedades mais justas. Parte da suposição de que a desigualdade é própria à condição do homem em sociedade, um ser “egoísta racional”. Mesmo assim, o homem pode suplantar essa condição ao se relacionar com outros para ter uma vida em comum. Ao escolher os princípios que vão deliberar a sociedade, “o princípio da liberdade igual a todos” e o

“princípio da diferença”, a própria sociedade, no plano doméstico, acaba por colocar em prática os princípios. Quanto ao princípio da diferença, Rawls compreende que

as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade eqüitativa de oportunidades; e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio da diferença). (RAWLS apud Rouanet, 2006, p.7).

No ponto de vista de Rouanet (2006, p.7), “a teoria da justiça como eqüidade não constitui um igualitarismo rasteiro”, mas, sim o de se fazer a distribuição de renda sem prejudicar a sociedade, o princípio *maximin*. Eleva-se a renda e a condição de vida dos menos favorecidos economicamente, de maneira progressiva e ao mesmo tempo tributa-se a renda daqueles que possuem melhores condições econômicas. Esse processo, com uma maior alteração, resultaria negativamente nas condições econômicas da sociedade como um todo.

Para Rouanet (2006), as cotas nas universidades, como as ações afirmativas em geral, são uma tentativa de transformar a injustiça histórica existente na sociedade brasileira. Há a exclusão de uma parte da sociedade das condições de mobilidade social, devido aos obstáculos que se colocam desde o seu nascimento em condições materiais desfavoráveis.

Segundo esse autor, a ação afirmativa “é um mecanismo compensatório”, necessário para mudar, diminuir a desigualdade na sociedade brasileira, no sentido de tornar a sociedade mais justa.

Lessa (2007), contrário às políticas afirmativas, compensatórias, afirma que elas surgem no contexto dos governos Reagan e Thatcher, com desmantelamento do Estado do Bem-Estar e sua substituição pelo neoliberalismo. Esse modelo tem, como ideologia, a política de “compensar” a desigualdade.

Ao mesmo tempo, nas últimas 4 e 5 décadas, a revolução foi sendo deixada de lado, a esquerda recuou em busca de uma política reformista cada vez mais conservadora. É nesse contexto que as cotas, as políticas compensatórias passam a ser aceitas pela esquerda e pelas minorias. Esse simplismo e pobreza levam a política a ser reduzida em política institucional, a

transformação se restringe às políticas estatais e o embate ideológico se obriga aos limites da ideologia burguesa. “A demagogia e a hipocrisia das ‘políticas afirmativas’ são facilmente desveladas: elas apenas podem ser aplicadas em setores muito parciais e desde que não alterem nada, sequer de secundário, na relação entre as classes”. (

As propostas de “políticas afirmativas”, segundo Lessa (2007) são contrárias e incompatíveis com a busca por uma sociedade revolucionária. Remove-se a universalidade e propõe a “construção das diferenças”, como ações democráticas. Isso desarma, política e ideologicamente, aqueles que lutam pela revolução, já que divide o proletariado e os trabalhadores. No lugar de todos lutarem pela universalização de uma educação pública, gratuita e de qualidade, se organiza nos grupos dos negros e dos indígenas que lutam por suas cotas. “Isso dificulta a luta contra o capitalismo”. (id., ibid., p.105).

No ponto de vista de Arcary (2007, p.106-107), “as cotas sociais e raciais no ensino superior ou nos concursos públicos são reformas que, sob o capitalismo, não poderão inverter a dinâmica decadente do capitalismo periférico”. Em seu pensar, o marxismo percebeu que os homens eram, ao mesmo tempo, diferentes e iguais. Isto é, tinham capacidades diversas e talentos que variavam, entretanto possuíam as mesmas necessidades: de alimentação, vestimenta, abrigo, aprendizagem, segurança e lazer. Assim, a equidade é o alcance do liberalismo, seu limite. No socialismo busca-se o igualitarismo. Segundo esse pensador, “as cotas do Governo Lula são um bombom em um bolo envenenado: a reforma universitária que legaliza a transferência de verbas públicas para o ensino privado, por meio do ProUni”. (id., ibid., p.109) Assim, o governo concebe anistia às dívidas fiscais de um setor que fatura bilhões de reais.

Segundo Arcary (2007, p.109) “o que se está defendendo contra as cotas, portanto, não é acesso universal, mas um critério de seleção, o meritocrático”. Segundo esse pensador, esse critério é mais justo do que a seleção pelo poder econômico para pagar as mensalidades, porém não é um critério igualitarista, já que para ser teria que “tratar de forma desigual os desiguais, favorecendo os mais explorados ou oprimidos”. Critica os defensores da meritocracia, por quererem que os jovens operários e negros estudem cada vez mais para conseguir passar no vestibular.

Cury (2005) apresenta em seu texto o conceito de políticas inclusivas, enquanto qualidade histórica, chamada de direitos pelo pensador Bobbio. Os direitos servem para diminuir as diferenças existentes entre questões de gênero, etnia, faixa etária, religião, deficiências etc. Assim, as políticas inclusivas são voltadas para as minorias, focalizadas em determinados grupos que possuem determinada diferença específica. Isso porque se entende que esses grupos são socialmente vulneráveis, já que sua história é marcada pela exclusão. Não se acredita no sucesso das políticas universalistas pela sua insuficiência, mas, sim, focalizando grupos específicos acabariam por “dar mais a quem mais precisa, compensando ou reparando perversas seqüelas do passado. Isso se baseia no princípio da equidade, pelo qual, como já se afirmava na Antigüidade Clássica, uma das formas de fazer-se justiça é ‘tratar desigualmente os desiguais’.” (id. Ibid., p15).

Segundo Cury (2005), a equidade não é uma forma de suavização da igualdade, mas de um conceito distinto, que institui uma dialética com a igualdade e a justiça, ou seja, o justo e o equitativo. Assim, a equidade é o momento do equilíbrio balanceado, que tem por objetivo a eliminação de discriminações. Um exemplo dessas políticas é a questão das “cotas” como expressão de “ações afirmativas”. Dessa forma, a equidade abdica a tentativa da universalidade, isto é, ao focar a política inclusiva para dar maior igualdade aos grupos vulneráveis, renuncia às iniciativas que buscam garantir a igualdade legal para todos os indivíduos pertencentes à sociedade.

No pensamento de Cury (2005, p.16), essa focalização é uma estratégia para administrar seus recursos, como pode ser notado na citação abaixo:

Se considerarmos as graves dificuldades das contas públicas às voltas com o pagamento de dívidas e com as limitações de recursos para os investimentos em direitos sociais universais, a focalização não deixou de ser uma estratégia dos Estados para uma alocação específica de recursos.

Nessa questão de direito à igualdade de todos e o direito à equidade, é preciso fazer a defesa da igualdade como princípio dos direitos do homem, do cidadão. Políticas de educação igualitária significam igualdade de

direitos, sem discriminação, isto é, “todos freqüentando os mesmos claustros, isto é, tendo acesso, permanência e sucesso nas etapas da educação (...). Trata-se de efetivar a igualdade de oportunidades e de condições ante um direito inalienável da pessoa – a cidadania e os direitos humanos.” (CURY, 2005, p.16).

É dessa tensão entre igualdade e diferença que nascem as políticas universalistas ou focalizadas.

Ao analisar o conceito de democracia e cidadania, Cury (2005) tem claro o limite das políticas inclusivas de educação que esbarram na ausência de uma efetiva política para a educação em qualquer etapa.

A história da educação brasileira, vista a partir do presente, é marcada pelo caráter excludente da educação escolar. Os interesses do capital internacional e nacional, em um modo de produção capitalista, mantêm a desigualdade na distribuição de renda, incentivam políticas compensatórias e focalizadas no lugar de políticas públicas que universalizem a educação como um todo.

As políticas inclusivas compensatórias, como o ProUni, “visam corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas” (CURY, 2005, p. 24). Buscam equilibrar a desigualdade de oportunidades que sempre favoreceu determinados grupos ao acesso de bens sociais, e, dessa forma, conjuga o princípio de igualdade com o de eqüidade, no sentido de essa política buscar uma ampliação desse direito.

Marques e Maia (2006, p.54) apóiam as ações afirmativas, já que “são propostas institucionais que objetivam a redução das desigualdades sociais e supõem planejamento, por representarem possibilidades de intervenção no processo histórico”.

Já existem estudos que comprovam o desempenho de alunos beneficiados por ações afirmativas, mostrando que obtêm sucesso acadêmico nas melhores universidades públicas do país: como no caso da USP e da Unicamp. Como pode ser confirmado pelo artigo de Marques (2008), ao comentar sobre um artigo que foi publicado na *Higher Education Management and Policy*, publicação da OCDE, na qual se apresentam dados que embasaram a criação da bonificação de pontos e os primeiros resultados. “O estudo mostra que para os estudantes que entraram na Unicamp entre 1994 e

1997 aqueles oriundos de escolas públicas tiveram desempenho acadêmico superior aos egressos de colégios privados”.

A partir dessa citação pode-se afirmar que o aluno advindo da escola pública tem toda capacidade para realizar sua formação nas melhores universidades públicas do país. Então, por que o governo no lugar de ampliar a vaga nas públicas aplicou o recurso nas instituições privadas?

Para responder a essa questão basta vislumbrar o pensamento de Marx (1993; 1998), Lênin (1983), Meszáros (2005), Sanfelice (2005; 2006) e Florestan (1983) quando tratam do papel do Estado no modo de produção capitalista, no qual a manutenção do sistema vigente pode justificar o fato de se oferecer aos que não pertencem à classe dirigente, um conhecimento com menor qualidade.

Sendo assim, não há como contrariar os pensadores marxistas que vêem o ProUni como uma forma de privatizar o ensino superior. Esse efeito foi causado pela retirada de verbas do ensino superior público devido aos interesses do capital nacional e internacional, que ditam as regras econômicas e políticas necessárias para manter a estrutura social e a alienação. Levam, dessa forma, a população a se contentar com políticas afirmativas e focadas, como o ProUni, que concede o acesso ao ensino superior para alguns, não conseguindo ver a essência do fato: o direito à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia, como direitos básicos para qualquer cidadão.

O Estado brasileiro tem tomado medidas para implementar programas de políticas inclusivas e compensatórias, como o ProUni.

Segundo Carvalho (2006), o ProUni surge acompanhado de um discurso de justiça social, ocultando a pressão que as associações das IES particulares realizavam, justificadas pelo número elevado de vagas abertas e ociosas. Isso demonstra que o setor privado abre vagas que não são procuradas pelos estudantes, levando as IES particulares a um quadro de incertezas, agravado com o grau elevado de inadimplência e desistência. A queda do poder de compra do assalariado e o aumento do desemprego, principalmente, dificultam a manutenção dos gastos com mensalidades por parte do assalariado. “O Programa Universidade para Todos surge como uma ótima oportunidade para as IES ameaçadas, e, novamente, mantém-se o incentivo recomendado pelo BIRD à iniciativa privada”. (id., *ibid.*, p. 08).

O programa, durante o período de Lei da Medida Provisória até a Lei do ProUni, afirma Carvalho (2006), sofreu mudanças no texto legal, levando à flexibilização de requisitos e sanções em favorecimento das IES particulares, demonstrando que, na tramitação no congresso, houve a atuação dos representantes nos interesses das IES particulares. Nos debates quanto à Reforma do Ensino Superior, exalta-se a importância do ProUni, sob afirmação da democratização do ensino. Também a sociedade civil apoiou o programa, já que os estudantes egressos do ensino médio público se consideravam sem potencial para passar nos exames vestibulares.

De um lado, resulta no aumento do lucro fomentando a permanência da estrutura do modo de produção capitalista. De outro lado, os jovens não recebem um conhecimento de qualidade, isto é, um conhecimento crítico. Continuam a ser analfabetos funcionais acríticos, ou seja, sabem ler, escrever, analisar apenas a aparência dos fatos, sem condições de fazer uma análise a qual traz à tona a essência dos fenômenos, sem saber rejeitar o conteúdo ideológico, o que os leva a aceitar os problemas sociais como naturais.

Conclui-se, dessa forma, que o ProUni, bem como as diretrizes para a Reforma da Educação Superior do governo Lula, atenderam às determinações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, FMI, UNESCO, ALCA, OMC, BIRD), bem como asseguraram benefícios aos empresários da educação, tanto nacionais como internacionais, que vêem a educação como mercadoria e não como um direito. Deixando-se de investir nas IES públicas e abrindo o mercado para a aplicação do capital estrangeiro, atendeu-se aos empresários nacionais da esfera da educação, que necessitavam da isenção de impostos, pela falta de alunos com condições de pagar, pela quantidade de vagas abertas, bem como pelo aumento da inadimplência. Esse é um dado positivo para o capital. Em grande parte, essas diretrizes foram defendidas no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial e conduziram à criação de medidas legais.

O que se desvela é que o ProUni é um programa que se insere no Pacto de Educação para o Acréscimo Inclusivo, um programa que atende as condições determinadas pelos organismos internacionais e que não busca

superar o processo de privatização do ensino superior brasileiro, ampliado no governo anterior.

Segundo Catani, Hey e Gilioli (2006), o ProUni constituiu-se como o programa da Reforma Universitária responsável pela democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, para os autores, significativas influências das instituições privadas provocaram mudanças na proposta original, “assim, o parco teor cidadão do ProUni, manifesto quando do lançamento da proposta, foi ainda mais tolhido, pois os benefícios e sua amplitude se reduziram. Representou, também, um estímulo às IES privadas” (ibid, p. 126).

Sem dúvida, o ProUni foi também o caminho encontrado para se atingir a meta definida no Plano Nacional de Educação de aumentar em 30% o número de jovens com idade entre 18 e 24 anos, matriculados no ensino superior.

Não há como se negar que o ProUni concede vagas, antes inexistentes, a jovens que não teriam condições de cursar uma faculdade, devido a sua precária instrução para ingressar nas universidades públicas. Conseqüentemente, com o ProUni, esse jovem vai conseguir o acesso a uma faculdade. Muitas IES privadas não fornecem ao aluno um curso com qualidade e isso é um dado positivo para o capital. Ele terá que continuar a realizar novos cursos. Isto é bom para o capital que precisa ampliar suas empresas, seus cursos e preparar o aluno para o mercado de trabalho.

Marques e Maia (2006) afirmam que, a cada ano, o número de jovens que procuram uma bolsa do ProUni aumenta e a quantidade de vagas não consegue resolver a demanda. Lembram ainda que esse programa é apenas parte da Reforma Universitária, é emergencial, para atender os anseios da população ao ensino superior e, principalmente, mostrar resultados às Organizações Internacionais. Os autores acreditam que esse programa é necessário, mas que deve ser acompanhado de outras ações que se iniciem da base, do ensino fundamental. O jovem que está prestes a entrar em uma faculdade não pode esperar que aconteça a melhoria real no ensino fundamental e médio. Concluem que o ProUni abre novas oportunidades para que a população carente tenha a possibilidade de ingressar no ensino superior. Surgem, todavia, novas formas de exclusão, “se considerarmos que os critérios

de elegibilidade do programa são inflexíveis e não levam em consideração as diferenças regionais". (id., ibid., p.58).

Diante disso, pode-se concluir que o ProUni se compromete, ideologicamente, para a manutenção da classe hegemônica, nacional e internacional, no poder do Estado e na sociedade global. Trata-se de um programa emergencial, de cunho assistencialista, que não coloca a ordem vigente em discussão. Ao contrário, adapta-se a ela e mantém as condições que produzem a desigualdade para o acesso ao ensino superior.

O investimento no setor público seria o caminho para se conseguir a democratização da educação superior no Brasil, e um projeto nesse sentido seria no atual momento histórico contraditório com os interesses dominantes. Na verdade, o que se assegura com o ProUni são benefícios concedidos aos estudantes egressos da escola pública e com situação financeira desfavorável e não o direito de todo cidadão à educação pública/estatal de qualidade. Dessa forma, o ProUni contém uma visão de mundo ideológica, comprometida com a conservação da ordem vigente, apesar de autoproclamar-se promotor da democratização da educação superior.

## II. OS CAMINHOS PARA CONHECER A VISÃO DO BOLSISTA.

O ProUni, programa criado pelo governo federal para permitir o acesso do egresso do ensino médio, de baixa renda, ao ensino superior, tem sido objeto de discussão dentre os educadores Lima (2004), Minto (2006), Otranto (2006), Marques e Maia (2006), Catani, Hey e Gilioli (2006), Carvalho (2006), Lessa (2007), Arcary (2007), Pereira (2006), como também das entidades como a ANDES, UNE, UEE. Alguns defendem o programa, outros criticam-no por estar a serviço das mantenedoras, outros, por ser uma medida paliativa, que não universaliza o acesso à educação superior.

E os bolsistas do ProUni, aqueles alunos que são beneficiados pelo programa, o que pensam a respeito? Será que vêem o programa como a possibilidade de acesso ao ensino superior de todas as classes sociais? Como avaliam o processo seletivo do ProUni? Quais as expectativas em relação ao curso que fazem? Para buscar respostas a essas questões buscou-se conhecer o que pensam os alunos bolsistas do ProUni. Para isso, foi necessário ir a campo, em uma Instituição privada de Ensino Superior no interior do Estado de São Paulo.

### 2.1 – A Universidade<sup>9</sup> e a amostra

A universidade privada, do interior do Estado de São Paulo, na qual se realizou a coleta de dados, foi criada em 1951, tendo sua origem na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e hoje conta com vários cursos de graduação, com cursos tecnológicos, com cursos de especialização e mestrado, credenciados pela Capes.

Há nessa instituição de ensino superior em torno de 700 alunos bolsistas do ProUni, dos quais 420 no campus em que a pesquisa foi realizada. Foram disponibilizados pela instituição 104 alunos bolsistas do

---

<sup>9</sup> Todos os dados que constituem esse tópico advêm do site dessa universidade, que não será citado para salvaguardar a idoneidade desta Instituição.

ProUni e seus respectivos prontuários, para compor a amostra. A escolha dos alunos em responder ao questionário foi intencional, pois foram selecionados apenas aqueles que se dispuseram a isso.

Esses alunos pertencem a diferentes cursos da instituição e os questionários foram a eles distribuídos, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 01 – Distribuição de questionários aos 104 alunos bolsista do ProUni, segundo o curso em que estão matriculados em 2008.**

<b>Curso</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Administração de Negócios	36	35
Ciências Contábeis	01	01
Farmácia	14	13
Publicidade e Propaganda	20	19
Química	02	02
Sistema de Informação	22	21
Teatro – Arte e Educação	09	09
<b>TOTAL</b>	<b>104</b>	<b>100</b>

## 2.2 - A coleta de dados

A primeira etapa da pesquisa foi a documental, na qual foram analisados os prontuários de cada um desses 104 alunos. O que caracteriza essa técnica é o fato de “que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (LAKATOS, 2005, p.176).

Os documentos analisados foram os históricos do ensino médio e os históricos da universidade dos 104 bolsistas do ProUni, com o intuito de realizar uma comparação entre as notas desses dois níveis de ensino, com o objetivo de verificar se tais alunos continuaram a ter no ensino superior o mesmo desempenho do ensino médio. Outro objetivo foi verificar se está sendo cumprida uma das exigências do ProUni para que o aluno não perca a bolsa, isto é, a “não aprovação em, no mínimo, de 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo.” (BRASIL, 2008).

Por fazerem parte dos arquivos da universidade, esses documentos não puderam ser retirados e nem xerocopiados; assim, a

anotação dos 104 históricos do ensino médio foi realizada manualmente dentro do departamento dessa instituição.

Posteriormente, houve o levantamento do histórico da faculdade de cada um desses 104 alunos, para que fosse realizada a comparação das notas. Esse arquivo foi cedido em Word, não havendo necessidade de realizar as anotações manuais.

A segunda etapa da pesquisa foi a aplicação de um questionário junto aos alunos bolsistas. Segundo Lakatos (2005, p.224), essa técnica de documentação direta é classificada como observação direta extensiva e uma de suas técnicas de coleta é o questionário “constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador.”

As vantagens da utilização desse instrumento de coleta de dados estão não apenas economizar tempo e viagens, mas também em obter grande número de dados e em atingir muitas pessoas simultaneamente; fornecendo respostas mais rápidas e mais precisas. Há maior liberdade devido ao anonimato e mais segurança, já que as respostas não são identificadas. Também há menos riscos de distorção, visto que o pesquisador não influencia o respondente; concedendo ao entrevistado maior tempo para responder e em horas mais adequadas. Por último, há mais uniformidade na avaliação, dado que o instrumento é impessoal e o fato de se obter resposta que materialmente não existiriam. (LAKATOS, 2005).

Esse instrumento, porém, apresenta algumas desvantagens como o percentual pequeno de retorno dos questionários; um grande número de perguntas sem respostas; a impossibilidade de esclarecer ao respondente as questões; a leitura de todas as perguntas, pelo pesquisado, a influência de uma questão sobre a outra; a devolução com atraso, prejudicando o cronograma da pesquisa; a falta de controle das circunstâncias em que foram preenchidos os questionários; a exigência de universo mais homogêneo. (LAKATOS, 2005).

Devido às características positivas desse instrumento de coleta de dados, bem como as condições financeiras e temporais colocadas nesta pesquisa, o questionário apresentou-se como a melhor técnica a ser

empregada. Utilizaram-se perguntas fechadas, com múltipla escolha, apresentando várias respostas possíveis que poderiam ser combinadas com respostas abertas, possibilitando ao respondente escolher alternativa e a partir de então explicitar sua informação. O questionário contém perguntas abertas, chamadas de livres ou não limitadas, que, segundo Lakatos (2005, p. 206) “são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões”, resultando numa investigação mais profunda e precisa, apesar de tornar a aplicação, a tabulação e análise mais difícil e complexa, exigindo a sua categorização. Segundo Pachane (1998, p.51), “a utilização de questões abertas proporciona a elaboração de categorias baseadas nos dados empíricos colhidos (...) a partir da vivência dos alunos”, o que atende ao objetivo da pesquisa: buscar a opinião dos bolsistas sobre o ProUni.

Levando em conta a temática da pesquisa, o questionário foi estruturado, subdividido em temas e para cada tema foram realizadas questões específicas. Formaram-se 42 perguntas, e os temas abordados foram, na primeira parte do questionário, questões que buscaram os dados pessoais e escolares dos bolsistas, tendo por objetivo traçar o perfil desses alunos (o curso que realiza; o perfil pessoal do bolsista; a relação do trabalho com o estudo). Na segunda parte do questionário, as questões foram formuladas sobre a visão do bolsista em relação ao ProUni (avaliação do ProUni; avaliação do Curso que realiza; o significado do ProUni). A primeira parte contou com 17 questões (02 abertas, 03 dicotômicas, 01 classificatória, 11 de múltipla escolha combinada com respostas abertas) e a segunda parte, com 25 questões (07 abertas, 12 de múltipla escolha combinada com respostas abertas, 03 classificatórias, 03 fechadas).

O questionário, que pode ser visto no anexo, foi entregue pela pesquisadora aos alunos do período da manhã e da noite, explicando-se o objetivo da pesquisa e dando-se um prazo de uma semana para que fossem devolvidos na coordenação do curso. Dos 104 questionários entregues, muitos não foram devolvidos. Assim, foram entregues novos questionários a outros bolsistas de outros cursos para buscar uma maior amostra, mas

apenas 43 foram devolvidos. Os dados coletados foram tabulados e apresentados.

Os 43 alunos que responderam ao questionário estão distribuídos nos seguintes cursos:

**Tabela 02 - O curso de graduação em que o bolsista do ProUni que respondeu a pesquisa esta matriculado em 2008.**

<b>Curso</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Administração de Negócios	15	35
Direito	01	02
Farmácia	07	16
Química – Licenciatura	01	02
Publicidade e Propaganda	07	16
Sistema de Informação	05	12
Terapia Ocupacional	04	09
Teatro – Arte e Educação	03	07
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Desses 43 alunos, 63% iniciaram o curso em 2006, 26% em 2005, 9% em 2007 e somente 02% em 2004. Neste momento, encontram-se nos vários semestres destes cursos: a maioria, em primeiro lugar, com 49%, estão no 5º semestre; em segundo lugar, com 28%, no 7º semestre; em terceiro lugar, com 14%, no 4º semestre; em quarto lugar, com 07%, estão os alunos do 3º semestre e, por último, com apenas 02% os alunos do 6º semestre. Note-se que 21% dos alunos obterão sua conclusão em 2008, 56% em 2009 e 23% estarão formados em 2010. Como a pesquisa foi realizada em 2008, a maioria, 91%, está vivenciando a vida universitária, além do que, por serem bolsistas há mais de um ano, pode-se considerar que têm condições de conceder informações bem fundamentadas sobre essa vivência.

### III - O PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS

#### 3.1. Apresentação e análise dos dados

##### 3.1.1 – Desempenho acadêmico dos alunos

Na primeira etapa da pesquisa, a documental, foram analisados os prontuários de 104 alunos bolsistas do ProUni, isto é, foram colhidos dados dos históricos do ensino médio e dos históricos da universidade.

Os dados dos históricos do ensino médio foram anotados manualmente, em um caderno, e posteriormente, foi calculada a média de cada um dos históricos, para que fosse possível descobrir a média aritmética das notas obtidas por tais alunos nesse nível de ensino.

Depois desse levantamento, houve o resgate do histórico da faculdade de cada um dos alunos, para que fosse realizada a comparação das notas. Esse arquivo foi cedido em Word, não havendo necessidade de realizar as anotações manuais, porém cada histórico foi analisado e foi obtida a média.

Os resultados obtidos nessa primeira etapa, quanto ao desempenho acadêmico dos alunos no ensino médio e no ensino superior dos 104 alunos indicados para a pesquisa, podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 03 – Distribuição da média do desempenho dos alunos bolsistas no ensino médio e no ensino superior**

<b>Média do desempenho</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>%</b>	<b>Ensino Superior</b>	<b>%</b>
A	13	12	30	29
B	81	78	73	70
C	09	09	01	01
Não tem histórico	01	01	-	-
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>100</b>	<b>104</b>	<b>100</b>

O intuito de realizar uma comparação entre as notas desses dois níveis de ensino teve como objetivo verificar se o desempenho dos bolsistas no ensino superior continuava o mesmo do ensino médio.

Ao se analisarem os dados apresentados na tabela, é possível inferir que os estudantes, em sua maioria, mantêm na faculdade o desempenho que obtinham anteriormente no ensino médio. Nesse nível, 78% obtiveram a média B e na faculdade 70% permanecem com essa média. Pode-se deduzir que houve um melhor desempenho de alguns, pois de 13% com média A no ensino médio, passa-se a ter 30% dos bolsistas com essa média no ensino superior. Tem-se apenas 01 aluno com a média C no ensino superior, porque ao calcular a média desse histórico, o aluno constava com 06 disciplinas reprovadas, em um total de 36 disciplinas, deixando sua média de histórico com o conceito C.

É necessário ter claro que os conceitos utilizados no ensino médio<sup>10</sup> e ensino superior são diferentes. Por isso, os 09% com média C no ensino médio tiveram outro conceito no ensino superior, já que essa Universidade adota os conceitos A para os aprovados que atingiram todos os objetivos, B para os aprovados que atingiram a maior parte dos objetivos, e o R para os reprovados, quando o aluno não atingiu o mínimo dos objetivos.

Além do desempenho, esse estudo documental teve outro objetivo, o de verificar se está sendo cumprida uma das exigências do ProUni para que o aluno não perca a bolsa, isto é, tem que ser aprovado, no mínimo, em 75% do total das disciplinas cursadas em cada período letivo. Como pode ser observado na explicação do Manual do bolsista do ProUni (BRASIL, 2008, p.9) abaixo:

---

<sup>10</sup> Conceitos encontrados nos históricos do ensino médio, de várias escolas são: Colégio 1 (2002 e 2003: a média para aprovação era 5,0); Colégio 2 (2002 e 2003: média para aprovação era 6,0); Colégio 3 (média para aprovação era 7,0). Para conseguir um parâmetro de análise foi utilizado o seguinte critério (notas 5 a 6,9 conceito C; notas de 7,0 a 8,9 conceito B; notas de 9,0 a 10,0 conceito A). Quando o colégio utilizava letras como: Colégio 4, que de 1999 a 2001 utilizou conceitos (o MB = muito bom, o aluno que superou os objetivos essenciais; B = bom, o aluno que atingiu os objetivos essenciais, I = insatisfatório, para o aluno que não atingiu os objetivos essenciais). Colégio 5 em 1998 e 1999 (A = aluno atingiu plenamente os objetivos; B = aluno atingiu plenamente os objetivos; C = aluno atingiu os objetivos essenciais; D = aluno atingiu parte dos objetivos essenciais; E = o aluno não atingiu parte dos objetivos essenciais). Nesses casos, também foi utilizado o critério a seguir (notas 5 a 6,9: conceito C; notas de 7,0 a 8,9: conceito B; notas de 9,0 a 10,0: conceito A). Não foram encontrados nos históricos de ensino médio conceitos que impossibilitassem a aplicação desse parâmetro.

O estudante, seja bolsista integral ou parcial, para ser manter no ProUni, deverá ser aprovado em, no mínimo, 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo. Exemplificando: um estudante que cursa quatro disciplinas em um período letivo, deverá ser aprovado em, pelo menos, três disciplinas, o que representa um percentual de aprovação de 75%. Caso seja aprovado em apenas duas disciplinas, poderá ter a sua bolsa encerrada, visto que totalizou somente 50% de aproveitamento. Neste caso, o coordenador do ProUni, juntamente com os professores responsáveis pelas disciplinas em que houve a reprovação, poderá analisar as justificativas apresentadas pelo estudante para o rendimento acadêmico insuficiente e autorizar, por uma única vez, a continuidade da bolsa.

Dos 104 bolsistas, 44 tiveram disciplinas inconcluídas, canceladas, trancadas, reprovação por nota, reprovação por frequência, mas em todos os casos foram cumpridos os 75% de aprovação das disciplinas por semestre.

**Tabela 04 – Distribuição das disciplinas concluídas e não concluídas pelos 44 bolsistas.**

Aluno	No. de Disciplinas Concluídas.	No. Disciplinas que não foram concluídas e as reprovadas	Total* de disciplinas iniciadas
01	37	02 (inc.)	39
02	37	02 (inc.)	39
03	34	02 (canc.)	36
04	13	02 (1 can. 1 rep.n.)	14
05	20	01 (rep. n.)	20
06	36	02 (inc.)	39
07	36	04 (rep. n.)	36
08	36	06 (rep. n.)	36
09	35	03 (2 rep.n. 1 canc)	36
10	40	01 (rep.n.)	40
11	22	03 (2 rep.n. 1 rep.f.)	22
12	32	02 (inc.)	34
13	36	01 (rep.f.)	36
14	25	01 (rep.n)	25
15	25	01 (rep.f.)	25
16	17	02 (1 rep.f. 1 rep.n.)	17
17	20	02 (rep.n.)	20
18	37	02 (inc.)	39
19	25	01 (rep.n.)	25
20	26	01 (rep.n.)	26
21	37	02 (inc.)	39
22	31	01 (inc)	32
23	39	02 (rep. n.)	39
24	24	01 (rep.n.)	24
25	35	01 (rep.f.)	35

**Tabela 04 – Distribuição das disciplinas concluídas e não concluídas pelos 44 bolsistas. (Continuação)**

26	35	01 (rep. n.)	35
27	40	03 (2 rep.n. 1 rep.f.)	40
28	37	01 (canc.)	38
29	24	02 (1 rep. n. 1 rep.f.)	24
30	40	01 (rep.n.)	40
31	39	02 (1 rep.n.1 canc.)	40
32	23	03 (1 rep.n.2 canc.)	25
33	26	03 (rep.n.)	26
34	35	01 (rep.n.)	35
35	37	02 (inc.)	39
36	37	02 (inc.)	39
37	37	02 (inc.)	39
38	37	02 (inc.)	39
39	42	06 (tranc.)	48
40	32	06 (rep.f. em 2004)	32
41	25	07(06 tranc. 1 inc.)	32
42	20	02 (rep.n.)	20
43	32	01 (rep.n.)	32
44	38	03 (2 rep.n.1 rep.f.)	38

\*No total não contam as disciplinas de reprovação, pois foram contadas nas disciplinas concluídas. Só foram adicionadas ao total as disciplinas inconcluídas, canceladas, trancadas.

Percebe-se, por meio da quantidade de alunos que trancaram, inconcluíram<sup>11</sup> e cancelaram disciplinas, que essa também é uma forma encontrada por eles para não serem reprovados.

Três casos, porém, chamaram a atenção, nos quais os alunos deixaram de freqüentar o curso por um semestre:

- Primeiro caso: aluno foi reprovado, por freqüência, nas disciplinas de um semestre todo, em 2004 e volta a estudar em 2006. No prontuário não havia nenhuma informação sobre esse fato, mas podemos inferir que o aluno deixou a faculdade por problemas financeiros, pessoais, etc. e, em 2004, ainda não existia o ProUni. Assim, somente pôde retornar aos estudos em 2006, com a bolsa.

- Segundo caso: aluno trancou as disciplinas do segundo semestre de 2006 e retornou em 2007. No prontuário do bolsista, encontra-se o seu pedido de trancamento, no qual consta o motivo: “transferência para o turno da manhã; como, infelizmente, não existe 3º período de manhã, volto no semestre que vem”.

<sup>11</sup> Terminologia usada nos documentos da instituição, na qual se realizou a coleta de dados.

- Terceiro caso: aluno trancou o curso no segundo semestre de 2005 e retornou em 2006. Nesse caso, também não havia nada no prontuário que identificasse o motivo do trancamento.

Esses três casos chamam a atenção porque, independentemente dos motivos pelos quais esses alunos tenham parado o curso, terão que pagar um semestre para a instituição, porque não cumpriram o curso no prazo em que a bolsa é vigente, já que no Manual de *Orientação do Bolsista* (BRASIL, 2008, p.6) informa-se que:

O bolsista do ProUni pode solicitar o trancamento da matrícula, de acordo com as normas da instituição. Nesse caso deverá ser solicitada a suspensão do usufruto da bolsa. Porém o período em que a bolsa ficar suspensa é considerado de efetiva utilização, ou seja, é descontado do seu prazo total de utilização.

Diferentemente, os alunos que ficaram em dependência não terão que custear a disciplina quando a cursarem, pois pelas normas:

A instituição não poderá cobrar dos bolsistas integrais pelas matérias cursadas novamente em função de reprovação (dependências). No entanto, dos bolsistas parciais a cobrança será proporcional ao percentual não coberto pela bolsa. (BRASIL, 2008, p.10).

Por meio da análise dos documentos, pode-se concluir que os jovens de baixa renda, bolsistas do ProUni, em sua maioria, mantêm na faculdade o mesmo desempenho do ensino médio, ocorrendo até um melhor desempenho para outros. Além disso, os alunos têm cumprido com a exigência do MEC, da aprovação em 75% das disciplinas, para a permanência da bolsa. Embora 58% tenham sido aprovados em todas as disciplinas, e 42% tenham disciplinas trancadas, canceladas, inconcluídas e reprovadas, nenhum descumpriu a regra de ter 75% das disciplinas cursadas aprovadas. No entanto esses mecanismos utilizados pelos alunos - não concluírem as disciplinas para não serem reprovados -, levam no futuro a um gasto extra, já que terão que pagar por essas disciplinas quando as cursarem.

O exposto acima demonstra o diferencial entre a bolsa e uma vaga em uma universidade pública, na qual o dinheiro público investido dá ao

aluno em qualquer um dos casos apresentados a garantia da gratuidade de seu curso.

### 3.1.2 – O perfil do bolsista

Na segunda etapa da pesquisa, aplicou-se o questionário para os 104 alunos, contudo apenas 43 retornaram.

Os dados apresentados a seguir trazem as características gerais do grupo de bolsistas: 87% deles têm a idade de 19 a 27 anos, 9% entre 30 e 35 anos, e, por último, com 2%, os de 43 anos. Isso demonstra que os alunos que estão tendo a oportunidade de obter a bolsa, em sua maioria, são os de faixa etária classificados como jovens. No documento do MEC (2008), não há nenhuma exigência quanto à idade para se ser contemplado com a bolsa. Isso possibilita afirmar que o ProUni está permitindo que os jovens possam cursar o ensino superior na idade adequada, não tendo que interromper seus estudos após o término do ensino médio.

Desses, 63% pertencem ao sexo feminino e 37% ao sexo masculino; na coleta de dados não houve a preocupação de se buscar o mesmo percentual para ambos os sexos.

Quanto à moradia/residência, 65% dos alunos bolsistas residem no município onde se localiza o campus no qual estudam, enquanto 35% dos respondentes moram em municípios vizinhos, tendo que viajar todos os dias para estudar.

A maioria, 60%, possuem uma renda familiar de 3 a 4 salários mínimos<sup>12</sup>, perfazendo um valor entre 1.245,00 a 1.660,00 reais, classificados como classe C1 (ABEP, 2008). Em segundo lugar, aparecem, com 19%, os que tem uma renda familiar entre 05 e 06 salários mínimos, resultando em um salário de 2.075,00 a 2.490,00 reais, classificados como classe B2; em terceiro lugar, com 16%, os bolsistas que possuem uma renda familiar entre 01 e 02 salários mínimos, resultando em um salário entre 415,00 a 830,00 reais mensais, classificados como classe D e C2; e, por último, com 5%, aqueles que ganham mais de 06 salários mínimos, que, ao usarem o número de 07 salários,

---

<sup>12</sup> Em 2008 o salário mínimo corresponde ao valor de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais) o que equivale a \$ 175,10 (cento e setenta e cinco dólares e dez centavos).

teriam uma renda familiar de 2.905 reais, classificados como classe B2. Segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil<sup>13</sup>, utilizado pela ANEP - Associação Nacional de Empresas de Pesquisa, as classes estão classificadas segundo sua renda conforme a tabela abaixo:

**Quadro 03 - Distribuição das Classes segundo a Renda familiar**

Classe	Renda média familiar (R\$)
A1	9.733
A2	6.564
B1	3.479
B2	2.013
C1	1.195
C2	726
D	485
E	277

Fonte: ABEP (2008)

Segundo o MEC a renda que o jovem carente deve ter para poder concorrer ao processo de seleção à bolsa é calculada pela renda familiar dividida pelo número de pessoas. Afirma que se renda for de R\$622,50 o aluno pode concorrer a uma bolsa integral, se a renda for R\$1.245,00 o jovem pode concorrer a uma bolsa parcial (50%). Como pode ser observado na citação abaixo:

A renda familiar por pessoa é calculada somando-se a renda bruta dos componentes do grupo familiar e dividindo-se pelo número de pessoas que formam este grupo familiar. Se o resultado for até um salário mínimo e meio (R\$ 622,50), o estudante poderá concorrer a uma bolsa integral. Se o resultado for maior que um salário mínimo e meio (R\$ 622,50) e menor ou igual a três salários mínimos (R\$ 1.245,00), o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50%. Entende-se como grupo familiar, além do próprio candidato, o conjunto de pessoas residindo na mesma moradia que o candidato que, cumulativamente, usufruam da renda bruta mensal familiar, e sejam relacionadas ao candidato pelos seguintes graus de parentesco: pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), irmão(ã),avô(ó). (BRASIL, 2008).

Ao se verificar o número de pessoas que integram a família, verifica-se que a renda é baixa para manter todos os familiares e ainda pagar mensalidades escolares. Vale registrar que 40% dos respondentes possuem 04

<sup>13</sup> Esse critério “ênfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”. A divisão de mercado definida “(...) é exclusivamente de classes econômicas”. (ABEP, 2008, p.1).

membros na família, 26% possuem 05, 19% contem 03 pessoas na família, 5% possuem 7 e 02% apenas 2 pessoas. Se forem cruzados os dados dos que recebem entre 1.245,00 a 1.660,00, que são 60%, utilizando-se a média aritmética, tem se o valor de 1.452,50; ao dividi-lo com o número de integrantes de 4 pessoas (os 40%), a renda por pessoa será de 363,12 mensais, e, dessa forma atende-se a exigência do MEC para receber uma bolsa integral. Isso demonstra que a renda familiar não favorece o pagamento de um curso na faculdade, pois a média das mensalidades dos cursos se encontra em R\$ 658,78. A análise desses dados possibilita inferir que o ProUni está favorecendo as classes de baixa renda no que diz respeito ao ingresso no ensino superior, mas vale lembrar que esse valor é apenas da mensalidade, visto que o aluno precisa alimentar-se, precisa de roupas, de livros, xérox, transporte, etc. e isso o ProUni não concede, demonstrando que só a obtenção da vaga não resolve o problema estrutural da educação.

Na tabela abaixo pode ser observado o valor dos cursos nos quais os bolsistas estão matriculados

**Tabela 05 – Valor da mensalidade do curso de graduação em que o bolsista do ProUni esta matriculado no 2º semestre de 2008.**

Curso	Valor (R\$)
Administração de Negócios	574,00
Direito	641,25
Farmácia	978,00
Química – Licenciatura	496,00
Publicidade e Propaganda	653,00
Sistema de Informação	661,00
Terapia Ocupacional	771,00
Teatro – Arte e Educação	496,00

Fonte: dados colhidos no site da universidade.

Os bolsistas, em sua maioria - 90% - residem com a família, 05% em casa de parentes ou amigos e 05% em repúblicas ou em apartamentos com colegas. Deles, 44% não participaram do vestibular em instituições públicas, e, desses, 5% não o fizeram por não haver na região uma instituição pública e a família não querer que o filho a deixasse. Para 32%, não haveria condições econômicas para permanecerem na cidade onde há universidade pública, demonstrando-se a necessidade da implantação de mais

instituições públicas para atender o interior do Estado de São Paulo e não só as metrópoles.

### **3.1.2.1 – O campo de trabalho e o curso que realiza**

Esse tema foi questionado na primeira parte do instrumento, buscando descobrir a relação existente entre campo de trabalho e o curso realizado pelos bolsistas.

Pode-se constatar, pelo universo pesquisado, que se trata de pessoas dedicadas à atividade remunerada. Dos 43 respondentes, 77% exercem uma atividade remunerada, 48% realizam estágio, 39% são contratados com vínculo empregatício, 06% contratados sem vínculo e 06% são autônomos. Quase a metade dos alunos, 42%, dedicam 8 horas diárias à sua atividade profissional, 27% trabalham mais de 8 horas, 18% dedicam 6 horas, 06% trabalham 04 horas; para 03%, as horas de atividades variam muito e 03% não responderam. Observa-se que há uma dedicação intensiva ao trabalho, mas 76% dos respondentes atuam em atividade que tem relação com o curso de graduação que freqüentam, o que acaba por influenciar os estudos desses bolsistas, e 70% deles vêem essa influência como positiva, 24% vêem como indiferente e apenas 06% a vêem como negativa.

Pode-se observar que, embora tenham conseguido o acesso ao ensino superior, os bolsistas ProUni não têm condições ideais para o estudo, já que sua jornada de trabalho é extensa.

Segundo Castanho (1989, p.90), quanto à longa jornada de trabalho, ela "(...) não permite uma verdadeira atividade escolar, obrigando o jovem a apenas estudar ou a apenas trabalhar. A tentativa de conciliar trabalho e estudo dentro do quadro atual leva a danos na formação geral".

No entanto, 70% consideram que seu trabalho influencia de maneira positiva seus estudos. No pensar de Castanho (1989), a sociedade capitalista busca uma escola que tenha função de produzir um novo homem, de ser a formação do trabalho, reeducando no hábito da disciplina – tempo, economia, esforço -, tendo como um de seus lemas a ideologia de que a pessoa que se esforça vence na vida. Essa escola do trabalho é uma fábrica que produz trabalhadores para o sistema fortalecendo a persuasão “de que é

necessário experimentar na escola o trabalho, sua organização e as relações sociais adequadas para o aprimoramento da nova ordem, apresentada como quase-natural e universal”. (idem, p.24). Pelo que se percebe na fala dos bolsistas, as faculdades andam cumprindo esse papel.

### **3.1.2.2 – Os meios de informação dos bolsistas**

O meio mais utilizado pelo bolsista para se manter informado em primeiro lugar é a Internet; seqüencialmente vem o noticiário de TV, depois leituras de jornais, as conversas com amigos, o rádio e, por último, as revistas (*Veja, Isto é, etc.*).

Em uma sociedade da informação, é aceitável a utilização da Internet como primeira colocada para se obter informação, principalmente para jovens acadêmicos que possuem, nas IES, laboratórios nos quais podem realizar suas pesquisas. No entanto o noticiário de TV como programa utilizado para obter informação deve-se ao fato de o veículo televisão ser “popularizado” no Brasil. Segundo dados levantados pelo IBGE (2005), sobre os domicílios e moradores de 2005, apontou-se que 168.109.629 de moradores no Brasil possuem TV em seus domicílios, enquanto computador, apenas 33.889.509, e desses, 24.816.894 possuem acesso à internet.

Na visão de Adorno (1975, p. 293) é preciso ter claro que “por meio da ideologia da indústria cultural, o conformismo substitui a consciência (...) não são regras para uma vida feliz, nem uma nova arte da responsabilidade moral, mas exortações e conformar-se naquilo atrás do qual estão os interesses poderosos”. Por meio do pensamento desse estudioso, é perceptível que os meios utilizados levam muitas informações, mas o seu conteúdo deve ser analisado e criticado pelo jovem, para que realmente consiga obter algo que o leve a apreender algum conhecimento, pois, se isso não ocorrer, ele simplesmente está-se conformando com a situação vivida e não a transformando.

Dos alunos pesquisados, 50% atuam de alguma forma em outra instituição social. No entanto, observa-se um predomínio em atuar em grupos religiosos com 23%; em segundo lugar, com 13% em grupos voluntários, sendo apenas 04% em comunidade de bairro, 04% em partidos políticos, 02% em

grupos assistenciais, 02% em ONGs e 02% em iniciação científica. Os outros 50% , porém, não têm nenhuma atuação social.

### 3.1.3 – O olhar do bolsista sobre o ProUni

Na segunda parte do questionário procurou-se investigar o que os bolsistas pensam sobre o ProUni, desde a divulgação até o significado para sua vida.

#### 3.1.3.1 - A divulgação do ProUni

Dos respondentes 67%, souberam do ProUni pelos meios de comunicação e 19% por meio de amigos. A escola de ensino médio aparece com um pequeno percentual de 09%, demonstrando a falta dessa informação nas escolas públicas. Os demais meios podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 06 - O meio de informação pelo qual o bolsista do ProUni soube deste programa.**

<b>Meio</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Pelos meios de comunicação	29	67
Por amigos	08	19
Pelo professor do segundo grau	01	02
Pela escola do segundo grau	04	09
Assistente social da Universidade	01	02
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>99</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Além disso, entre os meios de comunicação pelos quais recebeu as informações sobre o ProUni, está a TV, com 55%. Depois, a mala direta do MEC com 14% e, por último, a internet com 10%. Isso demonstra que o governo tem divulgado o ProUni por meio de veículos de comunicação, principalmente por meio de campanhas em TV, conseguindo atingir boa parte do público alvo, os jovens de classe baixa. Já está demonstrada a grande audiência da TV por esses bolsistas.

**Tabela 07 – Os meios de comunicação usados pelos 29 bolsistas para obter informação sobre o ProUni.**

Meio de comunicação	No.	%
TV	16	55
Rádio	01	03
Revista	01	03
Mala direta (Carta/Folder MEC)	04	14
Internet	03	10
Não disse qual	04	14
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Aqui se observa uma contradição: o maior veículo para divulgar o programa nos meios de comunicação é a TV, no entanto o governo não investe ou investe pouco no espaço da própria escola em materiais para a divulgação do programa. A escola é o local onde os alunos estão durante todo o ano letivo e deveriam receber lá essas informações. Como pode ser observado na Tabela abaixo:

**Tabela 08 – Investimento em mídia do Governo Federal com o Ministério da Educação de 2004 a 2008.**

Ano	Gasto do Ministério da Educação com mídia
2004	7.001.888,40
2005	4.897.984,20
2006	3.030.456,00
2007	3.336.461,60
2008	104.177,00
<b>Total</b>	<b>18.370.967,20</b>

Fonte: dados colhidos no site da presidência da república – investimento mídia. Elaboração própria.

Quanto à expectativa do bolsista em ser aprovado no processo de seleção do ProUni, 60% acreditavam que seria possível; desses, 28% reconheciam a própria capacidade, 19%, por acharem que era só tirar uma boa nota no ENEM, e 16% acreditavam porque conheciam pessoas que já tinham se beneficiado com a bolsa. Isso demonstra que a maioria teve uma boa formação. Outros acreditam que é fácil tirar uma boa nota no ENEM; portanto, a partir disso, pode-se aferir que a escola de onde vieram esses alunos está concedendo segurança quanto ao conhecimento que têm.

Na tabela abaixo é possível observar as outras razões apontadas pelos bolsistas quanto à expectativa de sucesso no processo seletivo.

**Tabela 09 - Distribuição dos motivos que levaram os bolsistas do ProUni a acreditarem que seria possível ganhar essa bolsa de estudo.**

<b>Motivos</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Meus conhecimentos eram suficientes. Sempre fui bom aluno	09	28
Porque era só ter uma boa nota ENEM	06	19
Porque pessoas que conheço entraram	05	16
Porque era um programa sério do governo	02	06
Por preencher todos os requisitos exigidos pelo programa	03	09
Porque era meu sonho, vontade de fazer Ensino Superior	02	06
Porque tinha fé em Deus	02	06
Porque era Programa novo	01	03
Não explicou	02	06
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Esse fator de reconhecer a própria capacidade demonstra a segurança no conhecimento obtido no ensino público, assim como também aparece nos respondentes que não acreditavam que seria possível passar no processo seletivo e ganhar a bolsa, já que 10% achavam que o conhecimento recebido na escola pública não era suficiente para aprovação no ENEM.

Além desse fato, os alunos sabem que, a cada dia, a demanda pela bolsa aumenta e, conseqüentemente, o processo seletivo torna-se mais rigoroso. Por isso, 30% não acreditavam que seria possível ganhar a bolsa, pelo fato de ser muito concorrida, e 30% não acreditaram na realização do programa, demonstrando o descrédito na política educacional brasileira. “Os estudantes estão despertando para a realidade. Quanto menor o número de vagas, maior serão os critérios de atendimento, mais seletivo será o programa e, conseqüentemente, menos pessoas serão atendidas”. (MARQUES; MAIA, 2006, p.56).

Na tabela abaixo é possível observar os outros motivos para descrença na aprovação:

**Tabela 10 - Os motivos que levaram o bolsista do ProUni a não acreditar que seria possível ganhar a bolsa de estudo.**

Motivos	No.	%
Não acreditava no Programa	06	30
Por ser muito concorrido	06	30
Minha formação na escola pública não foi boa	02	10
Não conhecia ninguém que tivesse ganhado	01	05
No fim do processo pensei que iriam cobrar	01	05
Por fazer anos que havia terminado o ensino médio	01	05
A nota do ENEM não seria suficiente para ganhar a bolsa	01	05
Não explicou	02	10
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100</b>

Quanto às dificuldades encontradas pelos bolsistas no processo de seleção, 49% declararam não ter tido nenhuma dificuldade, 37% não responderam e apenas 14% sentiram alguma dificuldade. Destes 14% que sentiram dificuldade, 44%, apontam a dificuldade em ter acesso à internet para se inscrever. Na tabela abaixo é possível observar os variados motivos das dificuldades encontradas no processo de seleção:

**Tabela 11 - As dificuldades enfrentadas pelos alunos para fazer o exame de seleção para a bolsa do ProUni.**

Dificuldades	No.	%
Acesso à Internet para se inscrever, ter computador.	04	44
Falta de informações sobre o ProUni	01	11
Por ter sido bolsista em escola particular no ensino médio.	01	11
Assistente social não aceitava a escritura da casa de zona rural.	01	11
Não explicou	02	22
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Aparentemente, há uma contradição, pois os alunos dizem que obtêm as informações, em primeiro lugar, pela internet, mas, quando se referem ao processo de seleção do ProUni, 44% se queixam da dificuldade de acesso à internet. Pode-se inferir que o acesso à informação pela internet seja possível por terem ingressado no ensino superior via ProUni, pois, como já foi apontado anteriormente, segundo dados do IBGE (2005) no levantamento de 2005, apenas 33.889.509 pessoas possuíam computador em suas casas e, destes só 24.816.894 tinham acesso à internet.

### 3.1.3.2 – A bolsa

Questionados sobre a possibilidade de cursar o ensino superior sem a existência do ProUni, 88% dos bolsistas afirmaram que isso não seria possível, e apenas 12% colocaram que mesmo sem a bolsa teriam possibilidades de cursá-lo.

**Tabela 12 - Opção escolhida pelo bolsista quanto ao fato de ter possibilidade de realizar uma faculdade sem a existência do ProUni.**

Opções	No.	%
Sim	05	12
Não	38	88
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Dos alunos que não teriam possibilidade, 83% justificam a impossibilidade pela falta de condições financeiras, como pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 13 - As dificuldades dos 38 bolsistas que não teriam possibilidade de realizar uma faculdade sem a existência do ProUni**

Dificuldades	No.	%
Não teriam condições financeiras/estavam desempregados	34	83
Carga tributária elevada	01	02
Não explicou	06	15
<b>Total</b>	<b>41*</b>	<b>100</b>

\* O total é 41 porque o estudante escolheu mais de uma opção.

Isso demonstra primeiramente a desigualdade econômica e a queda real no poder de compra do assalariado brasileiro, bem como o aumento do desemprego a cada dia, não permitindo gastos com mensalidades.

Além disso, os alunos não pensam na universidade pública como uma opção, e, para realizar a graduação, só lembram das particulares.

Isso é explicado com as respostas dos que afirmaram que fariam uma faculdade independentemente da bolsa. Apresentam os seguintes motivos:

**Tabela 14 - Porque os 05 bolsistas não encontrariam dificuldade para realizar uma faculdade sem a existência do ProUni**

Motivos	No.	%
Tenho condições para pagar	01	20
Tentaria uma Pública	01	20
Faria qualquer coisa para fazer uma faculdade	01	20
Porque passei em uma pública	01	20
Não explicou	01	20
<b>Total</b>	<b>05</b>	<b>100</b>

É real e percebido pelos alunos que sua condição econômica é fator importante para a realização de uma graduação. Na tabela 10, há dois alunos que fazem referência à IES pública, tendo sido um deles aprovado em uma delas.

A graduação para os respondentes é tão importante que, mesmo achando que são incapazes de passar em uma universidade pública, 56% prestaram vestibular nessas instituições.

**Tabela 15 - Opção escolhida pelo bolsista do ProUni quanto ao fato de ter realizado vestibular em universidade pública.**

Opções	No.	%
Sim	24	56
Não	19	44
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Pode-se inferir que a experiência negativa com os vestibulares das IES públicas leva os bolsistas a acreditarem que só seria possível realizar a faculdade privada e via ProUni.

Os alunos que não prestaram vestibular em universidades públicas não o fizeram pelas seguintes razões: 32% acreditam que a sua formação não é suficiente para passar no vestibular, 32% não têm condições financeiras para deslocamento da cidade onde moram até a faculdade que fica em outra cidade ou para se manterem em outra cidade, 10%, por terem sido selecionados pelo ProUni, 5% dividem-se em dois motivos: um porque não havia o curso que queria e o outro porque a família não queria que o filho fosse morar sozinho em outra cidade; 16% não responderam. Tais dados podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 16 - O motivo que levou os 19 bolsistas do ProUni a não fazerem vestibular em universidade pública**

Motivo	No.	%
Minha formação não seria suficiente, não estava preparada.	06	32
Não tinha condições financeiras para me manter em outra cidade.	06	32
Não havia o curso de minha escolha	01	05
Já havia sido selecionada pelo ProUni	02	10
Minha família não queria que eu fosse morar em outra cidade	01	05
Não respondeu	03	16
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Percebe-se que, se o Estado criasse com a verba que tem investido nas várias instituições privadas, uma universidade pública na cidade onde se realizou a pesquisa e oferecesse em todas as escolas públicas um ensino de qualidade, esses motivos não existiriam.

Deve-se lembrar, aqui, os estudos de Sanfelice (2005) quanto à diferenciação entre o que é público e o que é estatal, para que se compreendam os motivos alegados pelos estudantes. O Estado sempre repassou fundos públicos à educação do setor privado e implementou a política educacional segundo as necessidades do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a educação estatal brasileira é aquela cuja base material e cujas relações sociais necessitam, para manter a ordem capitalista, da propriedade privada dos meios de produção e da concentração do capital. Os movimentos contrários foram combatidos pelo Estado, pelas igrejas ou pelos empresários, com a privatização do ensino.

Pode ser observada na tabela abaixo a universidade pública em que o bolsista prestou vestibular:

**Tabela 17 – Universidades públicas nas quais os bolsistas do ProUni prestaram vestibular**

Universidade Pública	Número	%
USP	08	23
UNESP	07	20
FATEC	06	17
UNICAMP	04	11
UNEP	02	06
UEL	02	06
FUVEST	02	06
Universidade E Santa Cruz	01	03
UFSCAR	01	03
Não respondeu	02	06
<b>Total</b>	<b>35*</b>	<b>101*</b>

\*Fez vestibular em várias universidades. \*O total do % é maior que 100 devido ao arredondamento.

Por não ingressarem na universidade pública e com a existência do ProUni, os bolsistas escolheram a universidade privada na qual realizam o curso por vários motivos, sendo, para 41%, o curso bem conceituado; 22%, devido à facilidade de acesso ao local em que se realiza o curso; 15%, por ser essa a única instituição que oferece o curso na região; 11%, pela qualidade da universidade; 04%, por haver muitas bolsas do ProUni e, também, 4%, por se identificar com o curso; 2% por causa do baixo valor da inscrição para o vestibular e, 2%, também, por ser essa a única universidade na região que oferece bolsa do ProUni para curso noturno.

**Tabela 18. O motivo que levou o bolsista do ProUni a escolher a Universidade na qual realiza o curso.**

<b>Motivos</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
O conceito do curso e qualidade dessa universidade	24	51
A facilidade de acesso ao local onde se realiza o curso	10	22
O fato de se tratar da única instituição que oferece o curso na região	07	15
Por ter muitas bolsas	02	04
Por se identificar com o curso	02	04
Por causa do valor da inscrição vestibular	01	02
Essa é a única universidade na região com bolsa para curso noturno	01	02
<b>Total</b>	<b>47*</b>	<b>101*</b>

\*Escolheu mais de uma opção. \*O total do % é maior que 100 devido ao arredondamento.

Percebe-se que os bolsistas são estudantes que se incomodam com a qualidade do ensino, já que 52% se preocuparam em escolher uma instituição e o curso que tivessem a qualidade como princípio.

Há uma contradição no ENADE de 2005: os cursos avaliados em média ficaram com índice de IDD<sup>14</sup>, abaixo do esperado, isto é, “indicam

<sup>14</sup> “Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) tem o propósito de trazer às instituições informações comparativas dos desempenhos de seus estudantes concluintes em relação aos resultados obtidos, em média, pelas demais instituições cujos perfis dos ingressantes são semelhantes. Entende-se que essas informações são boas aproximações do que seria considerado o efeito do curso. O IDD é a diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio esperado para os concluintes desse mesmo curso. Representa, portanto, quanto cada curso se destaca da média, podendo ficar acima ou abaixo do que seria esperado para ele, considerando o perfil de seus ingressantes. (...)Após o cálculo, o IDD foi padronizado, subtraindo-se a média dos cursos e dividindo-se pelo desvio-padrão das médias dos cursos por área e passou a variar, de modo geral, entre -3 e +3. Isso resulta em um índice cuja unidade de medida é o desvio padrão. Assim, se um curso possui IDD positivo, como IDD = +1,5, significa que o desempenho médio dos concluintes desse curso está acima (1,5 unidade de desvios-padrão da escada do IDD) do valor médio esperado para cursos cujos ingressantes tenham perfil de desempenho similares. Valores negativos, por exemplo, IDD = -1,7, indicam que o desempenho médio dos concluintes está abaixo do que

que o desempenho médio dos concluintes está abaixo do que seria esperado para cursos com o mesmo perfil de desempenho dos ingressantes”. (INEP, 2005, p.8).

É provável que essa conceitualização sobre a qualidade do ensino nessa universidade, seja pelo fato de ela ter tradição na cidade e por estar aberta desde 1951, como também pelo fato de o aluno se sentir realizado com o conhecimento que vem recebendo.

### **3.1.3.3 - As dificuldades financeiras**

Todos os alunos pesquisados recebem bolsa de 100%, e nenhum recebe bolsa permanência<sup>15</sup>, e destes, apenas 21% sabiam da existência dessa bolsa e do seu direcionamento aos alunos que fazem faculdade em tempo integral, que não seria o caso desses alunos, pois seus cursos são de período noturno ou matutino. O que chama atenção é a falta de conhecimento, por parte de alguns, da existência dessa bolsa, mostrando que falta informação aos bolsistas sobre detalhes do ProUni, informações que influenciariam na escolha do curso.

Mesmo o governo concedendo a bolsa para a gratuidade da mensalidade para o jovem de baixa renda cursar uma faculdade, 53% dos bolsistas enfrentam dificuldades financeiras para realizar o curso, 19% negam que haja dificuldades e 28% não responderam.

A dificuldade principal para 43% dos 53% que têm dificuldades financeiras é resultado do custo com xérox, materiais, impressão, livros necessários para realização do curso; em segundo lugar, com 33%, o custo com o transporte até a faculdade e, em terceiro, com 9%, a alimentação. As demais dificuldades apresentadas podem ser observadas na tabela abaixo:

---

seria esperado para cursos com o mesmo perfil de desempenho dos ingressantes”. (INEP, 2005).

<sup>15</sup> “A Bolsa Permanência é um benefício, no valor de R\$ 300,00 mensais, concedido apenas a estudantes com bolsa integral em utilização, matriculados em cursos presenciais com no mínimo 06 semestres de duração e cuja carga horária média seja superior ou igual a 06 horas diárias de aula, de acordo com os dados cadastrados pela instituição de ensino no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior – SiedSup, mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP”. (BRASIL, 2008, p.10).

**Tabela 19 - As dificuldades financeiras enfrentadas pelos bolsistas<sup>16</sup>**

Dificuldades	No.	%
Apostilas (xérox), impressão, materiais e compra livros	20	43
Transporte	15	33
Alimentação	04	09
Conciliar o tempo entre trabalho e estudo	02	04
Aula em outros locais/congressos (lanche, passagem, etc.).	02	04
Moradia	01	02
Falta de alguém para cuidar dos filhos	01	02
Renda baixa	01	02
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

As dificuldades apresentadas demonstram que o acesso à universidade não se deve restringir à gratuidade da mensalidade, já que, para se manterem no curso, outras exigências são postas – materiais escolares, transporte, alimentação, moradia etc.

Carvalho (2006, p.13) identificou essas dificuldades, e pronunciou sua dúvida quanto ao atendimento social pelo ProUni .

Quanto ao caráter social, há dúvidas quanto a sua efetividade, uma vez que a população de baixa renda não necessita apenas da gratuidade integral ou parcial para estudar, mas de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, tais como: moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários, bolsas de pesquisas, entre outros.

As dificuldades apresentadas têm levado à evasão dos bolsistas: 26% dos pesquisados afirmam que os estudantes bolsistas deixaram a faculdade devido à distância da cidade em que moram, 16% por não gostarem ou não se identificarem com o curso, 11% por causa do custo com transportes, 11% por não conciliarem o trabalho com estudos, 11% por terem ficado doente, com problemas pessoais e isso repercutir negativamente em seu aproveitamento, levando-os a deixarem o curso. Os demais motivos podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 20 - Motivos que fizeram alguns bolsistas deixar a faculdade, segundo os pesquisados.**

Motivos	No.	%
Pela distancia entre a cidade em que mora e a faculdade	05	26
Não gostou, não se identificou c/ curso	03	16
Problemas financeiros e de transporte	02	11

<sup>16</sup> Alguns apresentam mais de uma dificuldade e foi considerado o total de respostas.

Por não conseguir conciliar trabalho e estudos	02	11
Por problemas pessoais (doente) muitas faltas e notas baixas	02	11
O curso era integral e não dava para trabalhar	01	05
Para tentar uma universidade pública	01	05
Por não conseguir atingir a média	01	05
Por ter engravidado	01	05
Problemas pessoais	01	05
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

### 3.1.3.4 – A escolha pelo Ensino Superior

A motivação que levou o bolsista a fazer uma faculdade, em primeiro lugar, está no fato de buscar uma melhor condição de vida econômica e social; em segundo lugar, buscar dar uma melhor condição de vida econômica e social para a família; em terceiro lugar, empatados, estão: a aquisição de competência profissional e também por ser a realização de um sonho pessoal; as demais razões podem ser observadas na tabela abaixo:

**Tabela 21 – Distribuição das razões que levaram os bolsistas a fazer uma faculdade.**

Opções	Classificação
Ter uma melhor condição de vida econômica e social	1º.
Dar uma melhor condição de vida econômica e social para minha família	2º.
Possibilidade de realização pessoal	3º.
Aquisição de competência profissional	3º.
Realização de um sonho pessoal	3º.
Melhores oportunidades salariais	4º.
Desenvolvimento como pessoa	5º.
Valorização pelo mercado de trabalho	6º.
Acesso à carreira acadêmica	7º.
Possibilidade de contribuição para a melhoria da sociedade	8º.
Ter um título de nível superior	9º.
Formação técnica para melhorar a atividade que já exerce	10º.
Exigência da Instituição/Empresa a que pertence	11º.
Acesso a melhores posições na Instituição/Empresa em que trabalha	Não consideraram

A mobilidade social surge como resposta da demanda por uma graduação: os bolsistas acreditam que, a partir de uma formação profissional, terão melhor condição econômica para si e os seus familiares. No pensar de Rouanet (2006, 7-8),

um dos grandes mitos da sociedade capitalista é o da mobilidade social: o de que basta alguém se esforçar, trabalhar, para ascender socialmente, alcançando bons empregos, tendo acesso a bens e serviços em condições de igualdade, o dinheiro “democrático”. Isto não é verdade por vários motivos: preconceito de cor e de condição social de classe; falta de educação de qualidade para todos; condições de

escassez material em geral (alimentos, moradia, saúde, lazer etc.); desemprego. Este último constitui a grande injustiça da sociedade capitalista: a forma preferencial de se ter acesso a bens e serviços é o trabalho, mas não existe trabalho para todos. O que é mais revoltante é que vivemos em sociedade de relativa abundância, e não de escassez moderada. Sobram alimentos, que são desperdiçados e mal-distribuídos, não chegando aos que dele necessitam.

Em um país como o Brasil, caracterizado pela grande concentração de capital e riqueza, a escola e o diploma universitário ainda são vistos como exigências para se “subir na vida”, pois, como coloca Pietrocolla (1986) a sonhada mobilidade social leva os indivíduos a buscar uma formação universitária, visto representar o caminho mais democrático para ascensão social. No plano imaginário, o diploma é a expectativa, a promessa maior, mas também a ilusão e a frustração que vive grande parte dos jovens da sociedade brasileira. De posse do título, nem sempre conseguem atuar em sua carreira, continuam trabalhando em seus antigos empregos e sob as mesmas condições.

Esse mito da mobilidade social é confirmado pela escolha do curso, de acordo com a classificação que levou o bolsista a escolher o curso temos: em 1º lugar a busca de competência profissional, em 4º valorização do mercado de trabalho e em 5º melhores oportunidades salariais.

**Tabela 22 – A razão que levou o bolsista do ProUni a escolher o curso que realiza.**

<b>Motivos</b>	<b>Classificação</b>
Aquisição de competência profissional	1º lugar
Desenvolvimento como pessoa	2º lugar
Possibilidade de realização pessoal	3º lugar
Valorização pelo mercado de trabalho	4º lugar
Melhores oportunidades salariais	5º lugar
Possibilidade contribuição p/ melhoria da sociedade	6º lugar
Ter um título de nível superior	7º lugar
Acesso à carreira acadêmica	8º lugar
Formação técnica p/ melhorar atividade que exerce	9º lugar
Acesso a melhores posições Empresa que trabalha	10º lugar
Baixa concorrência por vagas	11º lugar
Exigência da Instituição/Empresa a que pertence	12º lugar

### **3.1.3.5 – As dificuldades da vida universitária**

Para conseguir um panorama geral quanto às dificuldades vividas pelos bolsistas na vida universitária, analisaram-se os seguintes temas:

- Aulas (quanto à linguagem do docente; didática do docente; relação teórica e prática; processo de avaliação). O que mais se destaca é a relação entre teoria e prática; em segundo lugar, tem-se a didática do professor; em terceiro, o processo de avaliação e, por último, a linguagem do docente.

- Financeiras (livros e xérox; alimentação; moradia; transporte). Nesse quesito quase todos os itens tiveram avaliação negativa: em primeiro lugar, o gasto com transporte; em segundo lugar, o gastos com livros e xérox; em terceiro lugar, com alimentação e, por último, com moradia, pois a maioria dos alunos vivem com suas famílias.

- Relacionamento (com alunos; professores; funcionários; família). Esse foi o tema que apresentou os menores valores, sendo a família a que teve o primeiro lugar como causa de problemas com os estudos; em segundo lugar, os funcionários; em terceiro, os companheiros de estudo e, em último lugar, aparecem os professores.

O que se pode perceber na questão da dificuldade para se estudar, novamente o financeiro (com transporte, livros e xérox, alimentação e moradia) é colocado como o maior problema para se realizar o estudo, deixando transparecer que os demais existem, mas não chegam a atrapalhar. Isso pode ser comprovado na tabela abaixo:

**Tabela 23 – Distribuição das dificuldades encontradas pelo bolsista do ProUni para realizar o curso nesta universidade.**

<b>Dificuldades</b>	<b>Médias Aritméticas</b>
<b>Financeiro</b>	
Gasto com transporte	2,37
Gasto com livros e xérox	2,25
Gasto com alimentação	1,62
Gasto com moradia	0,65
<b>Aulas</b>	
Relação entre teoria e prática	0,90
Didática utilizada pelo docente	0,81
Processo de avaliação	0,79
Linguagem utilizada pelo docente	0,28
<b>Relacionamento</b>	
Com a família	0,69
Com os funcionários	0,56
Com alunos	0,53
Com os professores	0,44

As médias aritméticas quanto às dificuldades nas aulas são baixas, demonstrando certo contentamento do aluno com o curso, principalmente com a prática do professor em sala.

Além disso, esse contentamento também é demonstrado quando os bolsistas afirmam que vivenciam a pesquisa (o espírito investigativo) no curso: 47% afirmam que vivenciam na maioria das vezes; 42% vivenciam em algumas ocasiões; apenas 07% afirmam que a pesquisa tem acontecido em raras ocasiões e 05% não tem vivenciado a pesquisa.

A maneira como o bolsista compreende o que vem a ser a pesquisa é demonstrada pelas várias atividades: para 19% a pesquisa acontece por meio de trabalhos pedidos pelos professores; para 17%, as aulas, cujas disciplinas exigem que eles busquem mais conhecimentos, uma iniciativa própria; para 11%, como atividades a serem entregues como horas complementares<sup>17</sup>; 9% realizam como projeto de iniciação científica; 9% exercem por meio de uma disciplina de Pesquisa; 04% fazem por meio de estudos dirigidos (casos clínicos); 02% por meio de palestras e conhecimento do tema; 2% por meio da atualização da matéria estudada; 02% por meio dos estágios e 25% não responderam, como pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 24 - Como é vivenciada a pesquisa, o espírito investigativo no curso.**

Opções	No.	%
A disciplina exige que se busquem mais bibliografias. Iniciativa própria.	08	17
Horas complementares em pesquisa.	05	11
Por meio de trabalhos pedidos pelo professor.	09	19
Palestras que motivam buscar mais conhecimento sobre o tema	01	02
Por meio da atualização da matéria passada	01	02
Por meio de uma disciplina de pesquisa	04	09
Por meio de estudos dirigidos, casos clínicos.	02	04
Projeto Iniciação Científica.	04	09
Por meio dos estágios.	01	02
Não explicou	12	25
<b>Total</b>	<b>47*</b>	<b>100</b>

\* É a maior porque se escolheu mais de uma opção.

Apesar da dificuldade financeira, na maioria dos casos, 88% dos bolsistas escolheriam novamente o curso que estão realizando e apenas

<sup>17</sup> Horas complementares é uma maneira colocada pelas universidades privadas para os alunos fazerem fora de sala de aula. Isso significa que a grade presencial foi diminuída e o aluno tem que realizar tarefas, nem sempre de pesquisa, pois algumas são assistenciais, para cumprir com as horas atividades.

11% não escolheriam. Isso vem demonstrar que estão satisfeitos com o curso que estão realizando. Dos que afirmaram que fariam novamente o mesmo curso, 34% justificaram que o fariam por terem-se identificado com o curso, 26%, por gostarem da área de atuação e 13%, por ser um curso amplo, que daria várias opções de atuação. Os demais motivos podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 25 - Porque os 38 bolsistas escolheriam novamente o curso que realizam.**

Motivo	No. Alunos	%
Identifiquei-me com o curso	13	34
Gosto dessa área de atuação	10	26
Por ser um curso amplo para atuar em várias áreas	05	13
Exigência de Mercado	01	2,6
Realização profissional	01	2,6
Quero ser um grande líder	01	2,6
Por dar retorno rápido.	01	2,6
Por ter-me autodescoberto	01	2,6
Conhecimento real do dia-a-dia da profissão	01	2,6
Porque foi Jesus quem deu	01	2,6
Não explicou	03	08
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>99,2*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

No entanto, há 11% que não escolheriam mais o curso que estão fazendo, declarando os seguintes motivos: em primeiro lugar, porque há dificuldades de inserção no mercado de trabalho; em segundo lugar, porque o curso é fraco; também porque descobriram na faculdade o curso que realmente gostariam de fazer e porque estão fazendo um curso que não era o que queriam, mas, devido a bolsa de 100% do ProUni, continuam.

**Tabela 26 – A opção do bolsista do ProUni quanto ao fato de o curso realizar suas expectativas.**

Opções	No.	%
Sim	35	81
Não	06	14
Talvez	01	02
Não respondeu	01	02
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

A partir do momento em que os alunos estão cursando a faculdade, já conseguem ter uma percepção quanto ao fato de essas expectativas serem atingidas ou não. A maioria dos bolsistas, 81%, vêem que

essas expectativas estão sendo atendidas pelo curso; apenas 14% acreditam que não se realizarão; 02% ainda não têm certeza, acreditam que talvez sejam atendidas e apenas 02% não quiseram responder a essa questão.

Os bolsistas, em sua maioria, estão conseguindo atingir suas expectativas com o curso que realizam, lembrando que a expectativa colocada com maior percentual, 81%, é a busca de uma formação profissional voltada para o trabalho; isso vem reafirmar a tese do mito da mobilidade social por meio da formação escolar, a formação para o mercado. As demais expectativas podem ser observadas abaixo:

**Tabela 27 - As expectativas do bolsista do ProUni com a graduação que está recebendo.**

<b>Expectativas</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Formação teórica, voltada para a pesquisa.	03	07
Formação profissional, voltada para o trabalho	35	81
Aquisição de cultura mais ampla	03	07
Teoria ampla e prática de acordo com a realidade que vivenciamos no mercado de trabalho.	01	02
Formação profissional voltada para a transformação da sociedade, com a mescla entre teoria e prática;	01	02
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Ao término da faculdade, os bolsistas pretendem: 93% realizar cursos de atualização; 90% exercer a profissão; 88% fazer especialização, 67% fazer um mestrado; 58% realizar estágios; 49% ingressar em outro curso de graduação e 23% quer exercer outra profissão diferente da sua habilitação.

A maioria dos bolsistas demonstra que querem: exercer a profissão no futuro, fazer um curso de especialização, fazer cursos de atualização profissional. Buscam atuar no e para o mercado. Um dado que se destaca é 67% querem fazer o mestrado, demonstrando interesse pela continuidade dos estudos; 49% gostariam de realizar outra faculdade depois desta, e 23% querem atuar em outra profissão. Isto vem demonstrar que esses alunos não estão fazendo o curso de que realmente gostariam. Isto é, quem está satisfeito com o curso quer atuar na área, quem não está pretende buscar alternativas. Esses dados podem ser observados com a tabela abaixo:

**Tabela 28 - As expectativas que o bolsista tem para o futuro com o fim do curso.**

Expectativas	Sim %	Não %	Total
Exercer a profissão	90	10	100
Realizar estágios	59	41	100
Cursar pós (especialização)	89	11	100
Cursar pós (mestrado)	67	33	100
Ingressar em outro curso de graduação	49	51	100
Exercer outra profissão diferente da sua habilitação	23	77	100
Realizar cursos de atualização profissional	93	07	100

### 3.1.3.6 – O significado do ProUni

Essa pesquisa teve como objetivo saber como o bolsista vê esse programa político, o ProUni. Ao questionar o significado desse programa para o bolsista tem-se: para 38%, uma oportunidade de ingressar no ensino superior; para 27%, uma oportunidade de ingressar no mundo do trabalho e, para 09%, uma oportunidade para se tornar uma pessoa de sucesso e a partir disso ajudar a família. Os demais percentuais podem ser observados na tabela abaixo:

**Tabela 29 - O significado do ProUni para o bolsista.**

Significado	No.	%
Uma oportunidade de ingressar no ensino superior	20	38
Uma oportunidade de ingressar no mundo trabalho	14	27
Uma oportunidade de tornar-se uma pessoa de sucesso e ajudar minha família	05	09
Um futuro melhor	05	09
Tornar-me independente do machismo	01	02
Estabilidade financeira	02	04
Aprender e estar habilitada profissionalmente	03	06
Obrigação do governo	02	04
<b>Total</b>	<b>52*</b>	<b>99*</b>

\*Total é maior que número da amostra porque escolheram mais de uma opção. O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

O que chama atenção nessas respostas é a palavra oportunidade, utilizada por 74% dos entrevistados, a qual, segundo o dicionário de língua portuguesa (PRIBERAM, 2008) significa: “do Lat. *Opportunitate* s. f., qualidade do que é oportuno; ocasião favorável; conveniência; ensejo”.

Entendendo dessa forma, a oportunidade de incluir alguém no ensino superior demonstra que, na realidade, existem pessoas excluídas desse nível de ensino, sem oportunidades. A inclusão de todos é um problema social.

No mundo dos negócios a palavra "problema" é constantemente substituída pela palavra "oportunidade", como também troca-se custo por investimento. Pensando assim, a palavra oportunidade, na realidade, esconde o seu contrário, o problema existente.

O ProUni, nesse sentido, no mundo do capital, faz de um problema - a exclusão ao ensino superior - uma oportunidade - a inclusão de alguns nesse nível de ensino -, deixando de lado o problema da universalização, que não é de seu interesse.

Apesar de os bolsistas considerarem o ProUni como uma oportunidade, sugerem melhorias ao programa. Teve mais destaque, com 19%, o pedido de bolsas-auxílio para pagar os demais gastos que possuem para cursar a faculdade. Mesmo o curso não sendo integral, um dos fatores que dificulta a continuidade no curso é a falta de ajuda financeira para os materiais (livros, xérox), bem como para transporte, alimentação e moradia. As demais sugestões estão apresentadas na tabela abaixo:

**Tabela 30 - Sugestões dos bolsistas para melhoria do ProUni**

<b>Sugestões ao programa</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Ter bolsa auxílio para os cursos que não são integrais p/os mais carentes	08	19
Dar mais bolsas	04	09
Ter auxílio transporte, alimentação, xérox.	03	07
Ter mais vagas nas Instituições	03	07
Aumentar/melhorar informações sobre o ProUni para os alunos do 2º grau	03	07
Levar em conta no processo de seleção as notas do 2º. Grau	02	05
Dar preferência aos alunos mais carentes	02	05
Dar oportunidade de continuar os estudos nas pós.	02	05
Ter mais bolsas para os cursos diurnos	01	02
Melhorar as distribuições de bolsas	01	02
Ter mais vagas nos cursos de saúde	01	02
Ter mais vagas nos cursos mais caros	01	02
Dar a bolsa para alunos que não estão conseguindo pagar a faculdade	01	02
Aumentar as vagas nas Universidades Públicas	01	02
Acabar com as cotas	01	02
Incluir na bolsa as disciplinas que não fazem parte da grade	01	02
Melhorar a imagem do ProUni para os empresários, para que não sejam preconceituosos com os bolsistas	01	02
Fiscalizar e tirar a bolsa de quem pode pagar	01	02
Melhorar o processo de seleção	01	02

Não respondeu	01	02
Sem reclamações o programa é perfeito	04	10
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>98*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Mesmo com os problemas detectados, o ProUni, para 70% dos bolsistas, é a democratização do ensino superior brasileiro.

**Tabela 31 - A distribuição dos bolsistas quanto ao fato de considerar o ProUni como democratização do ensino superior.**

<b>Opção</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Sim	30	70
Não	13	30
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

A partir disto, percebe-se que os jovens de baixa renda, excluídos do ensino superior, vêem esse programa como a democratização do ensino superior, porque o programa os beneficiou. Não conseguem ver que a possibilidade de realizar um curso universitário deve ser um direito de todos brasileiros.

Considerar a sociedade capitalista como um modo civilizatório leva o indivíduo nessa sociedade consumista a pensar primeiramente em si.

Dessa forma, o bolsista, ao conseguir obter o ensino superior tão desejado, acredita que o Estado está realizando a democratização. Tal crença é consequência da ideologia de que o Estado representa todas as classes sociais.

Na tabela seguinte, é possível observar que 80% dos bolsistas acreditam que o ProUni é a democratização do ensino porque dá oportunidade aos jovens de baixa renda de estarem em uma instituição de ensino superior.

**Tabela 32 – Os motivos pelos quais os alunos acreditam que o ProUni é democratização do ensino superior.**

<b>Motivos</b>	<b>No.</b>	<b>%</b>
Dá oportunidade dos jovens de baixa renda fazer uma IES	24	80
Dá oportunidade aos jovens de baixa renda de ter um futuro melhor	02	07
Exame de seleção do ENEM é mais fácil	01	03
A IES pública é para quem teve boa preparação em escolas particulares	02	07
Porque vemos onde o dinheiro público está sendo investido	01	03
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Embora os alunos acreditem haver a democratização, isto não é verdadeiro, já que o acesso à universidade, por meio do ProUni, não universaliza esse direito. Isso é demonstrado pelos próprios alunos bolsistas, já que 30% entendem que o ProUni não é a democratização e justificam que muitos jovens continuam sem acesso ao ensino superior, portanto o ProUni não altera a política educacional quanto à falta de vagas nas IES e que, se o ensino público lhes desse a condição de passar em uma IES pública, o ProUni seria desnecessário. Vêem esse programa apenas como um modo de amenizar o problema da exclusão, incluindo alguns alunos. Como pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 33 – Os motivos pelos quais os alunos não acreditam que o ProUni seja a democratização do ensino superior.**

Motivos	No.	%
ProUni não atende a todos os jovens.	06	46
Se o ensino público der condições de passar em IES pública, o ProUni deixa de ser necessário.	03	23
Incentivo às pessoas baixa renda	01	08
Continua a existir exame de seleção, o ENEM	02	15
O ensino superior deve ser um direito de todos	01	08
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

### 3.1.3.7 – Sugestões ao governo

Dos bolsistas pesquisados, 77% fizeram sugestões ao governo e 23% não quiseram opinar. O que teve maior destaque foi que 23% pediram ao governo melhoria na qualidade da escola pública, desde o fundamental até o ensino médio, pois, com isso, acreditam que conseguiriam uma vaga na universidade pública, não precisando existir o ProUni. As demais sugestões podem ser observadas na tabela abaixo:

**Tabela 34 - As sugestões dos bolsistas ao governo.**

Sugestões	No.	%
Melhoria na qualidade do ensino público	10	23
Investimento em educação, em outros tipos de bolsa e no 1º emprego	04	09
Incentivos fiscais às empresas que financiarem estudo dos trabalhadores	03	07
Aumento de vagas nas IES públicas	03	07
Jornada de trabalho compatível com estudo e a empresa contrata na função	02	05
Classe especial, carga horária dos cursos e adição de aulas extra-classe	01	02

Levar em consideração, na pontuação do vestibular, o histórico escolar do ensino médio	01	02
As cotas na IES pública devem levar em conta a renda e não a raça	01	02
A ausência das classes trabalhadoras no ensino superior é um reflexo de uma sociedade composta por vencedores e perdedores.	01	02
Melhorar a divulgação do ProUni	03	07
Processo seletivo mais justo	02	05
O governo já faz o seu papel, cabe ao povo ir atrás.	01	02
Reforma Tributaria e igualdade para todos.	01	02
Não sugeriu	10	23
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

### 3.1.3.8 – O significado do Ensino Superior

Por último, foi questionado ao aluno o significado de realizar o ensino superior: Para 53% é um sonho realizado, para 37% acesso ao conhecimento, para 02% uma frustração e para 07% é outro motivo, conforme o quadro abaixo:.

**Tabela 35 – Distribuição do que significa para o bolsista estar realizando uma faculdade**

Está realizando a faculdade é	No.	%
Um sonho realizado	23	53
Acesso ao conhecimento	16	37
Uma frustração	01	02
Outro	03	07
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>99</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Essa questão levou a uma segunda, que era o porquê desse significado de escolha de sonho, acesso ao conhecimento ou frustração. Como pode ser observado abaixo:

**Tabela 36 – Distribuição do porquê do significado de realizar uma faculdade.**

Está realizando a faculdade é	No.	%
<b>Um sonho realizado</b>		
Sonho ter uma carreira, um futuro melhor	07	30
Sempre gostei de estudar, mas não tinha condições financeiras	06	26
Sempre quis fazer um curso superior nessa área	03	13
Não explicou	07	30
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>99*</b>
<b>Acesso ao conhecimento</b>		

Para o mercado de trabalho	06	37
Pensamento crítico	03	19
Não explicou	07	44
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>100</b>
<b>Uma frustração</b>		
Escolhi o curso errado	01	100
<b>TOTAL</b>	<b>01</b>	<b>100</b>
<b>Outro</b>		
Ascensão social e profissional	01	33
Pensamento crítico para libertar	01	33
Uma coisa normal	01	33
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>	<b>99*</b>

\*O total do % é menor que 100 devido ao arredondamento.

Por mais que os bolsistas classificassem de maneiras diferentes sonho e acesso ao conhecimento, na análise de suas respostas há convergência no que se refere ao sonho de buscar uma carreira. Com 30%, é o acesso ao conhecimento para o mercado de trabalho. Nos dois casos o significado está na preparação para o mercado de trabalho, ter uma profissão com intuito de conseguir um futuro melhor. Ocorre o mesmo caso com o acesso ao conhecimento para obter um conhecimento crítico, com 19%, e outros, quando buscam pensamento crítico para se libertar, com 33%.

Pode-se aferir que o significado de fazer uma faculdade, para o jovem bolsista do ProUni, está em receber um conhecimento que lhe forneça uma profissão, que em seu entender vai-lhe conceder uma mobilidade social, Os que pensam assim acreditam que o ProUni é democratização do ensino. No entanto os que não acreditam nessa democratização, além da formação profissional, vêem esse conhecimento como libertação da alienação impregnada na sociedade capitalista atual.

Assim, o ProUni concede a esses bolsistas a inserção no ensino superior e, em seu pensar, a oportunidade de mudança em sua vida financeira e intelectual.

Por fim, foi pedido aos bolsistas sugestões para a pesquisa em questão. Apenas 13 sugeriram, como pode ser observado na tabela abaixo:

**Tabela 37 – Sugestões dos bolsistas a pesquisa**

Sugestões	No.	%
Não Têm	07	16
Não Respondeu	23	53
Deu sugestões	13	30
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>99</b>

Como somente 13 alunos apresentaram suas sugestões, serão apresentadas todas, pois muitas servem como sugestões para futuros trabalhos:

*“Faltou falar sobre a discriminação que o ProUni sofre em algumas universidades, principalmente das públicas”. Aluno 01*

*“Os alunos do ProUni poderiam receber cartas com informações e novidades a respeito da bolsa e de como desfrutar dela”. Aluno 05*

*“Estudar como estão se saindo no mercado de trabalho os alunos formados pelo Programa. Onde estão? Estariam fazendo o que, hoje, se não fosse a bolsa? Que eles tem a oferecer à sociedade em favor dessa bolsa, hoje, como profissionais?”. Aluno 06*

*“Interessante! Por meio dela poderá ser feito um acompanhamento no nível de satisfação e até mesmo de aceitação de alunos bolsistas, como eu”. Aluna 08*

*“Os resultados da pesquisa poderiam ser divulgados e/ou chegar aos governantes responsáveis, para que todos tenham conhecimento das falhas, das conquistas e do significado desse programa para os ALUNOS”. Aluno 15*

*“Não basta dar a bolsa, mas cuidar da manutenção da mesma por meio de apoio financeiro para auxílio alimentar, no mínimo”. Aluno 18*

*“Gostaria que houvesse uma questão referente ao nível de instrução dos familiares do bolsista, carga emocional no que se refere aos critérios de cancelamento de bolsa”. Aluno 19*

*“Espero que sirva como potencial melhora para alguns pontos e manutenção deste benefício”. Aluno 29*

*“Por que algumas pessoas não podem obter a bolsa do ProUni quando já estão estudando, são negras, o que realmente acontece?”. Aluno 31*

*“Gostaria de saber o que influenciou”. Aluno 32*

*“Gostaria de receber resultados sobre a pesquisa e se teve alguma influência”. Aluno 39*

*“Sim, gostaria de ter uma devolutiva da conclusão da pesquisa. Achei muito interessante a temática abordada, pois prover meios de ingresso no curso superior não é a única variável interferente na manutenção do curso”. Aluno 41*

*“Sim, ela poderia gerar um documentário”. Aluno 42*

## V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia ou a visão social de mundo que perpassa o Programa Universidade para Todos está de acordo com os princípios de um governo democrático capitalista. Em que pese o anúncio da democratização do acesso, ela tem que ser entendida no contexto dos interesses do capital, nacional, internacional e da privatização do ensino, pois a democracia, num modo de produção capitalista, serve para manter o equilíbrio entre as necessidades dos cidadãos e as ofertas do Estado.

Ademais, não se pode esquecer que as ações desenvolvidas na esfera da educação se articulam com a totalidade das ações políticas, econômicas e sociais, quer nacionais, quer internacionais.

Assim, o ProUni, enquanto um programa de acesso ao ensino superior, apresenta-se contraditório, pois mantém a ordem estabelecida e a democratização do acesso ao ensino superior e é, ainda, uma utopia das classes menos favorecidas.

Essa análise só é possível com a crítica realizada por intelectuais contrários ao pensamento liberal burguês, que não se satisfazem com políticas focadas, mas lutam por uma estrutura de direitos universalizados, e que ainda lutam por uma sociedade não-capitalista, mas comunista.

O ProUni é contrário a isso, é um pacto social entre o Estado, o capital internacional, o capital nacional e a necessidade do povo de ingressar no ensino superior com o mito de que esse o levará à mobilidade social.

A situação acadêmica dos bolsistas aqui analisados, por meio da pesquisa documental, demonstra que são jovens que, em sua maioria, mantêm na faculdade o desempenho que obtinham anteriormente no ensino médio, havendo alguns que obtêm um melhor desempenho do que no nível de ensino anterior.

São preocupados em cumprir com a exigência do MEC, da aprovação em 75% das disciplinas, para a permanência da bolsa. Os que não conseguem a aprovação total buscam trancar, cancelar, inconcluir as disciplinas, assim não descumprem a exigência e essas disciplinas não vão

aparecer como reprovações. Porém essas formas encontradas os levam, futuramente, a pagar por essas disciplinas.

O exposto acima leva a demonstrar o diferencial entre a bolsa e uma vaga em uma universidade pública, na qual o dinheiro público investido dá ao aluno, em qualquer um dos casos apresentados, a garantia da gratuidade de seu curso.

O perfil dos bolsistas, em sua maioria, é de jovens com idades entre 19 a 27 anos, pertencentes tanto ao sexo feminino quanto ao masculino, dos quais 65% residem na cidade na qual se localiza o campus e 35% em municípios vizinhos. Isso possibilita afirmar que o ProUni está permitindo que os jovens possam cursar o ensino superior na idade adequada, não tendo que interromper seus estudos após o término do ensino médio. Acabam por residir com a família em grande parte, o que leva a economizar com moradia. Possuem uma renda familiar de 1.245,00 (um mil e duzentos e quarenta cinco reais) a 1.660,00 (um mil seiscentos e sessenta reais), porém a renda per capita para 4 integrantes é de 363,12 (trezentos e sessenta três reais e doze centavos). Demonstra que a renda familiar não favorece o pagamento de uma faculdade, já que a média das mensalidades dos cursos se encontra em R\$ 658,78, na instituição pesquisada. Observamos nas análises que 44% desses jovens não participaram do vestibular de IES públicas, já que não teriam condições financeiras para se manter na cidade na qual se localizava o campus. Desse modo, notamos a necessidade da implantação de mais instituições públicas para atender o interior do Estado de São Paulo.

A análise desses dados possibilita inferir que o ProUni está favorecendo as classes de baixa renda no que diz respeito ao ingresso dos jovens no ensino superior.

Apesar de todos os bolsistas terem bolsa de 100%, vale lembrar que o ProUni só financia, a esses jovens, o valor da mensalidade, deixando de arcar com os gastos que o aluno necessita para se alimentar, para os materiais escolares (livros, xérox, etc.), para o transporte, tanto para os que moram fora do município onde se situa o campus, como para aqueles que moram na cidade onde se localiza a universidade. Segundo os bolsistas, isso acabou por

levar alguns de seus colegas à evasão, demonstrando que só a obtenção da vaga não resolve o problema estrutural da educação.

A maioria dos jovens são trabalhadores e se dedicam à atividade remunerada, com jornada de trabalho de 40 horas ou mais. Por mais que seja intensiva sua dedicação ao trabalho, o mesmo deve ocorrer em relação ao curso.

Percebe-se que a universidade e os cursos, nos quais esses jovens se encontram, têm atendido a demanda do mercado, formando os jovens apenas para o trabalho, para manutenção do sistema da ordem vigente.

São jovens informados pela indústria cultural, tendo a internet como base e posteriormente a TV, não aparecendo em suas falas o conhecimento científico divulgado por meio de livros e revistas científicas. Talvez isso ocorra pela falta de divulgação desses meios ou pelo custo de um livro no mercado capitalista. Assim, acabam por se informar por meio dos meios mais próximos, na faculdade a Internet e em casa o noticiário de TV.

A atuação dos bolsistas em outras instituições sociais se restringe a grupos religiosos e a grupos voluntários, demonstrando a cultura religiosa como fundamento para suas atuações sociais e a ausência de participação em partidos políticos e outros grupos.

Os jovens carentes souberam do ProUni pelos meios de comunicação, principalmente a TV. O governo, no entanto, não trabalha de forma eficaz para divulgar o programa no espaço da própria escola pública de ensino médio. Em sua maioria, eles acreditavam passar no processo de seleção do ProUni, já que receberam formação necessária para isso. A dificuldade enfrentada no processo de seleção está no acesso à internet, pois muitos não têm computador. Esse acesso só vai ocorrer quando se ingressa no ensino superior, via laboratórios da instituição.

A grande maioria acredita que não seria possível cursar o ensino superior sem a existência do ProUni, justificando a impossibilidade pela falta de condições financeiras. Não citam a possibilidade de cursarem a universidade pública, onde muitos prestaram o vestibular e não passaram. Os motivos declarados são a falta de conhecimento, que deveria ser obtido em todas as escolas públicas e também a falta de condições econômicas, devido à desigualdade social.

Os bolsistas são estudantes que se preocupam com a qualidade do ensino, já que escolheram a instituição e o curso seguindo o princípio da qualidade por ele oferecido.

A motivação que levou o bolsista a buscar a formação no ensino superior, em sua maioria, está no fato de querer uma melhor condição de vida econômica e social para si e para seus familiares, isto é, a mobilidade social. O grande mito de que, por meio de uma formação profissional conseguirá uma melhor condição econômica para si e os seus, mantém-se em nossos dias.

Declaram que se identificaram com o curso, com a área de atuação, e que suas expectativas - formação profissional voltada para o trabalho e a formação para o mercado - estão sendo atendidas. A maioria pretende continuar seus estudos com cursos de atualização, especialização e mestrado.

O ProUni significa a grande oportunidade que surgiu em suas vidas, para realização do ensino superior, para ingressar ao mundo do trabalho, para obter sucesso e ter um futuro melhor.

O ProUni, nesse sentido, no mundo do capital, transforma um problema, a exclusão do ensino superior, em uma oportunidade, a inclusão de alguns a esse nível de ensino, deixando de lado o problema da universalização, que não é de seu interesse.

Mesmo considerando o ProUni como uma oportunidade, os bolsistas sugerem melhorias ao programa. O maior destaque é o pedido de bolsas-auxílio para pagar os demais gastos que possuem para cursar a faculdade.

O objetivo desta pesquisa foi verificar como esse bolsista vê o ProUni: será que ele acha que esse programa de inclusão social democratiza ou que privatiza o ensino superior brasileiro?

A hipótese que permeou o estudo foi que o bolsista via o ProUni como um programa político que democratiza o ensino superior, já que ele antes era um excluído agora é um incluído nesse nível de ensino. Tal suposição confirmou-se em números: para a maioria, 70%, é a democratização, mas há um bom percentual, 30%, que não o vêem dessa forma, acreditando que o programa não universaliza esse direito a todos os jovens e que, se tivessem recebido um ensino público de qualidade, poderiam ingressar em uma IES

pública, percebendo, dessa maneira, que não seria necessário existir o ProUni. Esse programa, portanto, é visto apenas como um modo de amenizar o problema da exclusão, incluindo somente alguns.

Já para os 70% que, ao conseguir obter o ensino superior tão desejado, acreditam que o Estado está realizando a democratização, pode aferir que esse pensar é conseqüência da ideologia de que o Estado representa todas as classes sociais, bem como do processo civilizatório do modo de organização capitalista.

O interessante é que 23% dos jovens percebem a necessidade de o governo melhorar o ensino público para que possibilite a sua entrada em uma IES pública.

Pode-se inferir que o significado de fazer uma faculdade, para o jovem bolsista do ProUni, está em receber um conhecimento que lhe forneça uma profissão, que em seu entender vai-lhe conceder uma mobilidade social. Acredita no ProUni como democratização do ensino. No entanto, para os que não acreditam, vêem esse conhecimento como libertação da alienação impregnada na sociedade capitalista atual.

Assim, o ProUni concede a esses bolsistas a inserção no ensino superior e em seu pensar a oportunidade de mudança em sua vida financeira e intelectual.

Conclui-se, dessa forma, que o ProUni, bem como as diretrizes para a Reforma da Educação Superior do governo Lula atenderam às determinações dos Organismos Internacionais (Banco Mundial, FMI, UNESCO, ALCA, OMC, BIRD), bem como asseguraram benefícios aos empresários da educação, tanto nacionais como internacionais, que vêem a educação como mercadoria e não como um direito.

Não se pode deixar de reconhecer, que o ProUni colocou muitos jovens no ensino superior e que, sem o programa, muitos deles nunca chegariam a esse nível de ensino. Lógico que é muito bom. É um programa que concede vagas, antes inexistentes a jovens que também não teriam condições de cursar uma faculdade. O problema é que esse programa não universaliza esse direito, pois apenas alguns têm acesso, além de desviar verbas públicas para o setor privado, deixando de financiar o aumento de

universidades públicas, deixando de aumentar as vagas nas IES públicas, conseqüentemente privatizando o ensino superior brasileiro.

As IES privadas, quando fornecem um conhecimento com baixa qualidade, beneficia o capital, pois o aluno, por não receber um curso de qualidade, fica com falhas profissionais. Isso é bom para o capital que precisa ampliar suas empresas na esfera da educação, criar novos cursos para melhor preparar profissionais para o mercado de trabalho, resultando numa eterna necessidade de especializar-se e pagar por isso.

Deixou-se de investir nas IES públicas e abriu-se o mercado para aplicação do capital estrangeiro. Atendeu-se aos empresários nacionais da educação, que necessitavam da isenção de impostos, pela falta de demanda, pois os alunos não tinham condições de pagar pelas vagas abertas, bem como solucionar o problema do aumento da inadimplência. Em grande parte, essas diretrizes foram defendidas no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, que conduziram as medidas legais que foram criadas.

Dessa forma, o ProUni, por ser um programa político para o ensino superior, que, embora declare democratizar o acesso a IES, realiza o contrário, contribui para a manutenção da exclusão da população desse nível de ensino. Esse programa não leva à transformação, não concede esse direito universal a todos os cidadãos, mas mantém as desigualdades sociais que são próprias do modo de produção capitalista.

Esta pesquisa não tem como objetivo encerrar o tema em estudo, pelo contrário, tem a intenção de contribuir para o debate posto sobre o ProUni. Existem questões que merecem ser analisadas mais profundamente por outros pesquisadores, podendo ser transformadas em objetivos de futuros trabalhos de quem possa interessar-se em contribuir com o estudo e a realidade do Ensino Superior Brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ABEP. **Critério de Classificação Econômico Brasil**. Disponível em <<[http://www.abep.org/codigosguias/Criterio\\_Brasil\\_2008.pdf](http://www.abep.org/codigosguias/Criterio_Brasil_2008.pdf)>>. Acesso em: 23 out. 2008.

ADORNO, Theodoro W. Televisão, consciência e indústria cultural. In: CONH, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p.287-295.

ARCARY, Valério. Por que as cotas são uma proposta mais igualitarista que a equidade meritocrática? **Revista Crítica Marxista**, n.24, Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.102-105.

BARBOSA, Alexandre. **O mundo globalizado: política, sociedade e economia**. São Paulo: Contexto, 2003

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA . **LEI 11.096, 13 de Janeiro de 2005**; 184º da Independência e 117ª da República. Disponível em <<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm)>> Acesso em: 07 Dez 2007.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Investimento em Mídia**. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/.arquivos/investmentomidia](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/.arquivos/investmentomidia)>. Acesso em: 13.jan.2009

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **ProUni**. Brasília (DF). Disponível em: <<http://ProUni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/Oprograma.shtm>>. Acesso em: 06 Mar 2007.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROUNI. **Informações aos Candidatos**. 2007. Disponível em <[http://ProUni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/inf\\_est.shtm#3](http://ProUni-inscricao.mec.gov.br/ProUni/inf_est.shtm#3)> Acesso em: 11 Dez 2007.

\_\_\_\_\_. MEC. **ProUni**: informações. Disponível em

<<[http://portal.mec.gov.br/ProUni/index.php?option=com\\_content&task=view&id=238&Itemid=134](http://portal.mec.gov.br/ProUni/index.php?option=com_content&task=view&id=238&Itemid=134)>> Acessado em: 23 out. 2008.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Avaliação: Relatório do Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Educação**. R.Bras.Est.Pedag. Brasília, v.82, n.200/201/202, p.117-136, jan/dez 2001. disponível em <<<http://portal.mec.gov.br>>> Acesso em: 11 Dez 2007.

\_\_\_\_\_. MEC/SESu/DIPES. Coordenação Geral de Projetos Especiais para Graduação. **Manual do Bolsistas**. Março de 2008. <<<http://portal.mec.gov.br/ProUni/>>. Acesso em: 23 out. 2008.

\_\_\_\_\_. SENADO. **Nota informativa n. 1.426**, de 2007. Texto do Consultor Legislativo Elí de Araújo. 17 de Jul. 2007.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para o ensino superior no Brasil (1995-2006): ruptura e continuidade nas relações entre público e privado. IE/ Unicamp, **ANPED** – GT11 - Política de Educação Superior, 2006. Disponível em <http://www.anped11.uerj.br/>. Acesso em: 15 Nov. 2007.

CASTANHO, Maria Eugênia. **Universidade à Noite**: fim ou começo de jornada? Campinas, SP: Papyrus, 1989.

CATANI, Afrânio; HEY, Ana Paula; GILIOLI; Renato Souza Porto. ProUni: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**. Curitiba/PR, nº 28 p. 125-140. jul/dez 2006.

CAVA, Bruno. ProUni: qualidade é democracia. Universidade Nômade. **Le monde diplomatique**, Caderno Brasil, janeiro de 2008. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/imprima2160>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

\_\_\_\_\_. Muito além da assistência estudantil. **Le Monde Diplomatique**, Caderno Brasil, fevereiro de 2008. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/imprima2160>>. Acesso em: 04 mai. 2008.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. In: Universidade: reforma e/ou rendição ao mercado?. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol.25, n.88, p. 677-698, Especial – Out. 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e Mercado. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p.795-817, Especial – Out, 2004.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985, p.134.

\_\_\_\_\_. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica e Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005

FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 113, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742001000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 Fev. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas**. Disponível em <<http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0049.pdf>>. Acesso em: 20 Dez. 2008.

HOFF, Tânia; GABRIELLI, Lourdes. Slogan e Título In: **Redação Publicitária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IBGE. Volume Brasil e plano tabular para grandes regiões, unidades da federação e nove regiões metropolitanas Brasil. **Domicílios**. Tabelas 7.3 e 7.7 – 2005. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/defaulttab\\_hist\\_brasil.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/defaulttab_hist_brasil.shtm) >. Acesso em: 13 Jan. 2008.

INEP. **Enade 2005**. Disponível em: <<<http://enade2005.inep.gov.br/resultados?c=CUniversidade&m=ver>>> e <<<http://enade2005.inep.gov.br/pdf/01503552205.pdf>>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 4. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1987.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed.. São Paulo: Atlas, 2005.

LEHER, Roberto. Prefácio. In NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Reforma Universitária do Governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p.01-46

LÊNIN, V.I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LESSA, Sérgio. Cotas e o renascimento do racismo. **Revista Crítica Marxista**, n.24, Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 2007, p.106-109.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma Universitária do Governo Lula: o relançamento do conceito de público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Reforma Universitária do Governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p.01-46

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, Euripedes Rodrigues. **AP. Estatística-2008-2ºANO.doc**. Sorocaba, 12 de março de 2008.. 1 arquivo (650 bytes). Word for Windows 6.0.

MANCEBO, Deise. Reforma Universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p.846-866, Especial – out, 2004.

MARX, Karl. Prefácio da 1. edição. Livro 1: O processo de Produção do Capital. IN: **O capital: crítica da economia política**. Londres, 25 de julho de 1867. Tradução de Reginaldo Sant'anna. 6. ed. Volume 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 3-7.

MARX K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Manifesto do Partido Comunista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARQUES, Fabrício. Limites Desafiados. Política Acadêmica.Humanidades. IN **Revista Pesquisa FAPESP – ONLINE**, Edição impressa 146, Abril 2008. Disponível em <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/?art=3502&bd=1&pg=1&lg=>> Acesso em: 14 Abr 2008.

MARQUES, Eugênia P.S.; MAIA, Suzanir F. Ações Afirmativas e a política de cotas: uma análise do Programa Universidade para Todos – ProUni – a inserção de negros na universidade. **Séries-Estudo**. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n.22, p. 47-59, Jul/Dez., 2006.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINTO, Lalo Watanabe. **As Reformas do Ensino Superior no Brasil : o público e o privado em questão**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. Globalização, Transição Democrática e Educação (Inter)Nacional (1984...). In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Navegando na História da Educação** [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo\\_transicao\\_democratica\\_intro.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_transicao_democratica_intro.html) > Acesso em: 23 Nov. 2007.

OTRANTO, Célia Regina. A reforma da educação superior do Governo Lula: da inspiração à implantação. Grupo de Trabalho: Política da educação Superior no.11: **ANPED**, 2006. Disponível em <http://www.anped11.uerj.br/>. Acesso em: 15 Nov. 2007.

PACHANE, Graziela Giusti. **A universidade vivida**: a experiência universitária. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 1998.

PARAGUASSÚ, Lisandra. Metade dos cursos mal avaliados no Enade oferece bolsas no ProUni. **O Estado de São Paulo**, 31 jul 2007. <<http://www.estado.com.br/editorias/2007/07/31/ger-1.93.7.20070731.6.1.xml>> Acesso em: 30 Abr 2008.

PENSADOR.INFO. Significado da palavra. Disponível em <<[http://www.pensador.info/p/significado da palavra oportunidade/1/](http://www.pensador.info/p/significado_da_palavra_opportunidade/1/)>>. Acesso em 15 jan. 2009.

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. Dois sentidos para a educação na década de 1980: democracia e cidadania/ implicações históricas. In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_071.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_071.html)> Acesso em: 20 Abr. 2008.

PIETROCOLLA, Luci Gati. **O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1986.

PRIBERAM. Língua Portuguesa On-Line. **Dicionário**. Disponível em [http://www.priberam.pt/dlpo/pesquisar\\_resultados.aspx](http://www.priberam.pt/dlpo/pesquisar_resultados.aspx). Acessado em: 11 ago. 2008.

ROUANET, Luiz Paulo. John Rawls e a política de ações afirmativas. PUC-Campinas, 2006. Disponível em<

br.geocities.com/eticaejustica/**politicasafirmativas**.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2009.

SANFELICE, José Luiz Sanfelice. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, J. C. e outros (orgs.). **A escola pública no Brasil. História e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005 (a).

\_\_\_\_\_. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n.21, p.29-40, novembro 2006.

SHIROMA, Eneida Oto (org.). **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

STUGLITZ, Joseph E. **A GLOBALIZAÇÃO e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2003.

TRINDADE, Hélió. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do governo Lula. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p.819-843, Especial – Out, 2004.

**ANEXO 01****NOTA INFORMATIVA Nº 1.426, DE 2007**

Referente à STC nº 200704933, do Senador CRISTOVAM BUARQUE, que pede dados referentes à quantidade de Instituições públicas e privadas de Ensino Superior no País.

Atendendo a solicitação do Senador, produzimos a tabela a seguir, com o quantitativo de Instituições de Ensino Superior (IES), classificadas por natureza – pública ou privada, sempre que possível.

Os dados foram obtidos no Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para os anos posteriores a 1980. Para os anos anteriores, as informações foram extraídas de anuários estatísticos produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde e pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Para iniciar a série temporal, selecionamos o ano mais antigo para o qual conseguimos coligir informações a partir dos dados consultados. Em face da não-periodicidade e da precariedade dos serviços de estatística no País, há lacunas na tabela que demandariam pesquisas mais aprofundadas.

Alguns dados conflitantes nos fizeram apor, lado a lado, na tabela, os dois resultados. A base informativa desses resultados é a mesma e, provavelmente, deve-se a erros tipográficos ou reposicionamento de alguma instituição na classificação, segundo critérios específicos. Para efeitos práticos, utiliza-se o número maior.

Concluimos o trabalho com a inclusão de dados adicionais e breves comentários ao desenvolvimento da série coligida.

**TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE IES NO BRASIL (1908-2005)**

<b>ANO</b>	<b>PÚBLICA</b>	<b>PRIVADA</b>	<b>TOTAL</b>
1908			28
1933			248
1935			248
1936			217
1937			217
1939			254
1940			258
1941			284
1942			299
1945			325
1946			332
1947			354
1948			361
1949			382
1950			435/437
1951			398
1952			470
1953			516
1955	361	443	804
1967-1968			779
1971	184	435	619
1972	181	520	701
1973	226	631	857
1974	202/204	628/631	830/835
<b>1975</b>	<b>215</b>	<b>645</b>	<b>860</b>
1976	219	718	937
1977	217	712	929
1978	234	680	914/893
1979	217	670	887
<b>1980</b>	<b>200</b>	<b>682</b>	<b>882</b>

<b>ANO</b>	<b>PÚBLICA</b>	<b>PRIVADA</b>	<b>TOTAL</b>
1981	259	617	876
1982	259	614	873
1983	246	615	861
1984	238	609	847
<b>1985</b>	<b>233</b>	<b>626</b>	<b>859</b>
1986	263	592	855
1987	240	613	853
1988	233	638	871
1989	220	682	902
<b>1990</b>	<b>222</b>	<b>696</b>	<b>918</b>
1991	222	671	893
1992	227	666	893
1993	221	652	873
1994	218	633	851
<b>1995</b>	<b>210</b>	<b>684</b>	<b>894</b>
1996	211	711	922
1997	209/211	689	900
1998	209	764	973
1999	192	905	1.097
<b>2000</b>	<b>176</b>	<b>1.004</b>	<b>1.180</b>
2001	183	1.208	1.391
2002	195	1.442	1.637
2003	207	1.652	1.859
2004	224	1.789	2.013
<b>2005</b>	<b>231</b>	<b>1.934</b>	<b>2.165</b>
2006	–	–	–

Fonte 1: INEP/Censo da Educação Superior (1980 -2005)

Fonte 2: Anuários Estatísticos do Brasil (v. 33-39). 1972/1978. IBGE. (1908, 1935, 1971-1975).

Fonte 3: MEC. Secretaria-Geral. Serviço de Estatística da Educação e Cultura (1967-1968, 1976-1978).

Fonte 4: Serviço de Estatística da Educação e Saúde (1933, 1936, 1937, 1939, 1940, 1941, 1942, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950)

Na década de 1970, paralelamente a um crescimento limitado do setor público, há uma expansão vertiginosa no ensino privado, constatando-se crescente diferenciação e hierarquização entre os estabelecimentos. Às antigas universidades privadas de natureza confessional ou não-lucrativa, somaram-se, em maior número, as instituições criadas pela iniciativa empresarial.

A partir da década de 1980, apesar da desaceleração no crescimento do setor, há transformação de instituições isoladas em

universidades, prerrogativa limitada, até então, às instituições públicas e algumas de natureza confessional.

Nos anos 1990, o ensino superior privado voltou a crescer intensamente. Prossegue o movimento de transformação de instituições isoladas privadas em universidades.

O modelo econômico neoliberal continuou produzindo crescimento no setor nos anos subseqüentes. Hoje, com a aceitação tácita, por parte do Governo Federal, de que não dará conta de cumprir a meta – proposta no Plano Nacional da Educação – de, até o ano de 2011, colocar 30% da população de 18 a 24 anos na educação superior, pode-se esperar continuado aumento do número das instituições privadas, com base na aplicação do *remédio* representado pelos programas de financiamento: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A Consultoria Legislativa espera ter atendido o Senador e põe-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

Consultoria Legislativa, 17 de julho de 2007.

Elí de Araujo  
Consultor Legislativo

**ANEXO 02****QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS BOLSISTAS DO PROUNI****1ª. Parte : dados pessoais / vida universitária:**

1. Qual o curso de graduação que está matriculado (a):

\_\_\_\_\_

2. Ano de ingresso no curso em que está matriculado(a):

2005  2006  2007  Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

3. Ano em que provavelmente concluirá o curso:

2007  2008  2009  2010  outro. Qual? \_\_\_\_\_

4. Em semestre está nesse momento?

1º. Semestre  2º. Semestre  3º. Semestre  4º. Semestre  5º.

Semestre  6º. Semestre  7º. Semestre  8º. Semestre  9º.

Semestre  10º. Semestre  outro.

Qual? \_\_\_\_\_

5. Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

6 Qual o seu sexo?

masculino  feminino

7. Onde você reside?

em Campinas  em Sorocaba  em outro município viajando diariamente.

Qual? \_\_\_\_\_

Outro. Qual?

\_\_\_\_\_

8. Qual é o salário da sua família?

- 01 e 02 salários mínimos     03 e 04 salários mínimos     05 e 06\_ salários mínimos     mais de 06 salários mínimos     Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

9 Quantas pessoas compõem a sua família, incluindo você?

- 02 pessoas     03 pessoas     04 pessoas     05 pessoas  
 Outro. Quantas?

10. Com quem reside?

- com a própria família  
 em casa de parentes ou amigos  
 em república ou apartamento com colegas  
 sozinho(a)  
 outro. Qual? \_\_\_\_\_

11. Você exerce alguma atividade remunerada?

- sim     não

**Se não, passe à questão 16.**

12. A atividade que desempenha pertence a qual das seguintes categorias:

- contratado(a) com vínculo empregatício  
 contratado(a) sem vínculo empregatício  
 "freelance"  
 estagiário(a)  
 autônomo(a)  
 outra.

Qual? \_\_\_\_\_

13. Quantas horas diárias, em média, você dedica a sua atividade profissional?

- até 2 horas     4 horas     6 horas     8 horas     mais de 8 horas     varia muito

14. O tipo de trabalho que você exerce tem relação com o curso que está realizando?

sim  não

15. O tipo de trabalho que você desenvolve influi sobre seu aproveitamento estudantil de modo:

positivo  negativo  indiferente

16. Mais de uma alternativa poderá ser assinalada na questão seguinte. Neste caso, escreva (1) antes do item que corresponde ao meio mais utilizado, (2) àquele que vem em 2º lugar, e assim por diante.

Como você se mantém informado(a) sobre a situação social, política e econômica do país e do mundo?

- conversa com amigos
- leitura de jornais
- noticiário de TV
- revistas (tipo VEJA, ISTO É, etc.)
- rádio
- Internet
- outro(s).

Qual(is)? \_\_\_\_\_

o tema não me interessa

17. Você atua junto a:

- comunidade de bairro
- partidos políticos
- grupos religiosos
- grupos assistenciais
- ONGs
- grupos voluntários não especificados acima
- não atua
- outra(s) . Qual(is) ? \_\_\_\_\_

**- 2ª. Etapa : O ProUni:**

18. Como ficou sabendo do ProUni?

( ) Pelos meios de comunicação. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Por amigos.

( ) Pelo professor do segundo grau.

( ) Pela escola do segundo grau.

( ) Outro.

Qual? \_\_\_\_\_

19. Você acreditou que seria possível ganhar uma bolsa de estudo para o ensino superior?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

---

---

20. Se você enfrentou alguma dificuldade para se inscrever ou para fazer o exame de seleção para bolsa do PROUNI, descreva abaixo:

---

---

---

---

---

---

---

21. Se não fosse a bolsa do ProUni você teria condições de fazer um curso universitário?

( ) Sim ( ) Não

Por quê? \_\_\_\_\_

22. Qual o percentual de bolsa que recebe?

( ) 100% ( ) 50% ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

23. Você recebe o auxílio bolsa?

( ) Sim ( ) Não

**Se não, responda a seguinte.**

24. Sabe que existe o auxílio bolsa?

( ) Sim ( ) Não

( ) Se sim. Como ficou sabendo? Você pediu essa bolsa?

Comente. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

25. Se você passa por alguma dificuldade para fazer a faculdade, mesmo com a bolsa do ProUni, descreva-a a abaixo:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

26. Você conhece alguém que ganhou a bolsa do ProUni e deixou o curso?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, sabe o motivo porque esta pessoa deixou o curso?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

27. Quais os motivos que o (a) levaram a fazer uma faculdade? Atribua a seguinte pontuação:

0 (zero) quando a alternativa não teve importância alguma

1 (um) quando a alternativa é pouco relevante

2 (dois) quando a alternativa é relevante

3 (três) quando a alternativa é muito relevante

( ) acesso à carreira acadêmica

- ter uma melhor condição de vida econômica e social
- dar uma melhor condição de vida econômica e social a minha família
- melhores oportunidades salariais
- acesso a melhores posições na Instituição/Empresa em que trabalha
- possibilidade de realização pessoal
- exigência da Instituição/Empresa a que pertence
- valorização pelo mercado de trabalho
- possibilidade de contribuição para a melhoria da sociedade
- desenvolvimento como pessoa
- aquisição de competência profissional
- formação técnica para melhorar a atividade que já exerce
- ter um título de nível superior
- realização de um sonho pessoal
- outro motivo.

Qual? \_\_\_\_\_

28. Você prestou vestibular em universidade pública?

- Sim. Qual universidade e para qual curso?

\_\_\_\_\_

- Não . Por quê?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

29. Qual o motivo principal que o (a) levou a optar pela universidade na qual está?

- a facilidade de acesso ao local onde se realiza o Curso
- o fato de se tratar da única Instituição que oferece este Curso na região
- o conceito do Curso que esta universidade oferece
- outro.

Qual? \_\_\_\_\_

30. Quais os motivos que o (a) levaram à escolha deste Curso? Atribua a seguinte pontuação:

0 (zero) quando a alternativa não teve importância alguma

1 (um) quando a alternativa é pouco relevante

2 (dois) quando a alternativa é relevante

3 (três) quando a alternativa é muito relevante

acesso à carreira acadêmica

melhores oportunidades salariais

acesso a melhores posições na Instituição/Empresa em que trabalha

possibilidade de realização pessoal

exigência da Instituição/Empresa a que pertence

valorização pelo mercado de trabalho

possibilidade de contribuição para a melhoria da sociedade

baixa concorrência por vagas

desenvolvimento como pessoa

aquisição de competência profissional

formação técnica para melhorar a atividade que já exerce

ter um título de nível superior

outro motivo.

Qual? \_\_\_\_\_

31. Quais as dificuldades que tem encontrado para realizar o curso?

0 (zero) quando a alternativa não tem importância alguma

1 (um) quando a alternativa é pouco relevante

2 (dois) quando a alternativa é relevante

3 (três) quando a alternativa é muito relevante

4 (quatro) nenhuma

31.1 Quanto às aulas:

linguagem utilizada pelo docente

didática utilizada pelo docente

relação teoria e prática

processo de avaliação

outra(s). Qual(is) ? \_\_\_\_\_

31.2 Quanto ao financeiro:

- gasto com livros/xérox
- gasto com alimentação
- gasto com moradia
- gasto com transporte
- outra(s). Qual(is) ? \_\_\_\_\_

31.3. Quanto ao relacionamento:

- com os alunos
- com os professores
- com os funcionários da instituição que estuda
- com a família
- outra(s). Qual(is) ? \_\_\_\_\_

32. Se pudesse voltar atrás, faria o mesmo curso?

- sim  não

Por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

33. Considera-se, hoje, como um dos principais atributos do ensino o desenvolvimento do espírito de investigação por meio da relação entre ensino e pesquisa.

Ao longo deste curso, as relações ensino-pesquisa:

- vêm sendo vivenciadas por você na maioria das atividades
- vêm sendo vivenciadas em algumas ocasiões
- vêm sendo vivenciadas em raras ocasiões, somente
- de modo geral não têm sido vivenciadas

Como? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

34 O que você esperava, em primeiro lugar, de um Curso de Graduação, como este que está realizando?

- formação teórica, voltada para a pesquisa
- formação profissional voltada para o trabalho
- formação acadêmica para melhorar a atividade prática que já desempenha
- aquisição de cultura mais ampla
- outro Qual ? \_\_\_\_\_

35. Você considera que o curso que está realizando dará condições reais para que sua opção, assinalada na questão anterior, de fato se concretize?

- sim       não

36. Assim que terminar este curso você pretende:

36.1. Exercer a profissão para a qual está se habilitando?

- sim     não

36.2. Realizar estágios ou outras atividades afins?

- sim     não

36.3. cursar pós-graduação em nível de especialização?

- sim     não

36.4. cursar pós-graduação em nível de mestrado?

- sim     não

36.5. Ingressar em outro curso de graduação?

- sim     não

36.6. Exercer outra profissão, diferente daquela para a qual está se habilitando?

- sim     não

36.7. Realizar cursos de atualização profissional?

- sim     não

37. O que o ProUni significa para você?

---

---

---

---

---

---

---

38. O que você acha que deveria melhorar no ProUni?

---

---

---

---

---

---

39. Você acredita que o acesso ao ensino superior, ofertada pelo ProUni, é uma forma de democratização do ensino superior? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

40. Qual sugestão você daria ao Governo Federal para atender o acesso das classes trabalhadoras ao ensino superior?

---

---

---

---

---

---

---

41. Estar realizando uma faculdade para você é:

( ) Um sonho realizado. ( ) Uma frustração. ( ) Acesso ao conhecimento.

( ) Outra. \_\_\_\_\_

Por Quê?

---

---

---

---

---

42. Tem alguma informação, sugestão que gostaria de dar a esta pesquisa?

---

---

---

---

---

**Você aceitaria ser entrevistado posteriormente, para que sua história de vida seja utilizada como fonte de informações para esta pesquisa acadêmica? Se aceitar, por favor, deixe o seu e-mail, telefone para que eu possa entrar em contato. Obrigada pela sua disponibilidade e atenção.**

**email:** \_\_\_\_\_

**Telefone:** \_\_\_\_\_